



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLI — Nº 115

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 23 DE SETEMBRO DE 1986

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, José Fragelli, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 243, DE 1986

Autoriza a Prefeitura Municipal de Ubatã, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados a 56.846,20 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Ubatã, Estado da Bahia, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 56.846,20 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à implantação de uma Casa de Saúde e Maternidade, no Município.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de setembro de 1986. — Senador José Fragelli, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, José Fragelli, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 244, DE 1986

Autoriza a Prefeitura Municipal de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 155.857.060,80 (cento e cinquenta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, sessenta cruzados e oitenta centavos).

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 155.857.060,80 (cento e cinquenta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, sessenta cruzados e oitenta centavos), junto ao Banco do Estado de Mato Grosso S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação — BNH, destinada a execução de obras de infra-estrutura dentro do Projeto CURA, no Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de setembro de 1986. — Senador José Fragelli, Presidente.

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS**

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO DE MORAIS SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Anual Cz\$ 92,00

Semestral Cz\$ 46,00

Exemplar Avulso: Cz\$ 0,17

Tiragem: 2.200 exemplares.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, José Fragelli, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 245, DE 1986

Autoriza o Governo do Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 82.705,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

Art. 1º É o Governo do Estado da Bahia, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizado a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 82.705,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à implantação de sistemas de abastecimento d'água, no Estado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de setembro de 1986. — Senador José Fragelli, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, José Fragelli, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 246, DE 1986

Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 152.842,85 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

Art. 1º É o Governo do Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizado a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 152.842,85 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à conclusão de obras e aquisição de equipamentos de penitenciárias, no Estado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de setembro de 1986. — Senador José Fragelli, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, José Fragelli, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 247, DE 1986

Autoriza a Prefeitura Municipal de Arandu, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito, no valor correspondente, em cruzados, a 23.610,93 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Arandu, Estado de São Paulo, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela de nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 23.610,93 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econô-

mica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à implantação de meios-fios, sarjetas e pavimentação, no Município.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de setembro de 1986. — Senador José Fragelli, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, José Fragelli, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 248, DE 1986

Autoriza a Prefeitura Municipal de Osasco, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 51.660 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Osasco, Estado de São Paulo, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela de nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 51.660 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à implantação de Unidades de Medicina Preventiva, no Município.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de setembro de 1986. — Senador José Fragelli, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, José Fragelli, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 249, DE 1986

Autoriza a Prefeitura Municipal de Tumiritinga, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 14.161,56 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Tumiritinga, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 14.161,56 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à implantação de esgotos sanitários, galerias pluviais e calçamento, no Município.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de setembro de 1986. — Senador José Fragelli, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, José Fragelli, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 250, DE 1986

Autoriza a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 372.400.000,00 (trezentos e setenta e dois milhões e quatrocentos mil cruzados).

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 372.400.000,00 (trezentos e setenta e dois milhões e quatrocentos mil cruzados), junto ao Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação — BNH, destinada a execução de obras de canalização de córregos, implantação e pavimentação de avenidas, no Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de setembro de 1986. — Senador José Fragelli, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, José Fragelli, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 251, DE 1986

Autoriza a Prefeitura Municipal de Angélica, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 5.284,30 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Angélica, Estado do Mato Grosso do Sul, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela de nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contra-

tar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 5.284,30 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à implantação de um Centro Social, no Município.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de setembro de 1986. — Senador José Fragelli, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, José Fragelli, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 252, DE 1986

Autoriza a Prefeitura Municipal de Itaquiraí, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 18.319,92 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Itaquiraí, Estado do Mato Grosso do Sul, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 18.319,92 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à implantação de galerias pluviais, guias e sarjetas no Município.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de setembro de 1986. — Senador José Fragelli, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, José Fragelli, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 253, DE 1986

Autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Verde de Mato Grosso, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 3.074,96 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Rio Verde de Mato Grosso, Estado do Mato Grosso do Sul, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 3.074,96 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à quitação de débito decorrente de implantação de obras de galerias pluviais, guias e sarjetas no Município.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de setembro de 1986. — Senador José Fragelli, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, José Fragelli, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 254, DE 1986

Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 190.193,56 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

Art. 1º É o Governo do Estado de São Paulo, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela de nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizado a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 190.193,56 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à implantação de aterros sanitários e aquisição de equipamentos para destinação final de lixo no Estado.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de setembro de 1986. — Senador José Fragelli, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, José Fragelli, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 255, DE 1986

Autoriza o Departamento Municipal de Água e Esgoto de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 10.304.500,00 (dez milhões, trezentos e quatro mil e quinhentos cruzados).

Art. 1º É o Departamento Municipal de Água e Esgoto de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizado a contratar operação de crédito no valor de Cz\$

10.304.500,00 (dez milhões, trezentos e quatro mil e quinhentos cruzados), junto ao Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A, este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação — BNH, destinada à ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água no Município de Juiz de Fora, naquele Estado, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de setembro de 1986. — Senador José Fragelli, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, José Fragelli, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 256, DE 1986

Autoriza a Prefeitura Municipal de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 25.452,66 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela de nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 25.452,66 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à quitação de dívidas decorrentes da construção de galerias pluviais, guias e sarjetas, no Município.

Senado Federal, 22 de setembro de 1986. — Senador José Fragelli, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, José Fragelli, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 257, DE 1986

Autoriza a Prefeitura Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 34.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Luciara, Estado do Mato Grosso, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela de nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 34.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à implantação de uma Unidade Integrada de Saúde, no Município.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de setembro de 1986. — Senador José Fragelli, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu José Fragelli, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 258, DE 1986

Autoriza a Prefeitura Municipal de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 26.719,12 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela de nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 26.719,12 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à ampliação e construção de unidades escolares de 1º Grau, no Município.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de setembro de 1986. — Senador José Fragelli, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, José Fragelli, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 259, DE 1986

Autoriza a Prefeitura Municipal de Bonito, Estado do Mato Grosso do Sul, a realizar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 33.030,97 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Bonito, Estado do Mato Grosso do Sul, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados, a 33.030,97 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada a obras de infra-estrutura urbana, no Município.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de setembro de 1986. — Senador José Fragelli, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, José Fragelli, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 260, DE 1986

Autoriza a Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 68.765,36 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Colíder, Estado do Mato Grosso, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 68.765,36 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à implantação de unidades escolares na zona rural e urbana, do Município.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de setembro de 1986. — Senador José Fragelli, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, José Fragelli, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 261, DE 1986

Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar em Cz\$ 276.852.800,00 (duzentos e setenta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil e oitocentos cruzados) o montante de sua dívida consolidada.

Art. 1º É o Governo do Estado de Minas Gerais, autorizado a elevar, temporariamente, o parâmetro estabelecido no item IV do artigo 2º da Resolução nº 62, de 28 de outubro de 1975, modificada pela Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, ambas do Senado Federal, de modo a permitir o registro de uma emissão de 2.602.000 Obrigações do Tesouro do Estado de Minas Gerais (OTM), equivalente a Cz\$ 276.852.800,00 (duzentos e setenta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil e oitocentos cruzados), destinada ao financiamento do Programa de Melhoramentos de Rodovias do Vale do Jequitinhonha, obedecendo as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de setembro de 1986. — Senador José Fragelli, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, eu, José Fragelli, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 262, DE 1986

Autoriza a Prefeitura Municipal de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 117.387,10 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Farroupilha, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela de nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 117.387,10 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Fede-

ral, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada a obras de infra-estrutura urbana, no Município.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de setembro de 1986. — Senador José Fragelli, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, José Fragelli, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 263, DE 1986

Autoriza a Prefeitura Municipal de Maceió, Estado de Alagoas, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 450.371,13 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Maceió, Estado de Alagoas, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela de nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 450.371,13 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à implantação do sistema de drenagem na favela Coréia, no Município.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de setembro de 1986. — Senador José Fragelli, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Fragelli, Presidente, nos termos do artigo 52, item 30, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 264, DE 1986

Altera a Resolução nº 8, de 3 de abril de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º É o Governo do Distrito Federal autorizado a contratar operação de crédito no valor correspondente a 15.301.599 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN junto ao Banco Nacional da Habitação, destinada a financiar diversas atividades constantes da Exposição de Motivos nº 15/86-GAG, do Senhor Governador do Distrito Federal.”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de setembro de 1986. — Senador José Fragelli, Presidente.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 280ª SESSÃO, EM 22 DE SETEMBRO DE 1986

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Pareceres encaminhados à Mesa

1.2.2 — Leitura de Projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 216/86, de autoria do Sr. Senador Jorge Kalume, que estabelece desconto de 20% nos preços das passagens aéreas, para a Amazônia.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

— Recebimento das Mensagens nºs 436 a 441/86 (nºs 603 a 608/86, na origem), pelas quais o Senhor Presidente da República solicita autorização para que o Governo do Estado de Santa Catarina e as Prefeituras Municipais de Quirinópolis e Formosa — GO; Santa Bárbara D'Oeste — SP e Pujuca — BA possam contratar operações de crédito, para os fins que especificam.

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR JORGE KALUME — Dia Nacional da Árvore. Justificando projeto de lei de autoria de S. Exª, lido na presente sessão.

SENADOR ALAOR COUTINHO — Reiterando posição de S. Exª com relação ao horário bancário.

1.2.5 — Leitura de projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 217/86, de autoria da Sra. Senadora Eunice Michiles, que dispõe sobre a adição das vitaminas A e D ao leite desnatado, em pó ou fluído, comercializado no País.

— Projeto de Lei do Senado nº 218/86, de autoria da Sra. Senadora Eunice Michiles, que dispõe sobre a adição das vitaminas A e D ao leite em pó desnatado, e dá outras providências.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei do Senado nº 83/82, que dispensa a realização de Vistoria Judicial na hipótese que menciona. Aprovado em 2º turno. À Comissão de Redação.

— Projeto de Lei do Senado nº 159/82, que proíbe a cobrança de taxa, emolumento ou remuneração, por parte dos Agentes do Sistema Financeiro da Habitação, nas cessões de direito oriundas de financiamento. Aprovado 2º turno. À Comissão de Redação.

— Projeto de Lei do Senado nº 290/80, que altera dispositivos da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966. Aprovado em 2º turno. À Comissão de Redação.

1.3.1 — Comunicação da Presidência

— Adiamento da votação da indicação proposta ao Plenário pela Presidência, no Expediente da presente sessão, referente aos nomes dos Srs. Senadores

Aloysio Chaves, Amaral Peixoto e Humberto Lucena para comporem a delegação brasileira à 76ª Conferência Interparlamentar, a realizar-se em Buenos Aires, no período de 6 a 11 de outubro próximo.

1.3.2 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADORA EUNICE MICHILES — Carência da vitamina “A” na alimentação dos brasileiros.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Construção da Hidrelétrica do Xingó.

1.3.3 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — DISCURSO PROFERIDO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Sr. Mata-Machado, pronunciado na sessão de 18-9-86.

3 — ATAS DE COMISSÕES

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 280ª Sessão, em 22 de setembro de 1986

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. José Fragelli

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Eunice Michiles — Alexandre Costa — Amir Gaudêncio — José Urbano — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Alaor Coutinho — José Fragelli — Arno Damiani — Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A lista de presença acusa o comparecimento de 12 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE PARECERES

PARECERES Nºs 1.027 e 1.028, de 1986

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 1985, (nº 4.352-B, de 1981, na Câmara dos Deputados), que "estende aos trabalhadores avulsos os benefícios da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, que dispõe sobre as entidades de previdência privada e dá outras providências".

PARECER Nº 1.027, DE 1986

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Nelson Carneiro

Visa o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 1985 (nº 4.352-B, de 1981, na Casa de origem) a alterar a Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, que dispõe sobre entidades de previdência privada, de modo a que passem a vigorar os §§ 2º e 4º do art. 4º da Lei nº 6.435, com as seguintes redações:

"Estende aos trabalhadores avulsos os benefícios da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, que dispõe sobre as entidades de previdência privada e dá outras providências."

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os §§ 2º e 4º do art. 4º da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º

§ 2º Para os efeitos desta lei, são equiparáveis aos empregados de empresas patrocinadoras, os seus gerentes, os diretores e conselheiros ocupantes de cargos eletivos, bem como os empregados e respectivos dirigentes de fundações ou outras entidades de natureza autônoma, organizadas pelas patrocinadoras, e os associados de sindicatos de trabalhadores avulsos.

§ 4º As empresas equiparam-se entidades sem fins lucrativos, assistenciais, sindicais de trabalhadores avulsos, educacionais ou religiosas, podendo os planos destas incluir os religiosos que as servem."

Art. 2º A constituição de entidade fechada de previdência privada por sindicato de trabalhadores avulsos depende de os usuários dos serviços atenderem à contribuição patronal que venha a ser atuarialmente fixada para custeio dos respectivos planos de benefícios, obedecidos os limites mínimos previstos em lei.

§ 1º Os usuários dos serviços desses trabalhadores adicionarão à respectiva remuneração uma importância destinada a atender ao custeio dos planos de benefícios.

§ 2º O quantum percentual a ser acrescido à remuneração será sempre determinado atuarialmente, consoante com o plano de benefícios aprovado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social — MPAS, e incluído

destacadamente no respectivo recibo, cabendo à Superintendência Nacional da Marinha Mercante (SUNAMAM), divulgá-lo na tabela de preços dos serviços dos trabalhadores avulsos.

§ 3º Os sindicatos representativos das respectivas categorias profissionais agirão como intermediários, recebendo as importâncias correspondentes à contribuição patronal e às dos próprios participantes do plano de benefícios, repassando-as, em 72 (setenta e duas) horas, à respectiva entidade fechada de previdência privada. Os dirigentes dos sindicatos têm responsabilidade pessoal junto à entidade e seus afiliados, quanto a esse repasse, e solidária com o dirigente da entidade, pelos prejuízos decorrentes da sua não-realização em tempo hábil.

§ 4º Acordada a constituição de uma entidade fechada de previdência privada entre os órgãos representativos das categorias de trabalhadores e de usuários dos serviços, tornando-se-a compulsória e perene a contribuição patronal, de modo a garantir permanentemente a subsistência dos planos.

Art. 3º Os sindicatos supervisionarão as atividades das entidades fechadas, orientando-se a fiscalização do poder público no sentido de proporcionar garantia aos compromissos assumidos para com os participantes dos planos de benefícios.

Parágrafo único. No caso de vários sindicatos, será exigida a celebração de convênio de adesão entre estes e a entidade de previdência, no qual se estabelecem pormenorizadamente, as condições de solidariedade das partes, inclusive quanto ao fluxo de novas entradas anuais de entidades sindicais.

Art. 4º O Poder Executivo, dentro de 90 (noventa) dias de sua publicação, regulamentará a presente lei, estabelecendo, inclusive, a importância a ser recebida pelos sindicatos para atender às necessárias despesas de administração.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário."

Dos documentos enviados pela Câmara dos Deputados não consta o texto original do Projeto, nem as razões que levaram seu ilustre autor a oferecê-lo. Há apenas avulsos da redação para a 2ª discussão e a íntegra da redação final.

Pela sinopse, entretanto, se verifica que a proposição é da lavra do Deputado Athiê Coury e só foi examinada, na outra Casa do Congresso Nacional, pela Comissão de Legislação Social.

A Lei nº 6.435 buscou superar insuficiências do sistema previdenciário oficial, mediante estímulos à constituição de entidades de previdência privada.

Transitou no Senado Federal, visando a modificar o mesmo § 4º do art. 4º da citada Lei nº 6.435 o Projeto de Lei nº 102, de 1980, do nobre Senador Amaral Furlan, que foi arquivado, e está em curso o de nº 14, de 1984, de minha autoria, que acrescenta um novo parágrafo, o 12º, ao art. 42 da referida Lei, já alterada pela Lei nº 6.462, de 9 de novembro de 1977.

Não ocorre, assim, hipótese de anexação, já que o Projeto nº 14, de 1984, se refere a outro dispositivo que não os revistos pela proposição em exame.

Esta Comissão, ao se manifestar pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 102, de 1980, de autoria do nobre Senador Amaral Furlan, acompanhou sem divergências o parecer do relator, o ilustre Senador Murilo Badaró, nesses termos:

O Projeto de Lei do Senado nº 102, de 1980 objetiva alterar a redação do parágrafo 4º do art. 4º, da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977 e acrescentar-lhe parágrafo 5º, com o fim de preencher lacuna da legislação pertinente às entidades de previdência privada.

Justificando a proposição, assim se manifesta o autor, o ilustre Senador Amaral Furlan:

Reconhecida a insuficiência de o sistema previdenciário oficial atender condignamente a população, buscou o Governo Federal apoio junto a empresas, sindicatos e entidades assistenciais, educacionais e religiosas em geral, conclamando-as a unirem seus esforços de forma a produzir uma Previdência alternativa capacitada.

Em muitos casos tal desafio foi aceito e os resultados, não se pode negar, têm sido mais positivos do que negativos. Caminhamos para o pleno atendimento do que dispõe o artigo 25, I, da Declaração Universal dos Direitos do Homem, pode-se afirmar.

Como em toda legislação recente, existem erros que se faz imprescindível erradicar. Um deles é o que exclui os sindicatos congregadores dos trabalhadores autônomos da possibilidade de proporcionar aos sindicalizados a previdência privada, deixando ao desamparo seus sindicalizados, uma vez que as empresas que possuem trabalhadores de tal porte não se interessam por fazer a previdência privada.

Em consequência de tal status quo, são os sindicalizados obrigados a recorrer a uma previdência privada que não é plena, deixando pois de auferir os benefícios que por direito lhe são facultados.

Na atual crise por que passa a Previdência Social, mais evidente se faz a imperativa necessidade de se recorrer a todos os meios legítimos para suprir as lacunas e dar solidez à Previdência Social, no sentido de fazê-la capaz de atingir os fins colimados.

O projeto não se ressent de qualquer vício quanto a técnica legislativa, não ofendendo, igualmente, nenhum dispositivo da nossa Lei Maior.

Somos, assim, por sua tramitação."

De iguais considerações que ditaram parecer anterior desta Comissão me valho para opinar pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei da Câmara nº 06, de 1985, e cujo mérito será mais demoradamente examinado pela douta Comissão de Legislação Social.

É o meu voto, S.M.J.

Sala das Comissões, 9 de abril de 1986. — José Ignácio Ferreira, Presidente — Nelson Carneiro, Relator — Américo de Souza — Martins Filho — Nivaldo Machado — Hélio Gueiros — Luiz Cavalcante — Roberto Campos, (contra) — Lenoir Vargas, (vencido).

PARECER Nº 1028, DE 1986

Da Comissão de Legislação Social

Relator: Senador Jorge Kalume

A presente Proposição objetiva alterar a redação dos parágrafos 2º e 4º do art. 4º da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977.

Esta Lei dispõe sobre as entidades de previdência privada e, nos parágrafos 2º e 4º do seu art. 4º, ela alarga a faixa dos participantes e das entidades patrocinadoras.

Pela redação atual dos mencionados dispositivos legais, podem ser participantes de entidades de previdência privada quaisquer empregados e também os gerentes, diretores, etc. e equiparam-se às empresas, para funcionarem com entidades patrocinadoras, também aquelas que não tenham fins lucrativos, sejam assistenciais, educacionais ou religiosas.

Portanto, se a intenção do legislador, na instituição da previdência privada, foi abrir campo à complementação das deficiências da Previdência Social, atingindo com os benefícios daquela o maior número possível de cidadãos, qualquer alteração da Lei nº 6.435/77 que objetiva preencher lacunas que se verificam nessa intenção de abrangência, será bem-vinda, ainda que mais não seja, porque nesta matéria não deve ocorrer discriminação.

O presente Projeto pretende incluir entre os participantes da previdência privada os trabalhadores avulsos, fazendo figurar entre as entidades patrocinadoras, as sindicais de trabalhadores avulsos.

Nada mais oportuno e justo.

Os trabalhadores avulsos, como é sabido, por não serem empregados, foram, durante decênios, vítimas de sua condição instável: não tinham os direitos dos empregados, não possuíam sindicatos específicos, não formavam categorias profissional reconhecida, não tinham empregador certo. Em suma, na prática eram os párias da classe trabalhadora, embora trabalhassem tanto quanto seus demais companheiros registrados nas empresas, e faziam a fortuna das grandes empresas tomadoras de seus serviços.

O primeiro reconhecimento ao trabalho deles surgiu com a Consolidação das Leis do Trabalho, especificamente beneficiando os avulsos da orla marítima. Paulatinamente foi sendo reconhecido e regulamentado também o trabalho dos avulsos pertencentes ao serviço portuário.

Hoje esses trabalhadores contam com normas legais que regulam seus serviços, dispõem de entidades sindicais próprias e já podem usufruir de numerosos direitos.

Apesar disso, vez por outras são normalmente esquecidos. Isso acontece quando do advento da legislação que autoriza a instituição da previdência privada.

O presente Projeto, com muita pertinência, vem corrigir a injustiça, preenchendo a grave lacuna.

A criação de entidades privadas fechadas por sindicatos de trabalhadores avulsos, entretanto, apresenta contornos especiais, porque, para a viabilização delas, torna-se necessário assegurar o que seria o equivalente das contribuições patronais, existentes no caso das patrocinadoras, que são as empresas. O Projeto não deixou escapar o detalhe, fazendo depender a constituição daquelas entidades, do compromisso dos usuários ou empresas tomadoras de serviço dos trabalhadores avulsos, conforme previsto no art. 2º da Proposição.

Nos demais dispositivos, o Projeto prevê a fixação da contribuição dos usuários e sua perenização e compulsoriedade, a função de intermediário dos sindicatos representativos daqueles trabalhadores, que terão também função supervisora, juntamente com o Poder Público, através de fiscalização, e, finalmente, a exigência de formalização do patrocínio e das responsabilidades, através de convênio e fixação dos compromissos, chegando-se até à responsabilização pessoal dos dirigentes dos sindicatos (art. 3º).

O Projeto prevê, igualmente, o ressarcimento aos sindicatos, pelas despesas de administração.

Como se vê, o Projeto não só preenche uma lacuna da legislação de previdência privada, mas também adota todas as cautelas para que os participantes não sejam lesados.

Não havendo óbice de caráter constitucional ou legal, conforme opinou a Douta Comissão de Constituição e Justiça, no mérito a Proposição é de claro significado social, por fazer justiça a um segmento da classe trabalhadora que freqüentemente tem sofrido discriminação ou esquecimento.

Por essas razões, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 06, de 1985 (nº 4.352-B, na Casa de origem).

Sala das Comissões, 14 de agosto de 1986. — Nivaldo Machado, Presidente eventual — Jorge Kalume, Relator — Alvaro Dias — Moacyr Duarte — Helvidio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO nº 216, de 1986

Estabelece desconto de 20% nos preços das passagens aéreas, para a Amazônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art 1º Os preços das passagens aéreas relativas aos percursos entre a região constituída pelos Estados do Acre, Mato Grosso, Rondônia, Amazonas e Pará e os Territórios Federais de Roraima e Amapá, de um lado, e

as demais regiões do território nacional, de outro, gozarão de desconto de 20% (vinte por cento), durante o período de dez anos a título de experiência.

Parágrafo único. Correrão à conta do Tesouro Nacional os reembolsos dos descontos comprovadamente concedidos pelas empresas de transportes aéreo de passageiros prestadoras do serviço, na forma deste artigo, os quais serão por elas utilizados na aquisição de combustível.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A região amazônica é a parte do território nacional que mais se resente da falta de infra-estrutura básica, como energia elétrica, comunicações e, principalmente, estradas. Grande parte do transporte é feito tradicionalmente através dos rios.

O desenvolvimento, todavia, vai exigindo transporte mais rápido, parcialmente pelas rodovias, cuja malha é ainda precária e deficiente. Isso obriga à utilização cada vez maior da via aérea. O transporte aéreo, no entanto, é de custo sempre mais elevado, tornando-se as viagens entre a região e o resto do Brasil progressivamente mais difíceis e até mesmo proibitivas, se consideradas as distâncias e a renda per capita do amazônida.

Isso faz com que se acentue o isolamento daquela imensa parte do território nacional, praticamente inacessível para os habitantes do leste, o nordeste e o centro-sul do País, e vice-versa.

Tornam-se, assim, prejudicados os negócios, os empreendimentos inter-regionais e até mesmo o turismo.

Visa o presente projeto a suavizar esse problema, de molde a possibilitar maior intercâmbio entre a área amazônica e o resto do País, e a contribuir para a integração nacional.

O subsídio governamental, necessário para tornar viável a concessão do desconto, sem dúvida se revelará altamente produtivo para a nossa economia, dado o incremento do intercâmbio econômico que propiciará.

Reserva-se ao Poder Executivo a regulamentar a operacionalidade da compensação do valor dos descontos concedidos pelas empresas aéreas prestadoras do serviço, a ser utilizado na compra de combustível. O Governo federal, aliás, já dispõe de mecanismos de controle não só do consumo de combustíveis, como do fluxo de passageiros da região e para ela, bastando que sejam adaptados às finalidades da medida cogitada.

Sala das sessões, 22 de setembro de 1986. — Jorge Kalume.

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Transporte, Comunicações e Obras Públicas e de Finanças.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes. (Pausa.)

A Presidência recebeu a Mensagem nº 436, de 1986 (nº 603/86, na origem), pela qual o senhor Presidente da República, nos termos do art. 42, item VI, da constituição, e de acordo com o art. 2º da Resolução nº 93/76, do Senado Federal, solicita autorização para que o Governo do Estado de Santa Catarina possa contratar operação de crédito, para os fins que especifica.

A matéria será despachada às comissões de economia e de constituição e justiça.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A Presidência recebeu as mensagens nºs 437 a 441, de 1986 (nºs 604 a 608/86, na origem), pelas quais o senhor Presidente da República, nos termos do art. 42, item VI, da Constituição, e de acordo com o art. 2º da Resolução nº 93/76, do Senado Federal, solicita autorização para que as prefeituras municipais de Quirinópolis e Formosa (GO); Santa Bárbara D'Oeste (SP) e Pojuca (BA) possam contratar operações de crédito, para os fins que especificam. As matérias serão despachadas às Comissões de Economia, da Constituição e Justiça e de Municípios.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Devendo realizar-se, no período de 6 a 11 de outubro próximo, em Buenos Aires, a 76ª Conferência Interparlamentar, a Presidência, por indicação do Presidente do Grupo Bra-

sileiro, propõe ao plenário os nomes dos Senadores Aloysio Chaves, Amaral Peixoto e Humberto Lucena para comporem a delegação brasileira àquele conclave.

Nos termos do art. 44, § 2º, do Regimento Interno, a presente proposta será votada após a ordem do dia da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Kalume.

O SR. JORGE KALUME (PDS — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Brasil inteiro comemorou o Dia Nacional da Árvore, 21 de setembro, data inicial da primavera e as escolas festejam alegremente para despertar o amor à árvore plantando um exemplar de qualquer espécie numa praça ou numa rua, mesmo porque, como versara o poeta Francisco Mangabeira:

"Junto ao rio que geme, as árvores frondosas
Se erguem como legiões de monstros sofredores,
Cujas pesadas mãos, torcidas e rugosas,
Lançam na água e no chão — folhas, frutos e flores."

Limito-me a esta introdução para, embora com algum atraso, registrar nesta Semana da Árvore o II Encontro Governo-Sociedade, realizado em Brasília no dia 5 de junho deste ano, quando o meio ambiente foi o tema primordial e o Presidente José Sarney afirmou que "O Governo tem absoluta certeza de que o Brasil, como uma nação jovem, não pode incorrer no erro das velhas nações que desprezaram o que se pode chamar de os direitos da Natureza."

O encontro, pela maneira como foi conduzido, tendo à frente da coordenação dos trabalhos o Ministro J.J. Moscardo de Souza, marcou uma etapa vitoriosa em busca dos objetivos para o qual se destinou.

Leio nesta oportunidade o resumo para maior divulgação de um ato transcendental na vida da Nação brasileira.

Ei-lo:

II — ENCONTRO GOVERNO-SOCIEDADE

Estão sendo divulgados os resultados do II Encontro Governo-Sociedade: Cidadania e Meio Ambiente, realizado no Palácio do Planalto, em 5 de junho último, Dia Mundial do Meio Ambiente, com a participação de cerca de trezentas pessoas, entre representantes de associações civis, do meio acadêmico e de órgãos governamentais.

A divulgação dos atos então assinados e dos depoimentos, críticas e sugestões dos participantes do Encontro dá seqüência à convocação, feita na ocasião pelo Presidente José Sarney, a todos os brasileiros para que se engajassem na defesa do meio ambiente, não só na qualidade de fiscais da aplicação de uma política de governo, mas também como cidadãos cientes de seus direitos e deveres.

O documento oferece oportunidade para que prossiga o diálogo entre o Governo e a sociedade, ao servir de marco de referência para o acompanhamento de importantes iniciativas ali relacionadas, como a criação da Área de Proteção Ambiental de Fernando de Noronha; a preservação da Lagoa de Abaeté, na Bahia, e do Parque Cabo Branco, na Paraíba; o Programa de Controle de Poluição Ambiental de Cubatão; a recuperação do rio Capibaribe, em Pernambuco; a instituição de um programa nacional de educação ambiental; a regulamentação do tombamento da Serra do Mar; o controle da poluição atmosférica e acidental em pólos petroquímicos (Bahia, Rio Grande do Sul) e cloro-químicos (Alagoas); o plano de proteção ao patrimônio natural do entorno de São Luís, Maranhão; a criação de estação ecológica na área da Central Nuclear de Angra dos Reis; o programa de controle da poluição do ar por veículos automotores e os diversos projetos no âmbito estadual e municipal que integram o Programa de Ações Básicas para a Defesa do Meio Ambiente, envolvendo recursos de Cz\$ 85 milhões.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, como estou dentro da seara cultural, gostaria de destacar, embora tenha feito anteriormente, que o sesquicentenário do Maestro Carlos Gomes vem sendo comemorado de forma carinhosa e consentânea com o nosso reconhecimento a esse inolvidável brasileiro que, através da arte musical, projetou o

Brasil no exterior e deixou marcada a sua passagem, podemos dizer quase meteórica, se considerado o seu grande valor artístico musical. E Brasília vem participando ativamente dessas celebrações, dentre as quais nominarei a realizada pela Sociedade Brasileira de Artes, Cultura e Ensino, com sede na florescente cidade paulista de Campinas, tendo a sua diretoria, da qual é seu presidente o respeitável Dr. Ataliba Amadeu Sevã, se deslocando até aqui para marcar na Capital da República, a figura ímpar de seu dileto filho Carlos Gomes.

E no dia 18 deste mês realizou elegante festa, tendo como seu coordenador o Jornalista Jonatra Macedo, quando várias personalidades do mundo artístico e cultural foram condecoradas com a comenda e medalha "Carlos Gomes". O registro vale como nossa homenagem àqueles que mantêm vivas no pensamento as figuras de nossos patrícios que souberam honrar o Brasil!

Sr. Presidente, Srs. Senadores, encaminhei à consideração da Mesa o seguinte projeto que passo a ler:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 216, DE 1986
(Do Senador Jorge Kalume)

Estabelece desconto de 20% nos preços das passagens aéreas, para a Amazônia.

Art. 1º Os preços das passagens aéreas relativas aos percursos entre a região constituída pelos Estados do Acre, Mato Grosso, Rondônia, Amazonas e Pará e os Territórios Federais de Roraima e Amapá, de um lado, e as demais regiões do território nacional, de outro, gozarão de desconto de 20% (vinte por cento), durante o período de dez anos a título de experiência.

Parágrafo único. Correrão à conta do Tesouro Nacional os reembolsos dos descontos comprovadamente concedidos pelas empresas de transporte aéreo de passageiros prestadoras do serviço, na forma deste artigo, os quais serão por elas utilizados na aquisição de combustível.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A Região Amazônica é a parte do território nacional que mais se ressentia da falta de infraestrutura básica, como energia elétrica, comunicações e, principalmente, estradas. Grande parte do transporte é feito tradicionalmente através dos rios.

O desenvolvimento, todavia, vai exigindo transporte mais rápido, parcialmente pelas rodovias, cuja malha é ainda precária e deficiente. Isso obriga à utilização cada vez maior da via aérea. O transporte aéreo, no entanto, é de custo sempre mais elevado, tornando as viagens entre a região e o resto do Brasil progressivamente mais difíceis e até mesmo proibitivas, se consideradas as distâncias e a renda per capita do amazônica.

Isso faz com que se acentue o isolamento daquela imensa parte do território nacional, praticamente inacessível para os habitantes do leste, o Nordeste e o Centro-Sul do País, e vice-versa.

Tornam-se, assim, prejudicados os negócios, os empreendimentos inter-regionais e até mesmo o turismo.

Visa o presente projeto a suavizar esse problema, de molde a possibilitar maior intercâmbio entre a área amazônica e o resto do País, e a contribuir para a integração nacional.

O subsídio governamental, necessário para tornar viável a concessão do desconto, sem dúvida se revelará altamente produtivo para a nossa economia, dado o incremento do intercâmbio econômico que propiciará.

Reserva-se ao Poder Executivo a regulamentar a operacionalidade da compensação do valor dos descontos concedidos pelas empresas aéreas prestadoras do serviço, a ser utilizado na compra de combustível. O governo federal, aliás, já dispõe de mecanismos de controle não só do consumo de combustíveis, como do fluxo de passageiros da região e para

ela, bastando que sejam adaptados às finalidades da medida cogitada.

Era o que eu tinha a apresentar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Alaor Coutinho.

O SR. ALAOR COUTINHO (PFL — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: Já faz tempo, quase duas semanas, que pela última vez, abordamos o assunto referente à circular que instituiu os novos horários bancários.

Na última semana não o fizemos em decorrência do acúmulo dos trabalhos parlamentares, em que tivemos de atender a centenas de comunidades brasileiras, através dos empréstimos aprovados por este Senado.

Na semana anterior também não nos pronunciamos por uma questão ética, pois havia um movimento grevista instalado no País; as negociações se processavam normalmente entre bancários e banqueiros, e não queríamos, de nenhuma forma, que a nossa palavra pudesse ser utilizada de alguma maneira como um instrumento que estivesse se aproveitando demagogicamente de uma situação que todos nós deplorávamos. Hoje, porém, cumprimos o dever de divulgar algumas correspondências que nos têm chegado deste imenso País, de apoio às iniciativas deste Senado, de ilustres Senadores, no sentido de que seja revogada a circular que impôs os novos horários bancários.

Existem, por exemplo, manifestações da longínqua Roraima, através do Diretor Executivo da Associação das micro, pequenas e médias empresas, hipotecando apoio às iniciativas deste e demais parlamentares, no sentido de que haja mudança no atual horário bancário, o qual se mostra contrário aos interesses do público em geral e, em particular, das micro, pequenas e médias empresas do Território de Roraima.

A sua área, nobre Senador Jorge Kalume, a região que há tanto tempo V. Exª defende, tem se mostrado uma grande vítima das inconveniências deste horário em decorrência do fuso horário.

Mas, de mais perto, é a Câmara Municipal de São José do Rio Pardo, do Estado de São Paulo, que nos encaminha também, cópia xerográfica de uma moção, de autoria do Vereador Laércio Jacob, solicitando que seja apresentado um projeto de lei do Senado para que seja modificado esse horário bancário.

Vejam V. Exªs o desespero em que se encontram as prefeituras municipais com este conflito de autonomia de uma simples circular do Banco Central diante do poder e da autoridade municipal constituída do tumulto que se está criando em todas as comunidades brasileiras.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, hoje, na Bahia, o ambiente é de alguma expectativa, porque a Prefeitura de Salvador, através de lei, instituiu o horário antigo, dentro das prerrogativas que a lei lhe faculta. Isto conflita, decisivamente, com a circular do Banco Central. E aquilo que prevíamos algum tempo atrás, sobretudo conflitos de ordem social, está prestes a ocorrer, em decorrência da indiferença, ou, como nós já tivemos a oportunidade de nos referir, a problemas de ordem patológica que está atingindo, de uma maneira extremamente evidente, o grupo responsável pela circular que modificou os horários de atendimento ao público. Há um princípio, que todos nós conhecemos, de que a credibilidade humana provém de duas fontes: palavra da autoridade ou da verdade dos fatos.

Outro dia — e lhe contava isso há pouco, nobre Senador Jorge Kalume — ao deixar este recinto, fui abordado por um humilde servidor público que, com bom humor, me dizia que queria me conhecer porque as palavras que eu havia pronunciado tinham ido ao encontro de seus interesses; ele havia sido uma das pessoas mais prejudicadas com a mudança de horário bancário, porque estava sujeito a um horário rígido em sua repartição. Dizia, de maneira meio jocosa, que havia entendido pouco as palavras que eu pronunciara, mas, pelo que ele entendera, eu teria caracterizado a circular como uma circular maluca. Na verdade eu falei nos grandes problemas das desordens de comportamento que existem nos homens públicos, em decorrência da convivência com o poder. Não inventei palavras. Existe. Nos capítulos da psiquiatria transcultural, nos capítulos da psiquiatria social e,

hoje, na moderna sociatria, que é um ramo da psiquiatria que estuda os distúrbios comportamentais de atos do Governo, procurei enquadrar esta circular como proveniente de um grupo que está, indiscutivelmente, sofrendo desta perturbação mental.

O Sr. Jorge Kalume — V. Exª me permite um aparte?

O SR. ALAOR COUTINHO — Pois não!

O Sr. Jorge Kalume — V. Exª tem razão quando mais uma vez vem à tribuna verberar essa circular do Banco Central sobre o novo horário dos bancos, que, efetivamente, não condiz com a realidade brasileira. Já verberei o fato algumas vezes, e as minhas e as suas palavras têm repercutido e com elas todos os colegas também têm-se solidarizado. Pessoalmente já tratamos do assunto com o Presidente do Banco Central, V. Exª, eu e outros Colegas. Parece-me que o Presidente do Banco Central é movido por um força superior, tornando-se assim insensível aos reclamos da maioria da população brasileira — até, poderei dizer assim, da unanimidade dos usuários dos bancos. Já está na hora de S. Sª meditar, reconsiderar o ato. Mesmo porque nós que somos do interior, como V. Exª, eu e outros mais, é que conhecemos as peculiaridades do Brasil. Não é dentro de um escritório refrigerado que se queira legislar para o Brasil. O Brasil, já o disse muitas vezes, é um continente com as mais variadas peculiaridades. Nós temos que legislar de acordo com a situação de cada área, Norte, Nordeste, Sul e Centro-Oeste. S. Sª, Presidente do Banco Central, precisa conhecer isso e conhecer a realidade brasileira. Está na hora de S. Sª sentir esses reclamos e reconsiderar, mesmo porque, nobre Senador discípulo de Rui Barbosa, mesmo porque só é próprio dos deuses não errar e levar a bom termo suas empresas; mas um pecador, como soem ser nós e o Sr. Presidente do Banco Central, por que não recuar diante de uma medida que não deu certo ou que não está correspondendo aos anseios da população? Está na hora, pois, de S. Sª refletir mais um pouco e atender aos reclamos da população brasileira. V. Exª tem a minha solidariedade como tem a solidariedade desta Casa e, por que não dizer, do Brasil inteiro.

O SR. ALAOR COUTINHO — Agradeço, nobre Senador Jorge Kalume, seu aparte, que tem sido constante, porque é um dos homens que mais batalha realmente pelo interesse popular. Esta Casa e o País inteiro reverenciam este trabalho incessante de V. Exª

O Sr. Jorge Kalume — E esta a nossa missão, é defender o interesse dos nossos patrícios e da Nação brasileira.

O SR. ALAOR COUTINHO Prosseguindo, Sr. Presidente, e dentro daquele princípio de que a credibilidade humana só provém de duas fontes, ou da palavra de uma autoridade, ou de uma verdade dos fatos, não querendo me arvoar em autoridade para caracterizar uma síndrome psicopatológica de poder que atinge o grupo responsável por essa circular que modifica os horários de funcionamento bancário em todo o Brasil, exceto no Rio de Janeiro e São Paulo, é que pretendo relacionar alguns dos sintomas que comprovam que não há uma sanidade mental desse grupamento funcional do Governo. Eu perguntaria, então: Quem garante pela sanidade mental de um grupo responsável por uma circular que tumultua a vida nacional, quando nós precisamos de um País unido para progredirmos juntos? Quem garante pela sanidade mental de um grupo responsável por uma circular que cria problemas com a autonomia dos municípios brasileiros? Quem garante pela sanidade mental de responsáveis por uma circular que, teimosamente, é mantida com a desculpa de que isto é decorrente do Plano Cruzado, intrigando essa operação em que o País inteiro luta para que tenha êxito, incompatibilizando-a com o povo? Quem garante pela sanidade mental desse grupamento que idealizou e mantém uma circular lesiva aos interesses nacionais, porque perturba e tumultua a vida do homem do campo? Quem garante pela sanidade mental de um grupo que projeta uma circular discriminatória, tirando cidades e colocando outras? Quem garante pela sanidade mental de um grupo que continua, teimosamente, mantendo uma circular que fadiga o povo brasileiro, fazendo-o estender-se em filas extensas por este imenso território nacional a partir das 11 horas e 30? Que fadiga

mentalmente a nossa gente gerando um stress que provoca impaciência, gera conflito, que reduz a produtividade no trabalho? Quem pode garantir pela sanidade de um grupo que produz uma circular e confessa com desculpa descabida que está protegendo os interesses dos bancos, ao contrário dos interesses do povo brasileiro e da economia popular, Sr. Presidente? Quem garante? Só podemos argumentar, Sr. Presidente, de que Sr. Presidente, Srs. Senadores, fazemos mais uma vez um apelo, agora às autoridades superiores, às Excelências maiores, que não sei quais são, para que tomem atenção para este fato que se agrava a cada dia e que podemos justificar, da maneira mais generosa possível, como uma desordem mental dos produtores desta circular. Nós poderemos, com a maior generosidade, admitir e conjecturar, pelo menos, que não haja saúde mental — porque é o máximo que podemos fazer, porque qualquer outro tipo de insinuação provavelmente seria repelida por maliciosa e seguramente injusta.

Esperamos, Sr. Presidente, que tomem juízo os responsáveis por essa circular — porque, pelo menos, é o que está faltando, neste momento, àquele grupo da área do Banco Central, juízo e juízo perfeito.

Peço, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que me aturem quantas vezes forem necessárias, porque não li aquele juramento aqui em vão, de maneira romântica ou protocolar.

Quero deixar um pouco mais para os meus herdeiros, quero deixar um pouco mais para o povo da minha terra,

que confia em nós, quero deixar um exemplo de dignidade e uma oração, uma prece à união nacional.

Sr. Presidente, peço desculpas — como Padre Vieira — por ter sido longo, por não ter tido tempo de ser breve. Mas, são as exigências e, sobretudo, as peculiaridades do fato que me fizeram tão demorado na minha locução. Muito Obrigado. (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. ALAOR COUTINHO EM SEU DISCURSO:

Nº 633/86

Data 10.9.86

CÂMARA MUNICIPAL

São José do Rio Pardo
Estado de São Paulo

Excelentíssimo Senhor
Senador Alaor Coutinho
Senado Federal
Brasília — DF

Senhor Senador:

Para os devidos fins, encaminho a Vossa Excelência cópia xerográfica da Moção nº 19/86, de autoria do Vereador Laércio Jacob, apresentada e aprovada por ocasião da sessão ordinária realizada no dia 9 do corrente.

Ao ensejo, apresento a Vossa Excelência os protestos de elevado apreço e consideração. — **Luiz Osvaldo Merli, Presidente.**

CÂMARA MUNICIPAL SÃO JOSÉ DO RIO PARDO ESTADO DE SÃO PAULO DESPACHOS	
n: 19/86	CÂMARA MUNICIPAL de S. José do Rio Pardo Sessão de 09.09.86 Aprovado por unanimidade Presidente: <i>[Assinatura]</i> Secretário: <i>[Assinatura]</i> Filofofaria
CÂMARA MUNICIPAL de São José do Rio Pardo - SP Data: 09.09.1986 MARIA LUCIA SALGADO Secretária de Redação	

Moção/86

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, que se oficie ao Suplente de Senador Alaor Coutinho, manifestando-lhe o apoio desta Casa ao projeto de lei que encaminhará ao Legislativo, referente à volta do horário anterior de funcionamento dos bancos — qual seja, das 9h30m até às 16h30m.

Sala das Sessões, 9 de setembro de 1986. — **Laércio Jacob, Vereador.**

Justificação

O horário de funcionamento dos estabelecimentos bancários vem proporcionando uma série de problemas ao usuário, principalmente quando das situações imprevisíveis e de urgência.

Nessas oportunidades, a população encontra-se impossibilitada de efetuar operações bancárias, imprescindíveis à execução de medidas inadiáveis, que implicam em viagens e outros expedientes prévios.

O projeto de lei a ser encaminhado por Sua Excelência, e que tem por objetivo proporcionar a volta do horário anterior de funcionamento dos bancos, muito contribuirá para corrigir uma situação inadequada ao serviço, visto obstruir o acesso do usuário aos estabelecimentos bancários em ocasiões de extrema necessidade.

Justifica-se a presente proposição na medida em que manifesta o posicionamento desta Casa em face do problema supracitado.

Sala das Sessões, 9 de setembro de 1986. — **Laércio Jacob, Vereador.**

Do: CEAG/RR
Para: CEBRAE
Tlx NR 081/86

Em atenção à carta circular DIOP NR 019/86, informamos que este CEAG hipoteca seu apoio à iniciativa do Senador Alaor Coutinho e de demais parlamentares, no sentido de que haja mudança no atual horário bancário, o qual mostra-se contrário aos interesses do público em geral e, em particular, das micro, pequenas e médias empresas do território de Roraima.

SDS

Nilson Valente Guimarães
Diretor Executivo em exercício.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

**PROJETO DE LEI DO SENADO
nº 217, de 1986**

Dispõe sobre a adição das vitaminas A e D ao leite desnatado, em pó ou fluido, comercializado no País.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A adição das vitaminas A e D ao leite desnatado, em pó ou fluido, comercializado no País, será obrigatória no prazo de até doze meses a partir da promulgação desta lei.

Art. 2º A indústria de laticínios terá o prazo de até doze (12) meses para adaptar-se às exigências desta lei.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei em até 90 (noventa) dias após sua publicação.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O leite integral é um dos alimentos mais completos em termos nutritivos, mas devido à crise do setor leiteiro, o produto mais amplamente comercializado é o leite desnatado, com 2% de gorduras, o chamado tipo C.

Devido à diferença entre o preço do leite integral e o desnatado, a imensa maioria da população consome o último, privando-se, assim, do aporte das vitaminas A e D, essenciais à boa nutrição.

Considerando que o leite comercializado é utilizado, em sua maioria, na alimentação infantil, é desejável que o mesmo seja enriquecido de modo a evitar problemas tais como lesões oculares, falta de resistência às infecções e raquitismo, problemas associados às avitaminoses A e D.

As experiências realizadas a nível de programas alimentares do Governo indicam que existe viabilidade técnica e econômica para a adoção desta medida a nível nacional.

O prazo de doze (12) meses para a adoção da medida objetiva permitir à indústria de laticínios adaptar-se a esta tecnologia, identificar fornecedores para as vitaminas e tomar conhecimento das experiências já existentes nos setores público e privado.

Também este prazo permitirá que as indústrias farmacêuticas dediquem-se a obter ou aperfeiçoar tecnologias de produção das vitaminas A e D, garantindo o bom funcionamento do mercado fornecedor destes insumos.

Também é preciso observar que o ideal é a produção e a comercialização do leite integral, com preço acessível à imensa maioria da população. Entretanto, a magnitude da crise que enfrenta o setor leiteiro não nos permite visualizar esta ocorrência no curto e médio prazo.

Na verdade, a produção de leite cresceu à taxa anual de apenas 3,8% no período 1963/84, taxa esta insuficiente para atender ao crescimento da população urbana. No mesmo período (1963/84), a produção de leite pasteurizado aumentou em 11,1% a.a.; a produção de leite em pó, 7,0% a.a. e a oferta de queijo evoluiu a 26,6% a.a.

Ou seja, a produção do leite desnatado, a 2% de gordura, permitiu que as indústrias expandissem sua oferta de derivados, melhorando sua rentabilidade.

No período janeiro/abril de 1986 a produção de leite foi reduzida em 3,1%; a produção do mês de abril de 1986, comparada ao mesmo mês em 1985, indicou uma queda de 9,7%. Ou seja, o setor leiteiro apresenta-se com problemas que dificultam o abastecimento interno, necessitando, com urgência, de uma política sustentada de apoio ao setor.

Tendo consciência do problema a ser enfrentado, o Governo, através do Decreto nº 92.475, de 20-4-86, criou Comissão Interministerial com o objetivo de elaborar uma política de ação governamental para o setor leiteiro. A referida Comissão, integrada por várias instituições governamentais e privadas dispõe de seis meses, a contar da data de sua criação, para concluir os estudos.

Espera-se que o Governo Federal auxilie na recuperação da atividade, mas os investimentos na pecuária leiteira, pela própria natureza da exploração, não apresentam retornos imediatos.

É de interesse para o País, que, no mais breve espaço de tempo, de acordo com as limitações técnicas e econômicas inerentes a este tipo de proposta, esteja disponível ao grande público consumidor um leite que, mesmo desnatado, garanta o aporte vitamínico necessário ao desenvolvimento infantil.

O leite desnatado, por seu preço, é consumido principalmente por famílias economicamente menos favorecidas e, sendo enriquecido com as vitaminas A e D, irá proporcionar sensíveis melhoras nos níveis de nutrição do povo em geral.

Concluindo, a adição das vitaminas A e D é economicamente viável, tecnicamente factível e, do ponto de vista social, constitui-se uma política de imediato retorno pela

melhoria da saúde da população, notadamente do público infantil.

Sala das Sessões, 22 de setembro de 1986. — Eunice Michiles, Quarto-Secretário.

(*As Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Saúde.*)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 218, de 1986

Dispõe sobre a adição das vitaminas "A" e "D" ao leite em pó desnatado, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É obrigatória a adição da vitamina "A" e da vitamina "D" ao leite em pó desnatado, utilizado em programas alimentares oficiais.

Parágrafo único. São considerados programas alimentares oficiais aqueles instalados através de portarias presidenciais, destinados a prover suplementação alimentar à população de baixa renda.

Art. 2º O Executivo regulamentará esta lei até 90 (noventa) dias após sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O leite *in natura* é uma grande fonte de vitaminas, mas durante sua industrialização, notadamente na produção do leite em pó desnatado, ocorre uma grande redução no teor vitamínico do produto, principalmente nas vitaminas A e D.

Isto é grave, quando se sabe que a hipovitaminose A pode ocasionar lesões oculares de graus variáveis, até a cegueira, e uma baixa resistência à infecção, aumentando a mortalidade infantil, a hipovitaminose "D" leva ao raquitismo pela má absorção de cálcio e fósforo pelo metabolismo.

O leite em pó desnatado, pela sua facilidade de manuseio, estabilidade e durabilidade, é muito utilizado em programas alimentares do Governo, mas a ausência das vitaminas, especialmente a A e a D, reduz sua eficácia no combate à subnutrição. Observe que nos grupos de renda mais elevada, a carência vitamínica do leite pode e é amplamente compensada pela ingestão de alimentos tais como frutas, legumes, queijos, ovos, carne, produtos estes não acessíveis àquelas comunidades-metá dos programas de suplementação alimentar.

Caracteriza-se, assim, um problema decorrente da situação de pobreza em que se encontra parte da população brasileira, onde o leite distribuído pelo governo é a maior, senão única, fonte de vitaminas para crianças e nutrízes. Devido à carência vitamínica do leite em pó desnatado é de interesse para a sociedade que nos programas oficiais de combate à subnutrição seja adotado o uso do leite em pó desnatado enriquecido com as vitaminas A e D, aos níveis recomendados pelo Ministério da Saúde, níveis estes a serem estipulados quando da regulamentação da Lei, pelo INAN, Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição.

De acordo com as recomendações da OMS — Organização Mundial de Saúde, o INAN — Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição realiza experiência no sentido de incluir ao leite em pó desnatado 5.000 UI de vitamina A e 500 UI de vitamina D.

A composição de cada pacote de 1 kg do composto é a seguinte:

250g — vitamina A
55g — vitamina D3
300g — vitamina C
395g — maltodextrina

A proporção é de 1 Kg da mistura para cada 10.000 litros de leite fluido, no tonel de mistura antes da fase de concentração. O custo de 1 Kg da mistura é de Cz\$ 323,97 e, mesmo considerando a parcela adicional do ICM, o custo por Kg de leite em pó seria de aproximadamente Cz\$ 0,35.

Isto indica que o custo unitário da adição é relativamente baixo, amplamente justificado pelo valor social do projeto. Ainda no que se refere a custos, a quantidade de programas de suplementação alimentar existente, sem

uma coordenação central, torna difícil uma estimativa de custos a nível de governo. A título de exemplo, temos que o Programa de Suplementação Alimentar (PSA) do INAN, um dos maiores na área federal, distribui aproximadamente 7.200 t/mês de leite em pó, o que implicaria um custo estimado de Cz\$ 2.420.000,00. Os principais programas de alimentação suplementar são: Merenda Escolar — FAE/MEC (Fundo de Assistência ao Estudante/Ministério da Educação); Leite/SEAC (Secretaria Especial de Ação Comunitária/Gabinete Civil); PAP (Programa de Alimentação Popular/COBAL — Ministério da Agricultura); PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador/Ministério do Trabalho); PCA (Programa de Complementação Alimentar/LBA/Ministério da Previdência Social).

Cabe ressaltar aqui, que a fortificação do leite desnatado em pó é prática comum em vários países e que o produto oriundo dos Estados Unidos destinado a programas de suplementação alimentar em países subdesenvolvidos, seguindo recomendações da OMS é vitamínico.

No caso brasileiro, o problema da avitaminose está ligado à situação de pobreza em que se encontra parte da população, pois nas classes de renda mais alta, mesmo ocorrendo o consumo de leite desnatado, a ingestão de outros produtos compensa esta deficiência.

Assim, o acesso da população carente a um leite rico em vitaminas é uma forma de reduzir, no curto prazo, os problemas da subnutrição.

A situação ideal é que a produção de leite integral apresentasse volume e preços acessíveis à totalidade da população brasileira. Infelizmente, a pecuária leiteira enfrenta uma crise que se reflete no abastecimento interno e nos altos preços do leite integral.

Espera-se que a recuperação da atividade leiteira e o aumento da renda *per capita* da população, no médio e longo prazos precluam a necessidade de programas alimentares destinados a evitar problemas imediatos de subnutrição. Até lá, é necessário garantir às populações carentes um produto compatível com suas necessidades.

Do exposto, acreditamos ser justificada amplamente a necessidade da adição das vitaminas A e D ao leite em pó desnatado utilizado em programas oficiais de suplementação alimentar, protegendo, assim, as crianças oriundas das camadas menos favorecidas da população de enfermidades tais como a cegueira e o raquitismo.

Sala das Sessões, 22 de setembro de 1986. — Eunice Michiles, Quarto-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

(*As Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.*)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 83, de 1982, de autoria do Senador Itamar Franco, que dispensa a realização de Vistoria, Judicial na hipótese que menciona, tendo

PARECER, sob nº 57, de 1986, da Comissão — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável.

Em discussão o projeto, em segundo turno. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

O projeto é dado como definitivamente aprovado, nos termos do art. 315 do Regimento Interno.

O projeto irá à Comissão de Redação.

(*) Custo levantado pelo INAN em agosto de 1986.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 83, de 1982

Dispensa a realização de vistoria judicial na hipótese que menciona.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O parágrafo 2º, do artigo 213, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º Se da retificação resultar alteração da descrição das divisas ou da área do imóvel, serão citados, para se manifestar sobre o requerimento, em 10 (dez) dias, todos os confrontantes e o alienante ou seus sucessores. Não havendo oposição e sendo o requerimento instruído com planta e memorial descritivo da propriedade que justifique o pedido de retificação, o Juiz dispensará a realização de vistoria judicial."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º São revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 2:

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 159, de 1982, de autoria do Senador Itamar Franco, que proíbe a cobrança de taxa, emolumentos ou remuneração, por parte dos Agentes do Sistema Financeiro da Habitação, nas cessões de direito oriundas de financiamento, tendo

PARECERES, sob nºs 489 e 490, de 1985, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e,
— de Finanças, favorável.

Em discussão o projeto, em segundo turno. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

O projeto é dado como definitivamente aprovado, nos termos do art. 315 do Regimento Interno.

O projeto irá à Comissão de Redação.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 159, de 1982

Proíbe a cobrança de taxa, emolumentos ou remuneração, por parte dos agentes do Sistema Financeiro de Habitação, nas cessões de direito oriundas de financiamento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As entidades integrantes do Sistema Financeiro de Habitação ficam proibidas de cobrar qualquer taxa, emolumentos ou remuneração pela transferência ou cessão de direito sobre imóvel dado em garantia de operação de crédito.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º São revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 3:

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 290, de 1980, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que altera dispositivos da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, tendo

PARECERES, sob nºs 96 e 98, de 1985, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável.
— de Legislação Social, contrário, com voto vencido do Senador Hélio Gueiros; e
— de Finanças, favorável.

Em discussão o projeto, em segundo turno. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

O projeto é dado como definitivamente aprovado, nos termos do art. 315 do Regimento Interno.

O projeto irá à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 290, de 1980

Altera dispositivos da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 6º e seu parágrafo 1º, da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, modificados pelo art. 1º do Decreto-lei nº 1.432, de 5 de dezembro de 1975, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho, por parte da empresa, sem justa causa, ficará esta obrigada a pagar diretamente ao empregado optante os valores relativos aos depósitos referentes ao mês de rescisão e ao imediatamente anterior, que ainda não houver sido recolhido ao Banco Depositário, além da importância igual a 20% (vinte por cento) desses valores e ao montante dos depósitos, da correção monetária e dos juros capitalizados na sua conta vinculada, correspondentes ao período de trabalho na empresa.

§ 1º Quando ocorrer despedida por culpa recíproca ou força maior, reconhecidas pela Justiça do Trabalho, o percentual de que trata este artigo será de 10% (dez por cento), obrigada a empresa aos demais pagamentos nele previstos.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Nos termos do art. 44, § 1º, b, do Regimento Interno, a Presidência propôs ao Plenário os nomes dos Senadores Aloysio Chaves, Amaral Peixoto e Humberto Lucena para comporem a delegação brasileira à 76ª Conferência Interparlamentar, a realizar-se em Buenos Aires, no período de 6 a 11 de outubro próximo.

Nos termos regimentais, a proposta deveria ser votada nesta oportunidade. Não havendo, entretanto, quorum para deliberação, a apreciação fica adiada.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra à nobre Senadora Eunice Michiles.

A SRª EUNICE MICHILES (PFL — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: O leite é um alimento integral, se comparado com outras fontes de gordura, de proteínas e de carboidratos. Também é acentuado, nesse produto natural, o teor de vitaminas “A” e “D” — cuja carência sujeita as crianças — principalmente as que sofrem na idade mais tenra — ao raquitismo, à hemeralopia e a outros tipos de deficiência visual; o baixo consumo do leite produz, ainda, um largo cortejo de hipovitaminoses.

Embora não haja, no Brasil, fora dos centros pecuários, um hábito definido de consumo de leite, a situação se agrava quando o produto desaparece paulatinamente do mercado, substituído pelo leite em pó, importado. Esta situação decorre do fato de ter sido o leite um dos poucos produtos alimentares que teve o seu preço congelado, na baixa, pelo Plano Cruzado.

Realmente, em março estava programado um aumento de mais de trinta e cinco por cento do preço do produto, o que não ocorreu, com isso, os produtores estão obrigados a entregá-lo, hoje, com um preço defasado em quase cinquenta por cento.

O leite em pó, importado, não é integral, tem deficiências das vitaminas “A” e “D” pois, não atingindo a quantidade de 5.000 U.I. de vitaminas “A” e 500 U.I. de vitamina “D”, conforme os critérios ditados pela Organização Mundial da Saúde.

Esses dois nutrientes poderiam ser diluídos no leite em pó, perdendo-se, apenas, o teor de gordura.

De todos os males resultantes da carência de vitamina “A”, o mais doloroso é a chamada cegueira nutricional, que vem sendo combatida em todo o mundo, porém com menor eficácia na América do Sul e no Brasil.

Embora essa vitamina seja encontrada nos vegetais verde-folhosos, como também na cenoura, na pupunha, no tucuman e no óleo de dendê, quase nunca qualquer

desses elementos figura no cardápio do brasileiro da classe proletária.

Considere-se, por outro lado, que a deficiência de vitamina “A”, ocorrendo também entre os adultos, diminui a resistência às afecções, produz osteartroses, perda dos dentes, das unhas e dos cabelos, além de perturbar o funcionamento endócrino e prejudicar a formação dos tecidos corpóreos.

Trabalhos realizados, recentemente, na Indonésia, comprovaram uma redução de trinta por cento da mortalidade infantil, como resultado da ingestão de doses maciças de vitamina “A” duas vezes por ano.

Um grupo de pesquisadores brasileiros, na cidade pernambucana de Caruaru, guiado pelo Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco, verificou a severidade dos casos de sarampo, gripes e resfriados, ante a carência vitamínica, que prejudica, principalmente, as crianças de zero a cinco anos de idade.

Mas há meios eficientes de combate a essa hipovitaminose. Consistem em medidas de emergência, como a distribuição periódica de doses de vitamina “A”; medidas de médio e longo prazo, que garantem ao leite um nível de 5.000 unidades de vitamina “A” e 500 unidades de vitamina “D” por litro; programas alimentares institucionais, para suplementação adequada dessas vitaminas, e um programa de educação nutricional, visando à inclusão no cardápio do brasileiro de alimentos ricos em vitaminas.

Temos distribuído na Amazônia, essas vitaminas nos foros populares ali realizados. Ao mesmo tempo, nos suportes científico e técnico do OMS, para vitamar o leite em pó, prática que se iniciou no mundo há cerca de vinte anos, principalmente como decorrência da distribuição do leite em pó desnatado.

Recentemente, a Organização Mundial de Saúde divulgou comunicado, salientando que suas investigações neste setor concluem pelo agravamento do problema nas nações em desenvolvimento, principalmente no sudoeste asiático, onde se alastra a cegueira infantil. Ela recomenda que o leite distribuído pelos Estados Unidos seja enriquecido com vitamina “A”, conselho que vem sendo atendido pelo próprio doador.

O leite de vaca é rico em nutrientes, como proteína, gordura, carboidrato, minerais como o sódio, o potássio, o magnésio, o cálcio, o manganês, o ferro, o cobalto, o cobre, o fósforo, o cloro, o fluoreto e o selênio, além das vitaminas A, D, E, K, B1, B2, B6, B12, C, ácido pantotênico, nicotinamida, biotina, ácido fólico.

O leite desnatado tem algumas aplicações dietéticas, em caso de regime pobre em gordura, sendo, mesmo assim, um rico potencial de proteínas, cálcio e fósforo. Mas, com a extração da gordura, perde as vitaminas A e D, induzindo a hipovitaminoses.

A pasteurização e a esterilização, usadas no beneficiamento do leite, como tratamento térmico, não chegam a prejudicar suas qualidades organolépticas, mas afetam a qualidade nutricional, pois na pasteurização a destruição da vitamina C é de 20% e de 10% a de tiamina, perdendo-se, também, vinte por cento da vitamina A.

O leite em pó integral perde dez por cento de proteína, 26% de gordura, 4.800 unidades de vitamina A, quatro décimos por cento de biotina, quase um por cento de cálcio e de fósforo.

Das carências provocadas pela ausência de vitamina A, surge a fotofobia, a cegueira noturna, a redução da acuidade visual e até mesmo a produção de úlceras na córnea, havendo, no mundo, mais de um milhão de pessoas com lesão ocular por avitaminose.

A carência de Vitamina “D” produz o raquitismo, e o melhor remédio para deter o avanço dessas doenças é o enriquecimento do leite.

Segundo as mais recentes pesquisas científicas, o leite contém todas as vitaminas necessárias ao organismo humano, mas algumas em quantidades insuficientes, daí a necessidade de enriquecer o leite com micronutrientes essenciais.

Os métodos mais empregados no enriquecimento do leite são a adição de vitaminas A e D3 lipossolúveis, usando-se o tocoferol e o óleo de amendoim como diluente da mistura para proteger as vitaminas da oxidação ou vitaminas A e B3 em pó, usando-se vitamina C para o mesmo fim.

As vitaminas em pó podem ser adicionadas em lotes utilizando o misturador de pós ou de forma contínua, bem como um micro-dosador no fluxo de leite em pó.

As vitaminas lipossolúveis devem ser adicionadas ao leite líquido e homogeneizado antes da secagem para obtenção do leite em pó.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Acontecimento sumamente auspicioso do ponto de vista da aceleração do ritmo do desenvolvimento econômico-social do Nordeste e do Brasil — no que tange à ampliação e fortalecimento da capacidade energética global do País — é a construção da Hidrelétrica do Xingó, que será o oitavo grande empreendimento hidrelétrico a ser instalado no curso do Rio São Francisco.

Segundo informações prestadas pelo Sr. Paulo Richer, Secretário-Geral do Ministério das Minas e Energia, que o *Jornal do Brasil* divulgou em sua edição de 18 de agosto passado, as obras de construção da Hidrelétrica do Xingó, localizada na divisa dos Estados de Alagoas e Sergipe — Municípios de Piranhas (Alagoas) e Canindé do São Francisco (Sergipe) — deverão ter início, impreterivelmente, no primeiro trimestre do ano vindouro.

A concorrência para a construção dessa hidrelétrica — uma das maiores do País, com potência de 5 mil megawatts e um custo estimado em US\$ 6 bilhões de dólares — qualificou o consórcio integrado pela Mendes Júnior e pela Companhia Brasileira de Pavimentos e Obras (CBO).

As obras empregarão cerca de 9 mil pessoas. A barragem terá uma altura de 140 metros e o comprimento da crista 850 metros, previsto o início das operações com 3 mil megawatts de potência instalados, dentro de cinco anos, de acordo com o plano inicial.

Nada mais seria preciso acrescentar como demonstração das dimensões desse magno empreendimento, que representa, sem sombra de dúvida, o maior conjunto de obras projetadas pelo Governo do Presidente José Sarney no âmbito da política energética.

Simultaneamente, com a execução do PROIN — Programa de Irrigação de um milhão de hectares no Nordeste — a Hidrelétrica de Xingó deverá se transformar em um dos fatores decisivos da transformação irreversível da Região no concernente ao seu desenvolvimento agropecuário e industrial.

Através da eletrificação rural, da agricultura irrigada e da modernização industrial, Sergipe, Alagoas e os demais Estados do Nordeste, conseguirão ultrapassar as barreiras do atraso e do subdesenvolvimento, assegurando-se, destarte, a integração nacional e a unidade da Federação brasileira em virtude da correção dos desequilíbrios e disparidades inter-regionais de renda, produção e desenvolvimento social.

Ao registrar nos Anais do Senado, a construção da Hidrelétrica do Xingó, associo-me à alegria de todos os nordestinos e rememoro, com justificada emoção cívica, os pronunciamentos que formulei a respeito dessa reivindicação prioritária da Região — da tribuna do Senado Federal, em 9 de outubro de 1972, 9 de novembro de 1973 e 6 de março de 1974.

Felicitto, nesta oportunidade, o Ministro de estado das Minas e Energia, Aureliano Chaves, pela sua lúcida visão, excepcional competência e patriotismo, enquadrando a Hidrelétrica do Xingó no elenco das prioridades impostergáveis da política energética nacional.

Ao mesmo tempo, congratulo-me na pessoa do Governador João Alves Filho, com o povo sergipano, e transmiro, como representante de Sergipe no Senado da República, ao Presidente José Sarney, os aplausos, a irrestrita solidariedade e a imperecível gratidão dos nordestinos pelo seu histórico desempenho como o grande estadista que logrou transformar a fisionomia da Região, fortalecendo as bases de sua recuperação e desenvolvimento auto-sustentado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 1983, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que "dispõe sobre o direito do assinante à transferência do telefone nos lugares onde o serviço é explorado por mais de uma empresa, nas condições que especifica", tendo

PARECERES, sob os nºs 509 e 510, de 1985, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Transporte, Comunicações e Obras Públicas, favorável.

2

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 59, de 1983, de autoria do Senador Mário Maia, que "altera a Lei nº 1.950, de 14 de junho de 1982, que isenta do Imposto de Renda os ganhos auferidos por pessoas físicas em operações com imóveis, estimula a capitalização das pessoas jurídicas, e dá outras providências", tendo

PARECERES, sob os nºs 495 e 496, de 1985, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Finanças, favorável.

3

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 152, de 1983, de autoria do Senador Itamar Franco, que "concede aposentadoria especial aos que tenham sofrido restrição ao livre exercício de atividade profissional em decorrência dos atos institucionais, complementares e legislação correlata", tendo

PARECERES, sob os nºs 24 a 27, de 1985, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Segurança Nacional, de Legislação Social e de Finanças, favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 30 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. MATA-MACHADO NA SESSÃO DE 18-9-86 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. MATA-MACHADO (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, amigos meus, tantos aqui presentes:

Só posso começar assinalando a emoção com que compareço ao Senado do meu País, representando uma vez mais o povo mineiro. Uma vez mais, Sr. Presidente e Srs. Senadores, porque, na verdade, isto para mim é uma volta. É uma volta principalmente de um Partido que lutou e também de alguém que muito sofreu por esta luta sem, no entanto, se esquecer de que há quem não esqueça e é o povo. Aqui estou, na verdade, com a consagração popular por ter sido, honrada e honrosamente, Suplente do Senador Itamar Franco que empreende, também agora, mais uma luta junto do povo.

Essa volta, permitam-me que o diga, me faz lembrar o texto de um livro famoso da Escritora norueguesa Sigrid Undset. Ela assistiu ao desenvolvimento de uma quinta coluna na Noruega, que foi dirigida, essa quinta coluna, sustentada por um nome que ficou sob certa maldição na História, Quisling. Recordo-me, jornalista proibido de empregar até mesmo a expressão "quinta coluna" durante o regime ditatorial, procurava suprir e superar essa proibição. Não apenas eu, mas todo os jornalistas não só do Brasil, do mundo inteiro, usaram a expressão quislin-

guismo, palavra que, evidentemente, só existiu naquela época. Pois bem, a escritora norueguesa que há pouco mencionei, quando libertado o seu país, mas praticamente arruinado pela invasão nazista, escreveu um livro com este título misterioso e, no entanto, belo título: "A Volta para o Futuro". Eu sei que a expressão voltou, até recentemente, em um filme de famoso produtor que, dando como ponto de partida a criação, por um cientista louco, da expressão "A máquina do tempo", sustentou também essa hipótese de voltarmos para o futuro.

É o que sinto neste momento. Todos sabem que, na verdade, volto ao Congresso do qual, com tantos companheiros, dentre os quais alguns se encontram aqui, fui eliminado pela cassação. É retorno de olhos voltados para Deus, para o povo e para o futuro do meu País, um futuro que abra aos afortunados oportunidades para se realizarem no trabalho, na justiça, no amor fraterno e na alegria. Eis-me, aqui, Sr. Presidente e Srs. Senadores, voltado para o futuro! (Muito bem! Palmas.)

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS (CT)

2ª Reunião (Extraordinária), realizada em 16 de setembro de 1986

Às dezessete horas do dia dezesseis de setembro de mil novecentos e oitenta e seis, na Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, presente os Senhores Senadores Amaral Peixoto, Arno Damiani, Marcelo Miranda e Luiz Cavalcante, reúne-se a Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

Deixa de comparecer por motivo justificado o Senhor Senador Alexandre Costa.

Havendo número regimental, o Sr. Senador Luiz Cavalcante, Vice-Presidente, no exercício da Presidência declara aberto os trabalhos, e comunica que a reunião se destina à eleição do Presidente da Comissão, vaga, em virtude do Senhor Senador Alexandre Costa haver se transferido do PDS para o PFL.

Prosseguindo, o Sr. Senador Luiz Cavalcante anuncia que vai proceder à eleição. Distribuídas as cédulas para votação, o Senhor Presidente convida para funcionar como escrutinador, o Sr. Senador Amaral Peixoto. Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Arno Damiani 4 votos.

É proclamado eleito Presidente, o Sr. Senador Arno Damiani, que assume a Presidência e, agradece a seus pares a distinção com que foi honrado para exercer tão importante missão.

O Sr. Presidente declara encerrados os trabalhos, lavrando eu, Marcelino dos Santos Carmello, Assistente da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros presentes.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

4ª Reunião (Extraordinária), realizada em 16 de setembro de 1986

Às dezessete horas e quarenta e cinco minutos do dia dezesseis de setembro de mil novecentos e oitenta e seis, na Sala de Reuniões da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência eventual do Senhor Senador Moacyr Duarte e com a presença dos Senhores Senadores Arno Damiani, José Urbano e Benedito Ferreira, reúne-se a Comissão de Agricultura. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Martins Filho, Alvaro Dias e Galvão Modesto. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos com a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada, e anuncia que a presente reunião destina-se a eleição do Vice-Presidente da Comissão de Agricultura, em virtude do Senhor Senador Benedito Ferreira ter deixado de pertencer ao PDS e ter se filiado ao PFL. Distribuídas as cédulas para votação, o Senhor Presidente convida para funcionar como escrutinador, o Senhor Senador José Urbano. Procedida a votação, verifica-se o seguinte resultado: 4 votos para o Senador Arno Damiani. É proclamado

eleito o Senador Arno Damiani, que agradece a seus Pares a distinção com que foi honrado para exercer tão importante cargo. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Sérgio da Fonseca Braga, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros presentes.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

5ª Reunião (Ordinária), realizada em 14 de agosto de 1986

Às dez horas do dia quatorze de agosto de mil novecentos e oitenta e seis, na Sala de Reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência eventual do Senhor Senador Nivaldo Machado e com a presença dos Senhores Senadores Jorge Kalume, Alvaro Dias, Moacyr Duarte e Helvídio Nunes, reúne-se a Comissão de Legislação Social. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Alberto Silva, Gabriel Hermes, Moacyr Dalla, Jaison Barreto e Henrique Santillo. Havendo número regimental, o Senhor Presidente eventual declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, são apreciadas as seguintes matérias: 1. Projeto de Lei da Câmara nº 006, de 1985, que "estende aos trabalhadores avulsos os benefícios da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, que dispõe sobre as entidades de previdência privada e dá outras providências. Relator: Senador Jorge Kalume. Parecer: Favorável. Aprovado por unanimidade. 2. Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1986, que "inclui o fotógrafo autônomo no Quadro de Atividades e Profissões a que se refere o artigo 577 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943". Relator: Senador Jorge Kalume. Parecer: Favorável. Aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente eventual agradece o comparecimento dos Senhores Senadores e declara encerrados os trabalhos, determinando que eu, Antônio Carlos Pereira Fonseca, Assistente da Comissão, lavrasse a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada por sua Excelência.

COMISSÃO DE MUNICÍPIOS

5ª Reunião (Extraordinária), realizada no dia 16 de setembro de 1986

Às dezessete horas do dia dezesseis de setembro de mil novecentos e oitenta e seis, na Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, com a presença dos Senhores Senadores Octávio Cardoso, Marcelo Miranda, Hélio Gueiros, Alair Coutinho, Luiz Cavalcante, Amaral Peixoto, Nelson Carneiro, Jorge Kalume, Altevir Leal e José Ignácio Ferreira.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Amaral Furlan, Gastão Müller, Lourival Baptista, Galvão Modesto, Moacyr Dalla e Juthay Magalhães.

Assumindo a Presidência, conforme preceitua o Regimento Interno, o Senhor Senador Luiz Cavalcante declara aberta a reunião, comunicando que a mesma se destina à eleição do Presidente da Comissão, uma vez que o Senhor Senador Moacyr Dalla, deixou a Presidência por ter se desligado do PDS.

Em seguida, o Sr. Presidente manda providenciar a distribuição das cédulas e designa o Senhor Senador Jorge Kalume, para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Amaral Peixoto 10 votos.

É proclamado eleito Presidente, o Senhor Senador Amaral Peixoto.

Prosseguindo, o Senhor Senador Luiz Cavalcante convida o Presidente eleito, Senador Amaral Peixoto, para assumir a Presidência e dar continuidade aos trabalhos. Com a palavra, o Sr. Presidente agradece a honra da escolha do seu nome para desempenhar tão importante missão e espera poder oferecer a melhor de sua contribuição, a fim de tornar a Comissão de Municípios um órgão dinâmico, propondo, em seguida, que as reuniões continuem se realizando às quinta feiras, no mesmo horário, com que concordaram todos os demais membros.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Francisco Gonçalves Pereira, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assi-

nada pelo Senhor Presidente e demais membros presentes.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

3ª Reunião (Extraordinária), realizada em 16 de setembro de 1986.

Às dez horas e trinta minutos do dia dezesseis de setembro de mil novecentos e oitenta e seis, na Sala da Comissão de Relações Exteriores, na Ala Senador Nilo Coelho, com a presença dos Senhores Senadores: Benedito Ferreira, Carlos Lyra, Amaral Peixoto, Ivan Bonato, Nivaldo Machado, José Urbano, Octávio Cardoso, Gabriel Hermes e Cid Sampaio, reúne-se a Comissão de Fiscalização e Controle, sob a Presidência eventual do Senhor Senador Benedito Ferreira. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores: Roberto Campos, Virgílio Távora, Amaral Furlan, Moacyr Dalla, Altevir Leal, Amir Gaudêncio, João Calmon, Fábio Lucena, Henrique Santillo, Alberto Silva, e Martins Filho. O Senhor Presidente eventual, Senador Benedito Ferreira anuncia que a presente reunião destina-se à eleição do Vice-Presidente da Comissão, para o ano de 1986, em virtude do Senador Américo de Souza, eleito para o biênio 1985/1986, ter se desligado da Comissão para concorrer a uma vaga ao Senado Federal, por seu Estado, nas próximas eleições. Distribuídas as cédulas, o Senhor Presidente designa para escrutinador o Senhor Senador Amaral Peixoto. Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Vice-Presidente

Senador Ivan Bonato 9 votos
É proclamado eleito Vice-Presidente o Senhor Senador Ivan Bonato.

Prosseguindo, o Senhor Presidente eventual, concede a palavra ao Senador Ivan Bonato. Com a palavra, o Senhor Vice-Presidente eleito agradece a seus ilustres Pares a honra com que foi distinguido para desempenhar a missão e espera poder oferecer a sua contribuição neste importante órgão técnico do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Goitacaz Brasonio Pedroso de Albuquerque, Secretário ad hoc, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros presentes.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

1ª Reunião (extraordinária) realizada em 17 de setembro de 1986

Às dezesseis horas do dia dezessete de setembro de mil novecentos e oitenta e seis, na Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, presentes os Senhores Senadores Benedito Ferreira, Jorge Kalume, José Ignácio Ferreira e Cid Sampaio, reúne-se a Comissão de Segurança Nacional.

Deixam de comparecer por motivo justificado, os Senhores Senadores Cesar Cals, João Castelo, Mauro Borges, Gastão Müller e Odacir Soares.

Havendo número regimental, o Sr. Senador Benedito Ferreira, Presidente eventual, declara aberto os trabalhos, e comunica que a reunião se destina à eleição do Presidente da Comissão, vaga, em virtude do Sr. Senador Odacir Soares, haver se transferido do PDS, para o PFL. Prosseguindo, o Senhor Presidente anuncia que vai proceder à eleição. Distribuídas as cédulas para votação, o Sr. Presidente convida para funcionar como escrutinador, o Sr. Senador Jorge Kalume. Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Cesar Cals 04 votos
É proclamado eleito Presidente, o Senhor Senador Cesar Cals, continuando o Senhor Presidente agradece a todos e, declara encerrado os trabalhos. Lavrando eu, Marcelino dos Santos Camello, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e, demais membros presentes.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

8ª Reunião (extraordinária) realizada em 18 de setembro de 1986

Às onze horas do dia dezoito de setembro de mil novecentos e oitenta e seis, na Sala de Reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do

Senhor Senador Jorge Kalume (Vice-Presidente da Comissão) e com a presença dos Senhores Senadores Nivaldo Machado, José Urbano e Afonso Sancho, reúne-se a Comissão de Serviço Público Civil. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Jutahy Magalhães, Mário Maia e Helvídio Nunes. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir foram apreciadas as seguintes matérias: 1. Projeto de Lei da Câmara nº 018, de 1986, que "cria cargos de Secretário de Turma e de Diretor de Serviço na Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região". Relator: Senador Jorge Kalume. Parecer: Favorável. Aprovado por unanimidade. 2. Projeto de Lei da Câmara nº 019, de 1986, que "dispõe sobre a estruturação de Categorias Funcionais do Grupo-Atividades de Apoio Judiciário do Quadro Permanente das Secretarias das Seções Judiciárias da Justiça Federal de Primeira Instância, e dá outras providências". Relator: Senador Jorge Kalume. Parecer: Favorável. Aprovado por unanimidade. 3. Projeto de Lei da Câmara nº 020, de 1986 que "dispõe sobre a estrutura de Categorias Funcionais do Grupo-Atividades de Apoio Judiciário do Quadro Permanente das Secretarias das Seções Judiciárias da Justiça Federal de Primeira Instância, e dá outras providências". Relator: Senador Jorge Kalume. Parecer: Favorável. Aprovado por unanimidade. E, finalmente, Projeto de Lei da Câmara nº 046, de 1986, que "dispõe sobre a transformação de encargos de representação de Gabinete na Secretaria do Tribunal Federal de Recursos e dá outras providências". Relator: Senador Jorge Kalume. Parecer: Favorável. Aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrados os trabalhos, lavrando eu, Luiz Cláudio de Brito, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada por Sua Excelência.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

2ª Reunião (extraordinária) realizada em 16 de setembro de 1986.

Às dezessete horas do dia dezesseis de setembro de mil novecentos e oitenta e seis, na Sala de Reunião da Comissão de Minas e Energia, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência eventual do Senhor Senador Carlos Lyra e com a presença dos Senhores Senadores Nivaldo Machado, Arno Damiani e Severo Gomes, reúne-se a Comissão de Ciência e Tecnologia. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Cesar Cals, Virgílio Távora e Mauro Borges. Havendo número regimental, o Senhor Presidente eventual declara abertos os trabalhos e anuncia que a presente reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão para o ano de 1986, em virtude do Senhor Senador Milton Cabral ter renunciado ao seu mandato para assumir o Governo do Estado da Paraíba e do Senador Jutahy Magalhães por ter deixado de pertencer ao PDS e ter se filiado ao PMDB. Distribuídas as cédulas, o Senhor Presidente eventual designa para escrutinador o Senhor Senador Severo Gomes. Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Nivaldo Machado 04 votos;

Para Vice-Presidente:

Senador Cesar Cals 04 votos.

São proclamados eleitos Presidente e Vice-Presidente, nesta ordem, os Senhores Senadores Nivaldo Machado e Cesar Cals. Prosseguindo, o Senhor Presidente eventual concede a palavra ao Presidente eleito Senador Nivaldo Machado. Assumindo a Presidência, o Senhor Senador Nivaldo Machado agradece em seu nome e em nome do Senhor Senador Cesar Cals a honra com que foram distinguidos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, determinando que eu, Antônio Carlos Pereira Fonseca, Assistente da Comissão, lavrasse a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros presentes.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

9ª Reunião Realizada em 12 de agosto de 1986 (Especial)

Às dezesseis horas do dia doze de agosto de mil novecentos e oitenta e seis, na Sala de Reuniões da Comissão,

na Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senhor Senador Cid Sampaio, Presidente, reúne-se em caráter especial a Comissão de Relações Exteriores, com a Presença dos Senhores Senadores Severo Gomes e Jorge Kalume. Declarando abertos os trabalhos, o Senhor Presidente comunica que a reunião destina-se a recepcionar os ilustres parlamentares e líderes políticos uruguaios que integram a Delegação Presidencial do Exmo. Senhor Julio Maria Sanguinette, Presidente do Uruguai, em visita oficial ao País, a saber: General Liber Seregni-Presidente da Frente Ampla, Senador Manuel Flores Silva do Partido Colorado, Deputado Luiz Hierro Lopez do Partido Colorado e o Senador Alberto Zumaran do Partido Nacional, passando a proferir, em nome da Comissão, as escusas pelo reduzido número de colegas presentes, tendo em vista o esforço concentrado nestes três dias, assim como a saudação a ilustre Comitiva Uruguiaia. A seguir, o Senhor Alberto Zumaran do Partido Nacional, em nome da comitiva Uruguiaia agradece as palavras do Senhor Presidente e enfatiza a importância desta visita para a integração Latino-Americana. Facultada a palavra, o Senhor General Liber Seregni-Presidente da Frente Ampla uruguiaia acrescenta uma nota pessoal, pois desde muito cedo está ligado ao Brasil, já que cursou o primário na Escola Brasil e mais tarde teve a honra de ser nomeado Cidadão Honorário do Rio de Janeiro e de São Paulo. Concedida a palavra ao Senhor Senador Severo Gomes, este ressalta que a integração Latino-Americana, finalmente está dando passos largos para sua concretização, já que "fazemos parte de um continente onde todos falamos a mesma língua, se imaginarmos as distâncias que separam os falares dos diferentes povos". Ainda facultada a palavra, o Senhor Senador Manuel Flores Silva, do Partido Colorado, pronuncia-se em seu nome e do seu colega o Senhor Deputado Luiz Hierro Lopez, também do Partido Colorado, destacando que neste momento a integração deixa de ser retórica para tornar-se uma realidade. Em seguida, o Senhor Senador Jorge Kalume comenta, após saudar os presentes, que "a grandeza de um país não se mede pela sua área territorial nem pelo número dos seus habitantes, conforme leu há muito tempo, e este pensamento está materializado no Uruguai, grande por sua cultura e civilização que ostenta". O Senhor Senador Cid Sampaio salienta que pelos pronunciamentos de nossos presidentes constatamos que o nossos países amadureceram. Não havendo mais que fizesse uso da palavra, o Senhor Presidente, Senador Cid Sampaio, agradece a honrosa presença dos ilustres visitantes assim como dos demais colegas parlamentares e declara encerrada a reunião, lavrando eu, Maria Olimpia Jiménez de Almeida, Assistente da Comissão, ad hoc, a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação juntamente com o acompanhamento taquigráfico da reunião, por determinação de Sua Excelência.

Anexo à ata da 9ª Reunião (Especial) da Comissão de Relações Exteriores, realizada em 12 de agosto de 1986, às 16:00 horas, destinada a recepcionar os ilustres parlamentares e líderes políticos uruguaios que integram a Delegação Presidencial do Exmo. Senhor Julio Maria Sanguinette, Presidente do Uruguai, em visita oficial ao país, a saber: General Liber Seregni-Presidente da Frente Ampla, Senador Manuel Flores Silva, do Partido Colorado, Deputado Luiz Hierro Lopez, do Partido Colorado e o Senador Alberto Zumaran, do Partido Nacional.

Presidente: Senador Cid Sampaio

1º Vice-Presidente: Senador Virgílio Távora

2º Vice-Presidente: Senador Saldanha Derzi

Integra do apanhamento taquigráfico

O SR. PRESIDENTE (Cid Sampaio) — Lamentavelmente, como Presidente, convoquei os demais companheiros desta Comissão, mas estes não puderam comparecer, pois se encontram nesse esforço concentrado de três dias, quando deveremos aprovar matérias importantes, o que permitirá os políticos ficarem em seus Estados durante o período eleitoral.

Congratulo-me com os líderes uruguaios por esta ocasião, por estarem no Brasil, numa missão que, talvez, seja uma das mais importantes para a América neste momento presente.

Tive a honra de receber o Presidente Sanguinetti no Plenário da Câmara. O seu discurso, os seus pontos de

vista, a manifestação do interesse da República Oriental do Uruguai de integrar-se dentro de uma política continental que permita aos países da América não só uma unidade política e econômica que dê condições a todos os países para se apresentarem perante as outras não só potências como grupamentos de potências do mundo, em termos de exigirem mais justiça para a área periférica do mundo.

Já tive oportunidade de defender no Uruguai tese por ocasião da Reunião Extraordinária do Parlamento Latino-americano. Acompanhei, também, o Presidente da República, quando esteve em Buenos Aires, para entendimento semelhante com a República da Argentina.

Espero que desta semente, desta união entre a Argentina, o Uruguai e o Brasil, à busca de um processo de integração não só cultural e política como econômica, em termos desta unidade nascente, sem sacrifício da soberania e dos interesses de nenhum dos países, possamos realizar na América um movimento semelhante que no Mercado Comum realizaram os países europeus. Não foi à toa que foram vencidas barreiras de língua, barreiras criadas por séculos, às vezes, de rivalidade entre países da velha Europa, para que se entendessem, inclusive se organizassem em torno de um parlamento comum. De forma que nos é um gozo receber representantes não só de setores políticos quanto parlamentares do Uruguai, à busca desta integração que realmente nos parece, a nós brasileiros, um dos caminhos, ou talvez o caminho mais fácil de ser percorrido, para que possamos vencer os estágios não só de atraso tecnológico quanto de pobreza relativa, em comparação com a parte desenvolvida do mundo.

Srs. Senadores, senhores políticos representantes do Partido Colorado, Sr. General Líder Seregni, é com muita honra que os recebo nesta Comissão. Gostaria de recebê-los ao lado de outros companheiros, a fim de que V.Ex's se sentissem aqui como em sua própria terra e pudessem discutir com mais amplitude os assuntos que são de interesse comum da República Oriental do Uruguai e do Brasil. De forma que os saúdo e desejo que no Brasil se sintam como se estivessem na sua própria pátria. Espero que desta aproximação crescente toda a população do Uruguai e a população do Brasil, um dia, se sintam na América tão entendidas que realmente essas pátrias soberanas representem, na realidade, o interesse de um mesmo povo, com as mesmas origens, com as mesmas aspirações e com as mesmas vocações de liberdade.

Muito obrigado a V.Exª pela visita e é com imensa honra que os recebo.

O SR. ALBERTO ZUMARAN — Sr. Presidente, quem lhes fala é Alberto Zumaran, Senador do Partido Nacional, Partido da Oposição em meu País, porém com enorme prazer participo da visita que realiza o Presidente Sanguinetti ao Presidente Sarney do Brasil. Os senhores dirigentes políticos e legisladores que me acompanham deram-me a honra de poder falar em nome deles também, portanto, de todos os partidos políticos uruguaios.

Em primeiro lugar, agradecemos, muito sinceramente, a V. Ex's que nos receberam aqui, nesta Comissão, compartilharam totalmente das expressões que V. Ex's nos dirigiram.

No Uruguai, todos os partidos políticos, estamos muito esperançosos de que esse renascer da democracia na América Latina traga também junto com as liberdades uma maior integração dos países da América Latina.

Brasil, Uruguai, Argentina, acabamos de sair de um período de ditadura que também foi comum aos três países da América Latina, em que sofremos a perda dos direitos políticos e recuperamos a democracia, enfrentamos as mais terríveis dificuldades. Uma democracia que ressurgiu ameaçada, sobretudo, por circunstâncias de ordem econômica. O Sr. Presidente lembrou a reunião do Parlamento Latino-Americano em Montevideu, onde tratamos do tema da dívida externa. Ali, se manifestou uma clara unidade da América Latina no tratamento deste tema. A dívida externa é um problema que envolve nossos povos, porém teve a virtude de despertar a unidade latino-americana. Todo o reforço que estão fazendo os governos latino-americanos para encarar como unidade o tema da dívida externa, as freqüentes reuniões entre presidentes, ministros, parlamentares, desemborçam

neste Cone Sul da América Latina, neste esforço de integração que estão realizando os nossos governos democráticos, nesta hora, na América Latina.

Temos um especial reconhecimento ao Presidente José Sarney, que na sua primeira visita internacional, na sua primeira saída como governante democrático, deu-nos a honra de visitar o nosso país, já se realizaram convênios comerciais, entre o Brasil e o Uruguai, primeiro passo que já redundou em resultados positivos. Podemos dizer que se incrementou o comércio entre o Brasil e o Uruguai.

Temos cifras que mostram um aumento importante, da ordem de 40% no comércio recíproco entre os dois países.

O Uruguai também realizou um convênio comercial recente com a Argentina, do Presidente Alfonsín, que também sai da ditadura e está cuidando de consolidar suas instituições democráticas. O Presidente Sanguinetti entrevistou-se com o Presidente Alfonsín. Temos ampliado nossas relações comerciais.

Vemos com extraordinária satisfação o esforço que fizeram Brasil e Argentina, subscrivendo, recentemente, convênios comerciais, a propósito da visita do Presidente Sarney ao Presidente Alfonsín. Ali esteve presente o Presidente Sanguinetti, do Uruguai, compartilhando com a Argentina e o Brasil esse esforço de integração, que vemos com muito bons olhos.

Consideramos que a visita que o Presidente Sanguinetti realiza ao Brasil, nestes dias, onde está recebendo a hospitalidade e o carinho de todos, será traduzida, seguramente, na assinatura de importantes convênios comerciais, provavelmente ocorrerá amanhã o que vai significar um novo passo no caminho da integração, do qual esperamos resultados muito positivos para o povo do Brasil e do Uruguai.

Cremos ser este o caminho. De parte de todos os partidos uruguaios, estamos realmente comprometidos com os melhores esforços, no sentido de ir vencendo etapas de integração, que começam por este acordo comercial, e que nos levem, com o passar do tempo, com prudência e firmeza, a realizações comuns de mais alto alcance, a fim de que possamos realizar uma integração econômica, política e cultural como a história e as raízes dos nossos povos nos estão ordenando, a todos os dirigentes políticos, a levar adiante.

Com estas expressões, com esta satisfação agradecemos as palavras do Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cid Sampaio) — Alguns dos Senhores querem usar da palavra? (Pausa.)

O SR. LIBER SEREGNI — Sr. Presidente, apenas para expressar, como Presidente da Frente Ampla, nosso total acordo com as palavras ditas pelo Senador Alberto Zumaran.

Dentro das fronteiras, somos partidos políticos que discutem acaloradamente. Fora das fronteiras, somos orientais que lutam pelo destino do nosso povo.

Foi com esse caráter que viemos ao Brasil, este terra irmã, com um claro entendimento sobre a missão e o futuro histórico de nossa pátria.

Somente através de uma integração cada vez mais intensa de nossas economias, de nossas culturas, inclusive através de estruturas de ordem política que permitam ao Continente enfrentar os desafios de um Mundo que, até o presente, lhe foi bastante hostil. Desta forma é que poderemos vencer os obstáculos.

Foi com esse espírito que aqui viemos, Sr. Presidente. Simplesmente acrescento — por isso atrevo-me a pedir a palavra — uma nota pessoal, pois estou ligado a esta terra-irmã, o Brasil.

Quando criança fiz a escola primária na Escola Brasil. De modo que não me é estranho. Já adulto, tive a grande honra de ser nomeado Cidadão Honorário do Rio de Janeiro e de São Paulo. De maneira que sinto-me parte deste país-irmão.

Com este espírito, Sr. Presidente, viemos ao Brasil. E somamos nossos votos aos melhores desejos de um futuro de estreito trabalho entre ambos os países, para um melhor destino da região e para uma melhor integração da América Latina.

O SR. PRESIDENTE (Cid Sampaio) — Comunico aos Senhores que os Srs. Senadores Severo Gomes e Jorge Kalume, representando São Paulo e o Acre, respecti-

vamente, também comparecerem, para prestar nossa homenagem aos representantes uruguaios.

Com a palavra o nobre Senador Severo Gomes.

O SR. SEVERO GOMES — Sr. Presidente, Srs. Parlamentares uruguaios, esta reunião de hoje nos faz refletir sobre uma questão muito importante. Quanto tempo levaram nossas nações para entender que temos um caminho comum, juntos poderemos ter uma jornada menos difícil, sempre será difícil. Só temos razões para nos aliarmos, mesmo porque as forças que pressionam contra aquilo que seria um bom destino para os nossos povos, são as mesmas.

Temos um passado semelhante de países que tiveram o início de sua história construída nas deliberações da South Station, do Comando Naval Inglês para a América Latina, e não é à toa que Lord Cochrane foi um dos fundadores da Marinha brasileira. Brown, a argentina, Lord Cochrane foi para o Chile. Enfim, isto mostra o desenho do mercantilismo inglês que gerou, através até das oligarquias de todos os países, forças intermediárias da afirmação desse mercantilismo. Até tiveram mais dificuldades em outros lugares do mundo porque éramos também filhos do Ocidente. Para disciplinar a Índia foi com a força das armas; a China foi com a Guerra do Ópio. Aqui oligarquias que falavam a voz do Senhor para seus próprios povos.

Isto estamos descobrindo, revendo a nossa história, revendo nosso passado, para que tenhamos condições de andar com nossas próprias pernas. Para fazermos isto precisamos andar com as nossas próprias cabeças. Se não tivermos como ponto de partida uma visão cultural do nosso passado, a visão cultural do nosso povo, continuaremos com os nossos olhos cheios de escamas.

Há um historiador brasileiro do passado que dizia: "O Brasil não pode ter um Balzac, nem um Anatole France não por falta de romancistas, mas por falta de material romancável." Quer dizer, eram incompetentes para enxergar o drama do seu próprio povo. O drama do povo tinha que ser aprendido às margens do Sena ou na pior, das hipóteses, nas ruas do Rocio, em Lisboa.

Hoje fundamentalmente é a crise econômica internacional que impede os países do Centro de terem sócios menores. No seu processo de reequilíbrio, eles têm que espolar todas as nações de forma tão brutal que acabam fazendo com que diferentes camadas da população sintam a necessidade de alianças profundas com o povo, e daí a importância da democracia e de termos consciência de que a democracia e a questão nacional são as duas faces da mesma moeda. Não teremos nação sem democracia, nem democracia sem nação. Somos um país que temos uma história que começa com a figura do Direito Público Internacional, mas não tinha povo, era uma nação escravista.

Então, temos hoje esta oportunidade, e essa oportunidade passa pela mudança da ordem econômica internacional, e não pelo seu fortalecimento, como quer o Centro, como querem os Estados Unidos, como quer o Japão, como querem todos os países do Mercado Comum Europeu.

Não andaremos longe se não tivermos sempre em mente de que não podemos fortalecer essa ordem, mas destruí-la, que é uma posição fundamental para que possamos pensar o nosso futuro e construirmos alguma coisa em benefício da grande maioria das nossas pátrias, da grande pátria latino-americana.

Temos consciência da nossa identidade. Na verdade falamos a mesma língua, se imaginarmos as distâncias que separam os falares dos diferentes povos. Temos a mesma origem e temos os mesmos poetas. É o mesmo Dom Quixote que ilumina as nossas utopias.

Passamos esta crise fazendo sacrifícios. Perguntamos, sacrifícios para quê? Para nada. Então, vamos enfrentar a grande questão, sabendo que temos sacrifícios, sacrifícios esses para construir o futuro de nossos povos, com objetivo.

Essas nossas alianças que estão começando a ser construídas terão certamente muito grandes obstáculos no futuro.

No nosso passado latino-americano, toda vez que o país marchava na busca da independência seus vizinhos eram privilegiados para desmoralizar a idéia da independência. O último episódio é quando os Estados Unidos privilegiavam a Argentina e até os levavam para auxiliar

na tortura na América Central, porque queriam privilegiar no momento em que a política externa brasileira dava seus primeiros passos para a independência. Felizmente surgiu a Guerra das Malvinas, e com ela, então, se desmascara tudo, o TIAR — Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, o Tratado de Defesa Americano. Quer dizer, a Argentina foi literalmente traída por todos. A Comunidade Econômica Européia levou 24 horas para boicotar a Argentina, quando levou quatro meses para apresentar sanções à União Soviética pela invasão do Afeganistão, e que era apenas a redução de 1% das importações dos produtos soviéticos.

Creio que estamos tendo o privilégio de viver um tempo cheio de esperanças para o nosso Continente, um tempo de uma esperança fundada, não uma esperança vazia que mostra a sua realidade no dia da derrota, e esperança que só será duradoura e vitoriosa se tivermos a compreensão de que essa independência, esse futuro só será construído com a mobilização das forças políticas e sociais do Continente. É preciso que esse povo latino-americano, esse magma que está aí debaixo dessa crosta apareça, para que tenhamos a grande mudança, a grande força para sermos vitoriosos, para o bem dos nossos países, dos nossos povos.

O SR. PRESIDENTE (Cid Sampaio) — Concedo a palavra ao Senador (?)

O SR. — Sr. Presidente, Srs. Senadores, falam antes de mim dois distintos uruguaios, Dr. Alberto Zumaram, que foi candidato a Presidente da República nas eleições de 1984, e o General Liber Seregni, Presidente da Frente Ampla — um nome muito conhecido no Brasil, por sua árdua luta, durante toda a ditadura, pela democratização do nosso País.

A inclusão de tão distinguidos membros na delegação uruguaia já supõe, exemplifica, assinala a vontade política do nosso País, já pelas circunstâncias partidárias de ativamente participar desse processo de integração econômica com o Brasil. Integra a delegação também o Ministro da Suprema Corte de Justiça, porque todos os Poderes de nosso País estão representados nesse gesto político que o Presidente Sanguinetti deseja assinalar e concretizar.

Estamos vivendo, como dizia o nobre Senador Severo Gomes, um tempo de oportunidades e um tempo de responsabilidades. Talvez estejamos vivendo, temos esse privilégio, a oportunidade histórica em que a integração passa da sua primeira etapa retórica para se tornar uma realidade. Privilégio esse que estamos vivendo, que em um ano demonstrou um crescimento de 40% nas importações. O intercâmbio entre os nossos países representa uma aproximação material, paralela à espiritual. Privilégio, digo, porque quem está construindo isso são as democracias latino-americanas. Então, conjugar a integração através dos instrumentos democráticos, nos faz mais dignos e faz toda nossa ação muito mais legítima.

Em nome do Deputado Hierro e no meu, em nome do nosso Partido, queremos, também, assinalar a importância que todos esses fatos tão promissores nos proporcionam, e também assinalar a esperança de que amanhã o Uruguai irá assinar um convênio comercial que não é só um marco político da democracia, como o marco de um complemento, de uma integração, de um entendimento cultural, que também vai assinalar necessariamente o processo de integração geral em nosso Continente.

O SR. PRESIDENTE (Cid Sampaio) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Kalume.

O SR. JORGE KALUME — Srs. membros da comissão do eminente Presidente Sanguinetti, prezado colega Senador Severo Gomes e estimado Presidente Cid Sampaio, li, há muito tempo, que a grandeza de um país não se mede pela sua área territorial nem pelo número dos seus habitantes. Este pensamento está materializado no Uruguai — grande pela sua cultura e grande pela civilização que ostenta. Eis aí materializado o pensamento que li há muitos anos.

Fiquei muito feliz com o encontro dos três Presidentes na Argentina há poucos dias, nesta prova de integração entre o Brasil, o Uruguai e a Argentina.

Já o Presidente Juscelino Kubitschek, nos idos de 1950, pregava a integração, e tudo fez para torná-la realidade. Ela ensaiou os primeiros passos, não alcançou as

alturas como desejávamos, porque sofreu um hiato, mas a semente ficou e está germinando.

O estimado Presidente José Sarney está procurando colocá-la em prática, fazendo esta aproximação dos países nossos vizinhos e, por que não dizer, e os não vizinhos, os países da América do Sul. Essa integração se faz necessária. Assim como existe a integração da Europa, temos que imitar esse exemplo, que será frutífero para todos nós. Temos condições de manter bem alta e levar a bom termo essa política em tão boa hora implantada, de acordo com a vontade dos três Presidentes, o que, tenho certeza, dentro em breve estar-se-á irradiando por todos os demais países. E podemos dizer que uma nova aural, um novo vento está soprando — o vento da bonança e da prosperidade, onde não haja vencedor nem vencedor, mas que vencedor seja apenas o ideal sul-americano.

Congratulo-me com os nobres Colegas nesta Comissão, e me julgo feliz por esta oportunidade que se me ofereceu neste contacto.

Só posso desejar aos meus irmãos do Uruguai — para mim não há brasileiros nem uruguaios e argentinos, há os sul-americanos — felicidades.

O SR. PRESIDENTE (CID SAMPAIO) — Srs. Representantes e Membros da Embaixada do Presidente Sanguinetti, vou encerrar esta reunião.

Pelo pronunciamento de todos os Representantes do Brasil e do Uruguai, constatamos que os nossos países amadureceram. Tomaram conhecimento de uma realidade de que nos permitirá, na verdade, seguir os seus próprios destinos.

E, portanto, com imensa satisfação que, companheiros do mesmo ideal e da mesma luta, renovo a minha satisfação da honra e da alegria com que nos encontramos aqui, para que juntos possamos realizar a grande batalha que assegurará a verdadeira soberania aos nossos países.

Muito obrigado aos Senhores.

COMISSÃO ESPECIAL MISTA

Criada através do Requerimento nº 712, de 1983-CN, "destinada a programar comemorações pela passagem dos centenários da Proclamação da República e da primeira Carta republicana no País".

4ª Reunião, realizada em 17 de setembro de 1986

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e seis, às dezessete horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Economia, presentes os Senhores Senadores Nivaldo Machado, Amir Gaudêncio, Lourival Baptista, Luiz Viana, Roberto Campos, Amaral Peixoto, Gastão Müller, Fernando Henrique Cardoso, Hélio Gueiros e os Senhores Deputados João Gilberto, Gastone Righi e a Senhora Deputada Bete Mendes, reúne-se a Comissão Especial Mista, criada através do Requerimento nº 712, de 1983-CN, destinada a programar comemorações pela passagem dos centenários da Proclamação da República e da primeira Carta republicana no País.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores João Calmon e Pedro Simon e os Senhores Deputados Bonifácio de Andrada, Guido Moesch, João Faustino, Tarcísio Burity, Israel Dias-Novaes, Virgildásio de Senna, Bocayuva Cunha e a Senhora Deputada Rita Furtado.

De acordo com o preceito regimental, assuma a Presidência o Senhor Senador Amaral Peixoto.

Em seguida, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder à eleição do Presidente. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Amaral Peixoto convida o Senador Luiz Viana para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:
Senador Lourival Baptista 12 votos.
É declarado eleito Presidente o Senhor Senador Lourival Baptista.

Ao assumir a Presidência, o Senador Lourival Baptista agradece a honra com que foi distinguido.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, José Augusto Panisset Santana, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

COMISSÃO ESPECIAL

Para estudar e apresentar soluções sobre problemas atuais de saúde pública, com particular atenção à reinfestação do *Aedes Aegypti*, à epidemia do dengue e a insuficiente disponibilidade de soro antiofídico, em território nacional.

2ª Reunião, realizada em 19 de junho de 1986

Aos dezenove dias do mês de junho do ano de mil novecentos e oitenta e seis, às nove horas e cinquenta minutos, na Sala da Comissão de Economia, presentes os Srs. Senadores Amaral Peixoto, Vice-Presidente, em exercício da Presidência, Jamil Haddad, Relator e Nelson Carneiro, reúne-se a Comissão Especial "para estudar e apresentar soluções sobre problemas atuais de Saúde Pública, com particular atenção à reinfestação do *aedes aegypti*, à epidemia do dengue e a insuficiente disponibilidade de soro antiofídico, em Território Nacional".

O Sr. Senador Amaral Peixoto, Vice-Presidente em exercício da Presidência, declara abertos os trabalhos e convida o Dr. Paulo César Souza Fernandes, para fazer a sua exposição.

Na fase interpelatória, usam da palavra, pela ordem, os Srs. Senadores Jamil Haddad e Amaral Peixoto.

Assumindo a Presidência, o Sr. Senador Marcondes Gadelha, concede a palavra ao Dr. Sérgio Arouca, Presidente da Fundação Oswaldo Cruz.

Logo após a exposição do Dr. Sérgio Arouca, passa-se à fase de indagações, usando da palavra pela ordem, os Srs. Senadores Jamil Haddad, Nelson Carneiro, Amaral Peixoto e Marcondes Gadelha.

O Sr. Senador Marcondes Gadelha, Presidente, agradece a participação do Dr. Paulo César Souza Fernandes, do Dr. Sérgio Arouca, a presença dos Srs. Senadores e dos Assessores da Imprensa.

Finalizando, o Sr. Presidente, Senador Marcondes Gadelha, determina que as notas taquigráficas tão logo traduzidas e revisadas, sejam publicadas em anexo à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Sônia de Andrade Peixoto, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e irá à publicação.

ANEXO À ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL PARA ESTUDAR E APRESENTAR SOLUÇÕES SOBRE PROBLEMAS ATUAIS DE SAÚDE PÚBLICA, COM PARTICULAR ATENÇÃO À REINFESTAÇÃO DO AEDES AEGYPTI, À EPIDEMIA DO DENGUE E A INSUFICIENTE DISPONIBILIDADE DE SORO ANTIOFÍDICO, EM TERRITÓRIO NACIONAL, REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 1986, A FIM DE OUVIR AS CONFERÊNCIAS DOS SRS. PAULO CÉSAR SOUZA FERNANDES E SÉRGIO AROUCA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador Marcondes Gadelha

Relator: Senador Jamil Haddad

(Integra do Apanhamento Taquigráfico.)

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Na ausência do Senador Marcondes Gadelha, que comunicou que chegaria atrasado, declaro instalada a Comissão Especial para estudar e apresentar soluções sobre os problemas atuais de saúde pública, com particular atenção à manifestação do *aedes aegypti*, à epidemia de dengue e à insuficiência de disponibilidade do soro antiofídico, em Território Nacional. A Comissão, que já está instalada, elegeu o Senador Marcondes Gadelha Presidente, o Senador Amaral Peixoto, Vice-Presidente, e foi designado o Senador Jamil Haddad como Relator.

A pauta dos nossos trabalhos compreende uma exposição do Dr. Paulo César Souza Fernandes, que é médico em Nilópolis e que me procurou, manifestando a sua apreensão com os fatos que lá estão se verificando, sobretudo, pelo modo insuficiente com que está sendo combatido o mosquito.

Com a palavra o Dr. Paulo César Fernandes, que está ao meu lado, para fazer a sua exposição.

O SR. JAMIL HADDAD (Relator) — Sr. Presidente, a norma, nestas comissões, é inicialmente a qualificação das testemunhas, dos convidados que aqui comparecem.

Então, eu iniciaria, solicitando ao Dr. Paulo César Souza Fernandes que declarasse em que faculdade e em que ano se formou em Medicina.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Tem a palavra o Dr. Paulo César, para um breve relato sobre a sua atuação e a situação atual em que se encontra a zona em que atua, na Baixada Fluminense.

O SR. PAULO CÉSAR SOUZA FERNANDES — Pois não. Respondendo ao Senador Jamil Haddad, devo informar que me formei em Medicina pela Faculdade Nacional de Medicina, hoje Faculdade de Medicina da URFRJ, no ano de 1974. Já se vão 12 anos, 12 anos de luta, luta pelo Estado do Rio, luta na Baixada Fluminense, na região periférica do Rio de Janeiro. Estou aqui, com muita honra, convidado pelo Senador Amaral Peixoto, para fazer um breve relato, um depoimento — denúncia do descaso em que se encontra a população periférica do Rio de Janeiro sobretudo, a Baixada Fluminense e, especificamente, a periferia e Nilópolis e os Distritos de Nova Iguaçu.

Quanto ao fato calamitoso da epidemia de dengue que grassa em todo o Estado, hoje, começando pela sua origem em Nova Iguaçu, tenho a relatar que as *pick-ups*, os famosos "fumacês", só passam pelas ruas asfaltadas de Nilópolis e Nova Iguaçu, deixando entregues à própria sorte aquelas regiões mais afastadas, os distritos, que são, permitam-me verdadeiros mares de detritos e não distritos, onde existem valas negras e onde seria necessário, seria de capital importância, para o combate ao mosquito, o *aedes aegypti*, que se fizesse o borrifamento de inseticida nessas ruas. São vielas que não têm asfaltamento, de difícil acesso, onde existem os esgotos abertos, propícios à proliferação dos mosquitos, não só do *aedes aegypti*, porque nós não temos só epidemia de dengue na Baixada Fluminense, no nosso Estado. Os Srs. Senadores sabem, tão bem quanto eu, que existem outras epidemias, como a leishmaniose, em Nova Iguaçu, e os jornais, já se tem conhecimento dela em Jacarépaguá, há cinco anos em Nova Iguaçu, também, já há algum tempo. Mas esses casos de malária, de Nova Iguaçu principalmente, não estão comprovados cientificamente devido ao fato de serem acometimentos e distritos distantes do centro da cidade, onde está o Posto de Saúde de Nova Iguaçu.

O SR. JAMIL HADDAD (Relator) — Pergunto ao nobre colega quantos centros municipais sanitários existem em Nova Iguaçu e em Nilópolis?

O SR. PAULO CÉSAR SOUZA FERNANDES — Em Nilópolis existem dois: um, no centro e outro na Chatuba, de Nilópolis. Esses seriam centro de saúde do Estado.

Em Nova Iguaçu existe um, do meu conhecimento no centro de Nova Iguaçu, quando deveria existir um em cada distrito, pois Nova Iguaçu é uma região muito grande.

O SR. JAMIL HADDAD (Relator) — V. S^a tem conhecimento de campanhas de orientação à população por parte desses centros de saúde do Estado quanto ao risco de epidemias ou sobre programas de cuidados com a higiene e outros detalhes?

O SR. PAULO CÉSAR SOUZA FERNANDES — Não tenho conhecimento desse tipo de orientação, de educação à população.

O SR. JAMIL HADDAD (Relator) — E sobre o Hospital da Posse, que foi construído em Nova Iguaçu, V. S^a sabe se ele tem condições de funcionamento no momento, ou se apenas foi uma obra inaugurada, sem possibilidade de prestar real assistência à população daquela zona densamente demográfica?

O SR. PAULO CÉSAR SOUZA FERNANDES — Eu reputo de importância capital a construção de um hospital, nas proporções do Hospital da Posse, de Nova Iguaçu, que ocupa uma área de 12 mil metros quadrados. Mas, que, no momento, respondendo à pergunta de V. Ex^a, não tem 10% da sua capacidade ativada. É sabido que o concurso promovido pelo INAMPS, para lotação do hospital e, por conseguinte, fazê-lo funcionar na sua plenitude, carece hoje de profissionais de medicina, pelo êxodo que houve durante esse tempo, desde o concurso, até hoje. Eu tenho notícias de que o INAMPS anda pro-

curando solucionar essa situação, trazendo de volta os concursados para o local onde eles prestaram esse concurso.

O SR. JAMIL HADDAD (Relator) — Independente, Dr. Paulo, da falta de médicos, V. S^a pode informar à Comissão se há infra-estrutura para atendimento, independente da falta de médico? Se há material, se há enfermagem, se há outros condicionamentos necessários a um pleno funcionamento do Hospital da Posse.

O SR. PAULO CÉSAR SOUZA FERNANDES — Seria difícil eu dizer, pois não tenho conhecimento da intimidade da estrutura do hospital, em termos de aparelhagem. O hospital foi construído e, recentemente, o que se propunha era o aparelhamento do hospital e, consequentemente, o funcionamento. Se há essa infra-estrutura para funcionamento, eu acho que é uma questão de somenos importância, é uma questão secundária: é uma questão de ter um grupo de médicos que faça o hospital funcionar e o INAMPS que se encarregue de aparelhar o hospital, coisa que já vinha fazendo.

O SR. JAMIL HADDAD (Relator) — V. S^a podia prestar esclarecimento, em números redondos, de qual é a incidência do dengue na região da Baixada, principalmente Nilópolis, Nova Iguaçu e São João do Meriti, V. S^a que frequenta e transita como médico daquela região?

O SR. PAULO CÉSAR SOUZA FERNANDES — Posso dar uma estimativa de, aproximadamente, uns 300 a 500 mil casos de dengue.

O SR. JAMIL HADDAD (Relator) — A constatação de casos de dengue hemorrágico tem sido também notados, naquela região?

O SR. PAULO CÉSAR SOUZA FERNANDES — Tem acontecido, mas é um caso isolado, que não se deve levar em consideração.

O SR. JAMIL HADDAD (Relator) — V. S^a faz uma declaração extremamente grave, talvez por falta de planejamento de quem pretende fazer o saneamento daquela área, em termos de inseticidas, de que os chamados "fumacês" passam apenas nas vias asfaltadas, nas vias principais, não chegando às regiões mais carentes, às regiões sem condições de saneamento algum e às zonas de maior concentração demográfica, por assim dizer.

O SR. PAULO CÉSAR SOUZA FERNANDES — Exatamente.

O SR. JAMIL HADDAD (Relator) — V. S^a poderia prestar maiores informações a respeito desse assunto?

O SR. PAULO CÉSAR SOUZA FERNANDES — Pois não. É tudo muito simples e claro, é cristalina essa constatação de que os carros, as *pick-ups* da SUCAM só transitam borrifando inseticidas pelo asfalto, pelas ruas asfaltadas. Nas vielas e ruas sem saneamento básico, obviamente sem asfaltamento, que tenham um pouco mais de dificuldade de acesso, as *pick-ups* não penetram nessas ruas onde existe esgoto a céu aberto, e que ali seria a maior intensificação desse programa de combate ao mosquito, que é onde existem as condições propícias para que eles se proliferem. Eu costumo dizer que nessa região da baixada, especificamente Achatuba, dividida por um rio chamado Sarapuí, eu costumo dizer que o assoreamento do rio é o assoreamento do mosquito em picar o indivíduo, ou seja, é a tentação do mosquito em picar o indivíduo. Porque o entupimento do rio, obstrução do rio, o vazamento de lixos e entulhos nessas regiões onde os esgotos são valas negras, isso só facilita a proliferação não só de doenças transmissíveis por mosquitos mas doenças infecto-contagiosas, protozooses e outras mais.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Essa população da Chatuba, a gente diz logo Nova Iguaçu, é de aproximadamente quantos?

O SR. PAULO CÉSAR SOUZA FERNANDES — Quantos habitantes? Uns 140 mil.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Quantos?

O SR. PAULO CÉSAR SOUZA FERNANDES — Uns 140, entre a parte que corresponde como Distrito de Nova Iguaçu e a parte como Distrito de Nilópolis, uns 120 a 140 mil habitantes.

O SR. JAMIL HADDAD (Relator) — 120 a 140 mil habitantes?

O SR. PAULO CÉSAR SOUZA FERNANDES — É, 120 a 140 mil habitantes.

O SR. JAMIL HADDAD (Relator) — Agora, os "fumacês" têm passado sistematicamente lá na região?

O SR. PAULO CÉSAR SOUZA FERNANDES — No centro dos Municípios, onde há asfalto, passam.

O SR. JAMIL HADDAD (Relator) — No centro passam.

O SR. PAULO CÉSAR SOUZA FERNANDES — No centro da cidade passam duas a três vezes por dia. Quer dizer, ultimamente não tenho visto. Mas, quando se intensificou essa campanha de borrifar o inseticida, eles passavam até duas, três vezes na rua principal, quando não há tanta necessidade assim.

O SR. JAMIL HADDAD (Relator) — Li nos jornais, não sei se é uma realidade, que teria sido entregue ao Bispo de Nilópolis a coordenação dessa campanha...

O SR. PAULO CÉSAR SOUZA FERNANDES — Não tenho notícias disso.

O SR. JAMIL HADDAD (Relator) — É. Eu vi até que vários "fumacês" estavam sendo entregues a Dom Hipólito...

O SR. PAULO CÉSAR SOUZA FERNANDES — Nova Iguaçu, Bispo de Nova Iguaçu.

O SR. JAMIL HADDAD (Relator) — Pois é, de Nova Iguaçu pelo Ministro da Saúde. E V. S^a sabe se a SUCAM, quer dizer, se a Saúde Pública colocou quadros, número de pessoas capazes de poderem, em quantidade, atender às populações não da periferia mas do interior, por assim dizer, lá de Nilópolis, de São João do Meriti, de Nova Iguaçu, ou a coisa está restrita mais à parte propriamente dita das cidades, das capitais, por assim dizer, dentro das grandes cidades?

O SR. PAULO CÉSAR SOUZA FERNANDES — Eu acho que devido à extensão territorial da Baixada Fluminense, o número de técnicos para fazer esse tipo de trabalho, para fazer a infra-estrutura funcionar, é exíguo, tanto que o Exército, é de se louvar a atitude do Exército brasileiro, tem se solidarizado na campanha de combate ao mosquito, colocando soldados, indo aos bairros, nesses locais e até àqueles de maiores dificuldades de acesso. E, o Governo do Estado, não o vejo se pronunciar nesse tipo de mutirão, que deveria ser, como o Senador Amaral Peixoto bem lembrou em seu discurso no Senado, deveria ser uma manifestação como foi a do recadastramento eleitoral, como foi a mensagem, o chamamento dos "fiscais do Sarney", deveria ser o combate ao *aedes aegypti*, ao flebótomo, que é o vetor que produz, que transmite a leishmaniose e a outros mosquitos, como esse mosquito *anopheles*, que é o transmissor da malária.

O SR. JAMIL HADDAD (Relator) — Antes do início dos trabalhos, V. S^a fez uma declaração no sentido de que algumas autoridades sanitárias achavam que a solução não seria através de "fumacês", seria através, sim, de aviões.

O SR. PAULO CÉSAR SOUZA FERNANDES — Esta foi uma sugestão minha.

O SR. JAMIL HADDAD (Relator) — Eu quero que seja consignado justamente na gravação que, em uma conversa que tive antes do início do depoimento do Dr. Paulo César, S. S^a fez alusão a um fato que nos parece extremamente relevante, extremamente útil e que deveria ser analisado pelas autoridades, dadas as dificuldades de se chegarem às populações mais carentes e às maiores concentrações demográficas naquela região da Baixada. Talvez a solução de aspergir, por assim dizer, as substâncias para a erradicação dos mosquitos pudesse ser feita via aérea, como foi feito, e o nobre Senador Amaral Peixoto conhece em profundidade a campanha antimalária feita na época do Ministro Pinotti, em que havia uma frota de aviões que jogava os inseticidas do alto, na Amazônia, e chegamos quase que à erradicação total da malária naquela época, por esse tipo de atuação do Ministério da Saúde.

Eu, como médico, apenas tenho receio de que a quantidade de inseticida a ser jogada aericamente poderia chegar a um teor, se não fosse bem estudado pelos técnicos, que chegasse às raízes da toxidade, trazendo problemas sérios para a saúde daqueles...

O SR. PAULO CÉSAR SOUZA FERNANDES — Se V. Ex^a permite, podemos chegar a problemas agudos de intoxicação do DDT e outros.

O SR. JAMIL HADDAD (Relator) — Justamente, chegando ao caso mais grave que seria a aplasia medular.

Acho que a idéia de V. S^a é extremamente louvável e devemos encaminhá-las às autoridades da Saúde Pública para que os técnicos, inclusive acostumados com o uso de substâncias tóxicas, possam ver o grau de toxidade que possa advir para a população e tentar, então, chegar a um mínimo — por assim dizer — de condições de toxidade, resolvendo o problema não com dez, vinte carros de fumaça passando apenas nas vias principais, mas aspergindo essa solução, atingindo a toda a população na Baixada Fluminense.

O SR. PAULO CÉSAR SOUZA FERNANDES — Muito bem. Nesse aspecto, se me permite, acho que a toxidade causada pela aspersão do DDT por via aérea é praticamente idêntica a toxidade que causaria pelas pickups da SUCAM.

O SR. JAMIL HADDAD (Relator) — Não me parece que poderia ocorrer numa determinada região, se a quantidade fosse maior do que em outras regiões na hora que fosse jogada essas substâncias.

O SR. PAULO CÉSAR SOUZA FERNANDES — Claro. De qualquer forma a consideração do Senador...

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Qual é o produto que está sendo usado?

O SR. PAULO CÉSAR SOUZA FERNANDES — É o DDT.

Nesse aspecto, complementando o que V. Ex^a diz, é extremamente relevante a sua preocupação. Os técnicos, especialistas nesse assunto, deveriam fazer um estudo para que se avaliasse o grau de toxidade que submeteria uma população de uma forma tão abrangente.

O SR. JAMIL HADDAD (Relator) — O nobre Senador Amaral Peixoto, que preside a Comissão sobre os Agrotóxicos...

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Uma das nossas preocupações é o DDT.

O SR. JAMIL HADDAD (Relator) — Justamente. Sabe os riscos do DDT que já, em alguns países, inclusive, é proibido. Em vários países o DDT está proibido.

Então, essa idéia do colega Paulo César Souza Fernandes, levantada nesta Comissão, da possibilidade de se poder combater por via aérea esse problema, entendo que todos os programas devem ser colocados numa comissão mista em que tenhamos médicos, sanitaristas, técnicos em toxicologia, enfim, uma gama de pessoas que possam apresentar uma solução para um combate mais pronto e mais radical ao *aedes aegypti* naquela região. Acho, nobre Presidente, que a sugestão deve ser levada em consideração pela Comissão para que possamos, então, nos aprofundarmos nela e vermos da possibilidade de usarmos esse método para uma erradicação, a mais pronta possível, do *aedes aegypti* naquela vasta região da Baixada Fluminense. E agora V. S^a já declarou, num cálculo por alto naquela região, que seria de trezentas a quinhentas mil pessoas atingidas. Sabemos que há necessidade, para que tenhamos uma estatística, a mais correta possível, de que os médicos da região relatem à Saúde Pública a existência de doentes com o dengue. Mas sabemos, também, que muitos doentes não comparecem, não vão a médicos e que muitos colegas, as vezes por muitos afazeres, não comunicam à Saúde Pública a existência de doentes atingidos pelo dengue.

O SR. PAULO CÉSAR SOUZA FERNANDES — Até porque é voz corrente, não sei baseado em que conhecimento, de que o dengue é uma doença extremamente benigna.

O SR. JAMIL HADDAD (Relator) — Justamente. Em razão disso, famílias que não têm um nível cultural,

um nível educacional, ao adquirir o dengue, tomam medicação até caseira, porque sabem que é uma virose que chega ao máximo e declina espontaneamente.

O SR. PAULO CÉSAR SOUZA FERNANDES — Não são sabedores das complicações que podem advir.

O SR. JAMIL HADDAD (Relator) — Justamente. A não ser as complicações. Em razão da sua ignorância, eles, não sabedores disso, não levam em consideração a viabilidade de uma complicação e acreditado que esse número seja, na realidade, até maior do que o invocado por V. S^a, neste momento.

Sr. Presidente, parece-me que o depoimento que nos presta o Dr. Paulo César, que tem as suas atividades profissionais naquela região da Baixada, que nós sabemos, hoje, ser uma das regiões de maior densidade demográfica do País, sendo médico militante naquela região, as suas informações são de grande valia para que nós possamos ajuizar o problema do dengue na Baixada Fluminense. Acho, também, que a sua sugestão a respeito da modificação da metodologia de combate, ela deve ser levada em consideração por esta Comissão, dentro de um estudo mais amplo com outros setores, para chegarmos a uma erradicação a mais pronta possível do *aedes aegypti* que não preocupa muito em termo do dengue mas, sabedores de que o *aedes* é o causador da febre amarela, sabemos todos o risco que ocorrerá se houver um caso de febre amarela na região e a possibilidade de uma epidemia grassar com conseqüências imprevisíveis.

Sr. Presidente, da minha parte, eu não teria mais perguntas a formular e passo, então, ao nobre Senador Amaral Peixoto a palavra para, se desejar ainda, formular algumas perguntas ao Dr. Paulo César Souza Fernandes.

O SR. AMARAL PEIXOTO — Eu queria perguntar ao Dr. Paulo César Souza Fernandes, sobre a extensão da área: os outros municípios da Baixada já estão atingidos, como Caxias, São João de Meriti?

O SR. PAULO CÉSAR SOUZA FERNANDES — Todos os municípios como Caxias, São João de Meriti, Nova Iguaçu, etc...

O SR. AMARAL PEIXOTO — E nesses municípios estão sendo feitos o combate, também?

O SR. PAULO CÉSAR SOUZA FERNANDES — Se faz dessa forma como relatei.

O SR. AMARAL PEIXOTO — De forma deficiente?

O SR. PAULO CÉSAR SOUZA FERNANDES — Deficitária mesmo porque eu, neste último final de semana, visitei um paciente nessa periferia do 5º Distrito de Nova Iguaçu, Chatuba, para atendê-lo de uma doença que não tem nada a ver com virose e fiquei horrorizado ao adentrar à casa do indivíduo e ver, no seu quintal, às 10 horas da manhã, com o sol já bastante forte, uma nuvem de mosquitos, mais ou menos uns mil mosquitos. Foi uma coisa horrível! Isto é para corroborar as palavras de que essa campanha de combate ao mosquito não está sendo feita de forma eficiente.

O SR. AMARAL PEIXOTO — Eu conheço bem essa região entre Nova Iguaçu e Jatuba. Realmente, as condições são as mais precárias possíveis. Não há canalização de água, não há esgotos e as poças d'água ficam no meio das ruas...

O SR. PAULO CÉSAR SOUZA FERNANDES — Exatamente.

O SR. AMARAL PEIXOTO — ...facilitando em muito a proliferação dos mosquitos.

O SR. PAULO CÉSAR SOUZA FERNANDES — É isto mesmo.

O SR. AMARAL PEIXOTO — Sr. Presidente, a exposição do Dr. Paulo César Fernandes foi elucidativa.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Indago ao nobre Relator, Senador Jamil Haddad, se tem mais alguma questão a formular?

O SR. JAMIL HADDAD — Da minha parte, nobre Presidente, já formulei as perguntas que achava necessárias e agradeço a maneira pela qual o Dr. Paulo César

respondeu as perguntas formuladas e os subsídios que deixou junto à Comissão, para que possam ser analisadas e para que possamos, talvez, modificar a metodologia de combate ao *aedes aegypti* daquela região.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Eu pediria ao Dr. Paulo que permanecesse conosco, mesmo depois do depoimento do Dr. Sérgio Arouca, pois nós poderemos voltar a formular alguma questão a S. S^a.

O Dr. Sérgio Arouca é Presidente da Fundação Oswaldo Cruz, um cientista de valor reconhecido internacionalmente e um dos responsáveis pela formulação da política do Governo no setor de controle de endemias e que está articulando o combate ao surto de dengue e de febre amarela no País.

O seu depoimento eu reputo do maior interesse e que, certamente, há de servir como referencial, como ponto a que muitos poderão e deverão se reportar ao longo do estudo que estamos fazendo sobre o problema.

Toda a matéria produzida nesta reunião está sendo registrada, está sendo gravada e será, depois, oferecida ao conhecimento público para uso, também, dos Srs. Parlamentares, membros da Comissão ou não.

Com muita honra, concedo a palavra ao Dr. Sérgio Arouca.

O SR. SÉRGIO AROUCA — Sr. Presidente da Comissão, Senador Marcondes Gadelha, Srs. Senadores aqui presentes:

Quero dizer, em princípio, que é com a maior honra que venho a esta Casa, deixando bastante claro que consideramos, a nível de Fundação Oswaldo Cruz, de grande necessidade haver um entrosamento maior, cada vez mais, e também colocar-se as informações disponíveis, que estão sendo produzidas a nível de laboratório, ao nível das investigações, para que se possa, efetivamente, tomar decisões políticas sobre a Política de Saúde no Brasil. Tanto assim que considero o convite ontem formulado para nós uma verdadeira tarefa: vir aqui e prestar todos os depoimentos necessários ao Senado.

Os comentários que eu poderia fazer sobre a questão da dengue no Brasil, acho que eles poderiam ser esquemáticos em três pontos de discussão: O primeiro é que, efetivamente, estamos hoje percebendo de uma forma absolutamente dramática a falência em que entrou o sistema de saúde no Brasil. Nós estamos hoje assistindo, na verdade, quase que a explosão de uma certa bomba que foi acumulada por políticas na área de saúde — políticas sociais — que, efetivamente, não deram conta de enfrentar as questões substantivas da saúde pública no Brasil.

Acho que os problemas aconteceram devido à diminuição crescente dos recursos destinados ao Ministério da Saúde, e a hegemonia da medicina curativa acabou levando à criação do Sistema de Saúde no Brasil que, efetivamente, é urbano, está concentrado na Região Sudeste, ele é curativo com muito pouca prevenção, ele é descoordenado, em muitas áreas acabou não desenvolvendo a capacidade técnico-operativa necessária para os problemas crescentes, ele dá uma cobertura populacional muito baixa, com uma baixa cobertura urbana. E, apesar de tudo isso, na realidade, é um sistema muito difícil de ser planejado porque ele é uma multiplicidade de instituições tão grande que é muito difícil se operacionalizar uma política de saúde. Ele gera poucas informações. Estamos assistindo, no caso do dengue, um exemplo disso. Quer dizer, pelo fato de que um conjunto tão grande de instituições estão tratando da questão da saúde, essas informações estão dispersas nesse conjunto de instituições.

O SR. AMARAL PEIXOTO — Permite-me V. S^a

O SR. SÉRGIO AROUCA — Com muito prazer, nobre Senador Amaral Peixoto.

O SR. AMARAL PEIXOTO — Peço ao expositor que fale um pouco mais alto, porque eu não quero perder as palavras de V. Ex^a

O SR. SÉRGIO AROUCA — Foi montado no Brasil um sistema de saúde urbano, basicamente da região Sudeste, descoordenado pela multiplicidade de instituições que estão trabalhando na área. Ele é extremamente curativo e, muitas vezes, com nível de complexidade crescente mas não resolvendo os problemas básicos e essenciais da população. Sendo assim, ele tem uma cobertura muito baixa de oferta do serviço de saúde à população. A

grande maioria da população brasileira não chega ao serviço de saúde. E, ao chegar, não tem acesso a programas preventivos. Em função disso, ele gera poucos dados e geralmente dados de má qualidade. Ele é muito difícil de ser planejado porque não possui um comando único. A direção desse sistema é muito atonizada e fracionada. E ele chega a não ter como solucionar os problemas. A capacidade de resolvê-los acaba sendo muito baixa. Na medida em que ele é urbano, é da região Sudeste, ele é curativo mais do que preventivo. Essa política que levou à criação desse sistema de saúde fez com que hoje nós estejamos assistindo ao que está sendo chamado de dupla combinação: a das chamadas doenças da miséria, que nós não resolvemos, com as chamadas doenças do desenvolvimento que estão se somando. As endemias estão em expansão, a malária é o exemplo talvez mais dramático disso pela forma como se está fazendo a ocupação da Região Amazônica. Toda essa nova frente de expansão agrícola.

A malária realmente está em expansão; a doença de Chagas está relativamente controlada, mas com possibilidade também de expansão pelos fluxos migratórios. Com relação à lepra, nós somos realmente hiperendêmicos, de lepra. Quando se joga com a estatística diz-se que, na realidade, surge um caso novo de lepra a cada trinta minutos e junto com isto a desnutrição, a diarreia. Nós não resolvemos as questões que poderiam ser consideradas as mais simples da saúde pública que são exatamente aquelas doenças prevenidas através da vacina, como o sarampo a poliomielite que é só pingar uma gota na boca. Somando aqui às doenças ocupacionais de acidente de trânsito, acidente de trabalho, violência essa dupla composição que o sistema de saúde não consegue dar impacto sobre as condições de saúde.

Entendemos que o dengue surge nisso como essa situação acumulada durante esses vários anos com esse sistema de saúde sem comando único com recursos que foram efetivamente decrescentes até o ano passado. No ano passado o Ministério da Saúde passa a ter verbas mais significativas para sua atuação mas esse sistema não recupera sua capacidade de operação num tempo tão curto. Ele sabia da presença do *aedes aegypti* e várias vezes foi relatado de uma maneira folclórica, quase que de uma maneira dramática quando o primeiro *aedes* é localizado no Pará — isso é relatado pelo Professor Leônidas Dine — que ao ser mostrado o *aedes* para ele examina e diz: — “Eu acho que é um *Aedes*”. Surge uma série de dúvidas e se começa a procurar alguns focos e, logo em seguida, são localizados focos de *aedes* na sede da própria SUCAM em Belém do Pará. O órgão que estava preparado para combater o *aedes* localizava o *aedes* no seu próprio território. E quando se vai perguntar o porquê disso, responderam que os funcionários da SUCAM estavam tão velhos e recebiam tão pouco que não conseguiam comprar ocúlos. Logo, para capturar um mosquito eles não tinham condição de vê-lo e fazer a identificação. Isso é colocado como um folclore mas dá a perfeita dimensão de como o Ministério da Saúde efetivamente não recebeu nenhuma prioridade durante esses últimos anos. Mesmo sabendo-se do *aedes* não foram aprovados os recursos — como já foi relatado pela imprensa — solicitados pela SUCAM em governos anteriores, que não foram aprovados, para se estabelecer um combate ao *aedes*. Os primeiros recursos foram aprovados no ano passado partindo de uma proposta do Deputado Carlos Sant’Ana e efetivamente se começou o combate ao *aedes* naquela área onde existia uma maior manifestação que era o Rio de Janeiro. E se este combate não tivesse começado, como foi feito, essa epidemia teria um surto, teria aparecido com uma magnitude muito maior do que se está dando porque, na realidade, começou o combate no município do Rio de Janeiro. Então, quando surgiu o surto do *aedes* na Baixada já existia um controle nos bairros do Rio de Janeiro e, importação de máquina também durante esse período, se conseguiu a importação de máquinas, se conseguiu a modernização da equipe da SUCAN que não é e não era suficiente para enfrentar o problema a nível nacional. Mas, pela primeira vez, estava se tomando a medida, enfrentando-se a questão como uma questão prioritária e se começou realmente pela área, vamos dizer, mais problemática.

Quando surge a epidemia, acho que de novo deveremos perceber como isso funciona em termos desse sistema de saúde descoordenado; porque a notificação dos

casos, a detecção primeira dos casos, fica com a responsabilidade do grupo ou dos setores que prestam assistência médica — e estava escutando o Senador falar sobre isso e efetivamente se o médico não conhece a doença e se não presta informação, acontece que a epidemia começa e nós não conseguimos detectá-la. O primeiro fato parece é que, pela baixa cobertura e oferta de serviço de saúde na Baixada, inclusive pelo desconhecimento da doença, demora se a fazer o diagnóstico da epidemia.

Em segundo lugar, acho que apareceu também de uma forma bastante objetiva a descoordenação institucional. Na medida em que múltiplas instituições passavam a ter que enfrentar o problema em nível municipal, federal e estadual, as dificuldades de se coordenar essa multiplicidade de instituições que tinham que ver com a epidemia, foram se tornando muito difícil. Acho que não estou falando nada de novo; acho que as pessoas que seguiram o próprio debate nos jornais acompanharam todas as dificuldades de coordenação entre os níveis e que se refletiu um pouco não na discussão, mas o mosquito é responsabilidade federal, assistência médica e previdenciária a detecção do caso é estadual, a assistência é estadual, a limpeza é Municipal, mas a CONLURB só chegava até o limite do município do Rio de Janeiro, mas a FEEMA era do Estado e a SUCAN respondia ao Ministério da Saúde, então chega num certo instante essa multiplicidade de instituições — em qualquer outro lugar teria acontecido da maneira — que colocaram problemas muito sérios em termos do equacionamento da solução até mais pronta do problema.

A segunda possibilidade de imaginar que pela difusão do *aedes* em nível nacional é uma epidemia ainda em expansão, se bem que em nível da Baixada numericamente ela está em decréscimo, nos estudos de acompanhamentos que a Fundação vem fazendo por amostragem feita, por exemplo em Niterói, já mostra uma tendência da epidemia extremamente distinta. Enquanto que em Nova Iguaçu pela nossa amostragem a taxa do ataque foi em torno de 20% da população, que poderia levar a uma estimativa a volta efetivamente de 400 mil casos, que estão acontecendo em Nova Iguaçu, e como estamos trabalhando não pela manifestação clínica mas pela identificação sorológica, nessa taxa de ataque de 25, 20%, estamos identificando simultaneamente os sintomáticos. E como vamos pegar as pessoas em casa, estamos também pegando, nesse estudo, os que procuraram assistência e os que tiveram a doença e não tiveram assistência.

Quando pegamos a epidemia em Niterói, a taxa de ataque já era de 5%, já mostrando um certo comportamento da epidemia de chegar a se estabilizar ou entrar numa fase, em termos de volume, de crescente, mas em termos geográficos de expansão e que pela própria mobilização de pessoas efetivamente corre-se sempre o risco de aparecerem novos surtos onde exista o *aedes* e onde ele não está sendo combatido, e com uma hipótese que talvez seja do ponto de vista epidemiológico, que vamos conviver com o dengue e com o *aedes* nos próximos anos.

É provável que essa epidemia se transforme em endemia com um número constante de casos durante o ano, ao invés de aparecer só nessa fase de surto até que se consiga, efetivamente, equacionar a questão do combate ao *aedes* com o encontro de uma estratégia nacional.

O Ministério já assumiu a definição política, efetivamente a questão da dengue e do *aedes* não pode ser enfrentada como uma política municipal, e sim como uma política nacional, estão se mobilizando recursos, importando máquinas e tentando ampliar essa área de atuação e, simultaneamente, isso envolve uma questão internacional também bastante complexa. Na medida em que o *aedes* está presente na América Central, está presente nos países vizinhos do Brasil, e alguns desses países estão assumindo a política de não combate ao *aedes*, na convivência com o *aedes* e muito mais o sistema de vigilância dos casos, mas na convivência com o *aedes*, um caso típico dessa política é encontrada nos Estados Unidos. Os Estados Unidos não combatem, o *aedes* está presente em toda a Região Sul dos Estados Unidos e portanto qualquer esforço nacional nosso de erradicação sempre vai encontrar uma dificuldade, uma possibilidade da reintrodução do *aedes* via comércio com os Estados Unidos, como também, no mesmo caso, com a Venezuela que até o momento está assumindo também uma política de não combate ao *aedes*.

No nosso entendimento, em relação a questão da dengue ela está numa fase de declínio, no Rio de Janeiro, está numa fase de expansão geográfica, está sendo enfrentada agora como uma questão nacional no sentido de estabelecer um programa nacional efetivamente de combate ao *aedes* e está se começando um esforço de conseguir, via organismos internacionais, que a questão do *aedes* seja considerada, dentro de um acordo internacional, um acordo internacional que tenha como intermediário a Organização Pan-americana de Saúde e que façam parte desse acordo os países que até o momento não estão se comprometendo no combate ao *aedes* como talvez um dos mais importantes, seja, efetivamente, hoje os Estados Unidos e a Venezuela e que esse combate, então passe a contar com recursos internacionais da mesma maneira como esses organismos vêm hoje apoiando a erradicação da poliomielite nas Américas, que fosse assumido de uma forma internacional o programa de erradicação de *aedes* nas Américas mas em um pacto, um acordo firmado em que todos os países passassem, simultaneamente, com recursos internacionais porque vários desses países não têm condições de combatê-lo sozinho, como é o caso do Paraguai, que está com altos índices de infestação e não tem nível técnico, nem de organização no Ministério da Saúde para enfrentá-lo, então, deve-se enfrentá-lo do ponto de vista internacional.

O *aedes*, por outro lado, não só coloca a questão da dengue, mas também a da febre amarela que tem a estratégia de combate efetivamente concentrada sobre o combate ao *aedes*, aumentar a informação à população para que a detecção dos casos sejam cada vez mais precoce e a vacinação na região amazônica, porque se é possível controlar, que toda a população submetida ao risco da região amazônica seja imunizada e ao mesmo tempo nos centros urbanos seja feito o combate ao *aedes* efetivamente conseguiremos controlar a difusão ou o aparecimento de casos de febre amarela urbana.

Está sendo iniciada essa vacinação e as metas de vacinação de febre amarela foram ampliadas, o Ministério espera vacinar 10 milhões de pessoas na região amazônica este ano, a Fundação Oswaldo Cruz que produz a vacina da febre amarela e mantém um estoque estratégico em torno de 5 milhões de doses definidas pelo Ministério, começamos a aumentar esse estoque e como trabalhamos com uma vacina com uma alta potência antihigênica de provocar a imunidade, essa vacina pode, se necessário, numa hipótese dramática de realmente aparecer um surto urbano, pode inclusive ser diluída até quase três ou quatro vezes, quer dizer, de imediato ela já pode ser diluída ao dobro e ainda temos uma capacidade de aumentar a nossa produção que, se for necessário, podemos chegar a produzir até 60 milhões de doses ainda este ano, se houver a necessidade de uma vacinação em massa.

Um outro ponto em relação ao *aedes*, que está surgindo agora nos últimos dias, é a possibilidade de estar presente no Brasil um outro tipo de *aedes*, que é o *aedes albopictus*, que, efetivamente, é um *aedes* asiático que foi também localizado no sul dos Estados Unidos, já há mais de um ano. Então, provavelmente, se ele está entrando...

O SR. JAMIL HADDAD (Relator) — Esse é o chamado “rajado”?

O SR. SERGIO AROUCA — É o chamado “Tigre Asiático”.

Efetivamente, ele foi localizado na Universidade Federal Rural como um *aedes* não específico. Foi mandado à Fundação Oswaldo Cruz e desde ontem, está em exame. A primeira impressão do Departamento de Entomologia, quanto a que classificação pode ser, mas como é um mosquito que efetivamente não é da experiência dos nossos entomologistas, ele está passando por uma exame muito mais acurado de estudo de larvas, de dissecação da genitália do mosquito e, simultaneamente, espécimes do mosquito foram encaminhados, ontem, a São Paulo para o Dr. Forattine, que é um dos maiores especialistas em entomologia, aqui do Brasil, para que, simultaneamente, o Dr. Forattine pudesse fazer a análise e dizer se é ou não o “Tigre Asiático”.

A presença dele, na realidade, complica também porque ele tem, além dos mesmos hábitos do *aedes aegypti*, de ser domiciliar, picar mais durante o dia, ele também tem um hábito que combina uma certa dimensão mais

silvestre. Foi localizado em águas coletadas em plantas, em águas coletadas em coco, ou seja, ele tem um hábito mais silvestre do que o *aegypti* o que leva a um certo aumento da complexidade do seu combate, bem como a uma certa resistência aos inseticidas. E além da febre amarela e da dengue, ele também pode transmitir encefalite.

Assim, se confirmarmos a presença desse *aedes* com características diferentes das do *aedes aegypti*, que foi localizado na Universidade Federal e em Viçosa — e teremos esse resultado até o final da tarde de hoje, já com os estudos das larvas de genitália — teremos mais um complicador nessa campanha contra o *aedes*.

Por outro lado, também gostaria de mencionar a questão da Fundação, porque acho que todos esses problemas colocam um pouco a dimensão da pesquisa e da tecnologia na saúde, no Brasil. Há alguns meses, quando ainda com o Ministro Carlos Sant'Anna se discutia, no Ministério, a presença do *aedes* e o que fazer com ele, começamos a tomar medidas preventivas. E quais seriam as medidas preventivas, do ponto de vista de uma área de pesquisa? Era ganhar a tecnologia para que se viesse a ter condições de fazer o diagnóstico.

Desta forma, durante o ano passado, já enviamos pesquisadores para fora do Brasil, a fim de se especializarem no diagnóstico da dengue. E os pesquisadores que foram para a Venezuela estudar a dengue retornaram, inclusive, com um pequeno laboratório montado, o que permitiu que no surto a Fundação Oswaldo Cruz fizesse o diagnóstico. Simultaneamente, mandamos um pesquisador para os melhores centros dos Estados Unidos — acabou de voltar, semana passada — que passou estudando o que existe de mais moderno em tecnologia de diagnóstico e combate, inclusive nas possibilidades da elaboração de uma vacina para a questão da dengue.

Esse exemplo de como uma área de ciência e tecnologia tem que se preparar para fatos que vão acontecer, simultaneamente, é interessante trazer as questões dos orçamentos destinados a esta área. Acho que a Fundação Oswaldo Cruz teve, efetivamente, um aumento substancial de orçamento no ano passado. Tínhamos um orçamento de 21 milhões de cruzados, para 85, e pulamos para um orçamento de 210 milhões, para 86, o que representou, realmente, um aumento substantivo e de prioridade.

Mas, simultaneamente, no instante em que somos considerados como uma estatal e estamos submetidos aos controles que hoje são colocados sobre as estatais, colocam-nos limitações seríssimas de desenvolvimento. O quadro de pessoal da Fundação Oswaldo Cruz, hoje é o mesmo de 1975. Não houve praticamente nenhum acréscimo; houve mudança para que realmente pudesse ter sua modernização, mas, em termos numéricos, o nosso quadro é o mesmo de 75 a 85. E quando temos que enfrentar esse problema, ao mesmo tempo estamos submetidos a uma legislação que impede contratação. E o trabalho nessa área tem, algumas vezes, características que se parecem — e eu estava me lembrando disso — com um clube de futebol. Chega um certo momento em que temos que comprar o passe de um determinado pesquisador, se quisermos desenvolver aquela área. No caso da dengue, por exemplo, contamos com talvez, o maior especialista em dengue e febre amarela da América Latina, um dos maiores na área, Professor Norberto, contratado pela Fundação por serviços prestados, porque exatamente nesse momento, estávamos submetidos à limitação da possibilidade de contratar gente, e necessitávamos de um especialista na área. Nós o fizemos, então, por serviços prestados. Os laboratoristas que estão trabalhando no laboratório de dengue, que estão fazendo todos os diagnósticos da dengue, na Fundação Oswaldo Cruz, são contratados por serviços prestados.

Na realidade, acredito que, hoje, a Fundação Oswaldo Cruz está dando respostas, a seu nível, para as questões de laboratório, de ciência e tecnologia: nacionalizou a vacina do sarampo, está nacionalizando a vacina da pólio, em poucos dias montou um laboratório da dengue que está dando, praticamente, cobertura a toda discussão de expansão de novos casos.

Ao mesmo tempo, com esse acréscimo de responsabilidade, estamos chegando a um momento crucial de limitação de expansão, por dificuldades na contratação de pessoal. E estamos vivendo, inclusive, uma situação que

eu diria ser quase surrealista, porque, hoje, os recursos que vêm do Tesouro para a Fundação Oswaldo Cruz representam somente em torno de 45% de todo o seu funcionamento. Em todo o resto dos recursos operados pela Fundação, ela o faz por projetos, captando esses recursos fora de instituições financiadoras de pesquisa e tecnologia. Então me parece que nessas orientações de políticas de combate às grandes endemias, é fundamental que se dê prioridade necessária, também, à questão do desenvolvimento científico e tecnológico. Isso mostra efetivamente que a área da saúde está passando por uma verdadeira revolução, uma revolução que considero semelhante à que estamos passando com a informática, que é a questão da biotecnologia. A biotecnologia pode hoje provocar a possibilidade de novas vacinas, de novas formas de diagnóstico, de novos reagentes, de novas possibilidades de controle de doença, talvez nem consigamos imaginar a sua dimensão.

Mas, se nesse momento essa área não receber recursos necessários para poder acompanhar a velocidade com que está se desenvolvendo hoje na ciência moderna, em cinco anos vamos estar com um atraso irreversível. No meu entendimento, esse drama sanitário que estamos vivendo, ele se coloca de uma forma extremamente objetiva. Acho que temos que repensar a política de saúde no Brasil, acho que temos que repensar a organização do sistema de saúde no Brasil e fazer um sistema de saúde de acordo com a nossa cultura, de acordo com as nossas condições geográficas espaciais, mas, fundamentalmente, dando a ele impacto e acabando com essas distorções dele ser urbano, dele não ter cooperatividade, dele ser da Região Sudeste, dele separar a medicina preventiva da medicina curativa.

Nós temos que fazer, efetivamente, uma política a curto prazo na área do desenvolvimento científico-tecnológico, com a criação de núcleos de biotecnologia que possam dar esse salto nos próximos anos. Nós temos hoje a capacidade de absorver essa tecnologia nas instituições como o Butantã, a Fundação Oswaldo Cruz, o Instituto de Biofísica da Universidade do Rio de Janeiro e se isso não for tratado como plano emergencial, tenho receio que nos próximos cinco anos não vamos mais conseguir acompanhar o desenvolvimento tão rápido por que esta área está passando.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Muito obrigado ao Professor Sérgio Arouca.

Concedo a palavra ao primeiro interpeleante, o nobre Senador Relator Jamil Haddad.

O SR. JAMIL HADDAD — (Relator) — Dr. Sérgio Arouca, o nobre Presidente da Comissão, Marcondes Gadelha, fez um pronunciamento alertando as autoridades deste País sobre o problema da saúde pública e requereu a constituição desta Comissão, para que pudéssemos, então, com técnicos iguais a V. S^a, ter os dados para amanhã apresentar soluções concretas. A Saúde Pública está extremamente defazada, esquecida e jogada para um plano secundário, como se não fosse uma obrigação primeira governamental.

De imediato teve o apoio de todos os componentes do Senado Federal, que aprovaram por unanimidade a constituição desta Comissão, e eu e o Senador Amaral Peixoto tivemos oportunidade também de nos pronunciarmos sobre o assunto. E recordo-me de que, no meu pronunciamento, citando uma frase de uma entrevista de V. S^a na *Folha de S. Paulo*, eu dizia que a medicina tinha sido socializada, ela tinha se transformado, as epidemias, as endemias rurais, tinham se transformado em endemias e epidemias urbanas.

Sabemos, e V. S^a declarou com muita propriedade, da multiplicidade de órgãos. Em meu pronunciamento coloquei claramente a necessidade de uma reformulação total. Que houvesse um órgão que pudesse dirigir e ter todos os dados necessários para que se modificasse essa linha de conduta no campo da saúde do País.

Um fato que foi invocado, recordo-me que era prefeito da Cidade do Rio de Janeiro e me defrontei com esse problema. A COMLURB era responsável pelo combate aos ratos e mosquitos numa determinada área do município do Rio de Janeiro. A outra área cabia à FEEMA, que era do Estado. Então, se discutia: "o mosquito até aqui... existiam paralelos, fronteiras. Até Santa Cruz o mosquito é do município; Campo Grande já é do Estado. A Ilha do Governador é do Estado. Então, era uma

divisão geográfica se era a COMLURB ou a FEEMA quem combatia os mosquitos e os ratos dentro da Cidade do Rio de Janeiro. E tive a oportunidade de assumir a responsabilidade na Cidade do Rio de Janeiro do combate ao mosquito e aos ratos no município. A COMLURB passou a ser o órgão responsável por esse combate e a FEEMA ficou para o antigo Estado do Rio, para a Baixada Fluminense.

Um dos pontos que muito me preocupa e que sempre fez parte de todos os meus pronunciamentos, sempre que atuava na vida pública estava relacionado justamente com esse enfoque da medicina curativa, da construção de grandes hospitais que exigem quantias faustosas, que exigem uma infra-estrutura de difícil manutenção, quando os recursos muito menores, numa medicina preventiva, poderiam evitar a construção de novos hospitais nesse País.

Acho que este é o momento de repensar esses problemas. Temos que considerar o problema da medicina preventiva. E aí entra um detalhe que tenho enfocado também, exposto com muita clareza por V. S^a, que é o problema das campanhas de vacinação, das campanhas de orientação da população brasileira a respeito dos problemas de saúde pública, e o problema da pesquisa. Eu coloquei, há poucos dias, o problema da pesquisa na química fina, o problema da biotécnica. Temos que pensar em termos de soberania nacional, temos que nos preparar com a nossa tecnologia para a fabricação das vacinas e para a medicina preventiva. Tenho a certeza de que se dermos esses passos, dando recursos a essa área, em poucos anos estaremos na situação de termos condições sanitárias neste País que causarão inveja, talvez, a países até mais desenvolvidos. Porque não tenho dúvida alguma sobre a capacidade dos nossos cientistas e nossos pesquisadores. Agora, em números reais, Dr. Sérgio, qual o número total, por assim dizer, levantado pela Fundação Oswaldo Cruz, em termos de dengue no Rio de Janeiro?

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Desculpe-me interrompê-lo. Estamos com um pequeno contratempo. Recebi agora um telefonema do Plenário, do Secretário da Mesa, avisando que a sessão foi suspensa por falta de quórum. Houve um pedido de verificação de votação e resolveu a Mesa acionar as campanhas, pois ela gostaria de completar o quórum em plenário, caso contrário, todo o esforço concentrado vai por água abaixo, agora, com esse pedido primeiro de verificação.

O SR. RELATOR (Jamil Haddad) — Solicitaríamos ao Dr. Sérgio que aguardasse um pouquinho mais.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Suspenderíamos a sessão por 15 minutos, enquanto vamos a Plenário, e voltamos em seguida. Está suspensa a reunião.

(Suspensa a reunião às horas, a reunião é reaberta às horas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Estão reabertos os trabalhos. Continua com a palavra o Sr. Sérgio Arouca.

O SR. SÉRGIO AROUCA — Senador Jamil Haddad, é com a maior satisfação que vejo V. Ex^a aqui. Acompanhamos o seu trabalho como Prefeito no Rio de Janeiro e toda a prioridade que foi dada à Secretaria da Saúde, que conseguiu, naquela época, levar um grupo para esta Secretaria sanitárias dos mais sérios e competentes que estavam trabalhando no Rio de Janeiro. Esse dado, infelizmente, não o temos. Acho que ele faz parte desse estado do nosso sistema de informações de saúde. Realmente, o sistema de informações não fornece os dados assim na velocidade e com a presteza necessária, inclusive também com a confiança necessária. O Rio de Janeiro foi exemplo disso. Quer dizer, o Estado e o Município batiam a informação, não a notificavam à SUCAM. O próprio coordenador da SUCAM, no Rio de Janeiro, chegou a declarar que, se fosse pensar em termos legais não existia epidemia de dengue no Rio de Janeiro, porque ele não havia sido notificado. E o sistema de informações de saúde é muito precário. Trabalhou-se muito em termos de estimativas de algumas, quase que pelo volume de atendimento médico que estava acontecendo nos postos, é muito pelo impacto também dos jornais que chegaram a falar de um milhão de casos no Rio de

Janeiro. O que podemos falar de concreto temos em dois estudos, por amostragem. Como a cidade não era disponível o plano de notificação, e eles eram bastante contraditórios entre as diferentes instituições que estavam envolvidas, com alguns assessores que vieram da Organização Panamericana da Saúde, principalmente com o Dr. Pinheiro, um brasileiro que está trabalhando nesta organização em Washington, fizemos dois estudos por uma amostragem à população, um em Niterói e outro em Nova Iguaçu. Aí, chegamos a estes dois índices estimativos da taxa de ataque em Nova Iguaçu ter sido 20%. A estimativa é que nós chegamos até aproximadamente 400 mil casos, de Nova Iguaçu, e 5%, a taxa de ataque, estava se dando em Niterói. Em Alagoas, nós estávamos recebendo exames que só serviram para confirmar a presença da doença. Então, em Alagoas não chegamos a ter nenhuma estimativa do número de casos. E pela própria expansão, pelas condições, vamos dizer, pela capacidade nossa de fazer exames — o reagente que é utilizado para fazer exames é um reagente importado — nós começamos também a estabelecer certos critérios para chegar a um certo momento e não termos mais capacidade de fazer esses exames. Nós começamos a fazer esses exames, agora, só para identificar a expansão da doença. E começar a controlá-la, na medida que existam algumas dificuldades internacionais na obtenção desse reagente. Então nós estamos entrando vamos dizer com uma certa economia do uso do reagente para identificar áreas de expansão da doença, atualmente. Eu diria que hoje é muito difícil estimar um número de casos, exatamente por essa falta de um sistema de informação e de notificação eficiente.

O SR. JAMIL HADDAD (Relator) — Um dado que a mim satisfaz foi, na realidade, a declaração que o Instituto Oswaldo Cruz está capacitado para vacinação de cerca de sessenta milhões de pessoas, caso, na realidade, houvesse necessidade de uma vacinação em massa, com o aparecimento da febre amarela. Isso nos dá um pouco mais de tranquilidade. E eu queria apenas, também aí, com dados do próprio Ministério que V. S^a já relatou aqui e eu já tinha no meu pronunciamento declarado, o aumento da hanseníase, um dado da Assessora do Ministério da Saúde, que de trinta em trinta minutos um novo caso de hanseníase se instala no País, e com o aumento, também, do percentual da doença de Chagas, talvez em razão do êxodo de nordestinos para São Paulo, infestados pela doença de Chagas, através da transfusão de sangue, estariam transmitindo também a doença de Chagas, e que, desde 1973, todas as curvas de doenças transmissíveis, incluindo aí a leishmaníase, a xistossomose, elas estão em alta, inclusive a tuberculose. Daí a razão pela qual acho que foi extremamente necessária a essa Comissão o depoimento de V. S^a, de que se repense o problema de saúde pública neste País, e que verbas de grande monta sejam destinadas, porque a saúde e a educação têm que ser priorizadas no nosso País. Agora quero ouvir a opinião de V. S^a a respeito do problema genérico que também foi por mim enfocado e por outros nobres Senadores nesta Casa, da necessidade de descentralizar-se o sistema de saúde pública, para evitar justamente a falta de dados, as dificuldades de entrosamento entre as diversas equipes de diversos setores. E eu queria ouvir uma ratificação do que V. S^a já declarou, achando que poderia ser a própria SUCAM, no meu entendimento, desde que ela tivesse mais meios e mais pessoal especializado, de que o Instituto Oswaldo Cruz tivesse condições, apesar de ser uma autarquia, de poder contratar técnicos altamente especializados e não ter que pagar serviços prestados a grandes cientistas que são chamados eventualmente quando algum surto aparece no País.

De modo que eu queria me congratular com a presença de V. S^a neste plenário e dizer que os subsídios que traz são de extrema valia. Continuaremos ouvindo outras pessoas interessadas na solução do problema da saúde pública, mas queria, também, a sua opinião sobre o problema da centralização da saúde pública em termos nacionais.

O SR. SÉRGIO AROUCA — Muito obrigado, Senador. Eu também gostaria de cumprimentar o Senado e agradecer a presença do Senador Nelson Carneiro, que muito nos honra. E desejo cumprimentar a Casa, tam-

bém, pelo excelente assessor em Saúde Pública que possui. O fato de o Senado contar com a presença do Dr. Pedro Luiz Taui, que é um dos eminentes sanitaristas deste País, com uma experiência fantástica no campo do controle das grandes endemias, faz com que esta Casa tenha a possibilidade de contar com apoio técnico muito sólido. Também quero cumprimentar o Senado pela constituição desta Comissão. Na realidade nós, vários sanitaristas que vimos trabalhando sobre esta questão nos últimos anos, temos dito que o problema de saúde do Brasil, hoje, é um problema muito mais político do que técnico. Na realidade, existe competência técnica para enfrentar e resolver determinados problemas. E hoje, acho, estamos vivendo exatamente o momento em que se está a exigir definições políticas na reorganização do sistema de saúde para que ele possa ser mais efetivo. E me parece que, sem sombra de dúvida, a regionalização deve ser um instrumento fundamental para dar ao Ministério esta maior eficiência. Os programas de saúde que nós vimos, de impacto e funcionando a grande maioria deles, são municipalizados. Inclusive, chega-se num certo momento em que nós acreditamos que pode quase constituir uma série de experiências acumuladas, e dizer que quanto mais próximo os serviços são prestados e estiverem no controle do próprio consumidor, eles são prestados com maior eficiência, com maior dignidade, e saem mais baratos. Então, nós acreditamos, pelo menos, que no momento teríamos que caminhar para um sistema de saúde que fosse unificado ao nível federal, para que se pudesse acabar com essa divisão de medicina preventiva e medicina curativa.

O Senador Amaral Peixoto agora, estava lembrando, me contando alguns fatos, inclusive da entrada do eminente cientista brasileiro Candau na Fundação Oswaldo Cruz. O ato foi assinado por ele e estava lembrando, ainda, um grande sanitarista brasileiro, Maneco Ferreira, que foi um grande mestre para nós todos. Uma grande figura. Foi um grande mestre, realmente, da saúde pública brasileira. E ele tinha uma frase em que dizia que — houve isto, realmente, na década de 20 — em que ele dizia que o Brasil precisava acabar com o "muro da vergonha". O "muro da vergonha" é a divisão entre a medicina preventiva e a medicina curativa. É momento, pois, de a gente começar a considerar que a saúde deve ser tida como coisa integral, simultaneamente preventiva e curativa. Então, achamos que o sistema de saúde deve ser centralizado num Ministério que possa ter um comando único na política, na distribuição dos recursos e nas definições das normas técnicas. Mas simultaneamente, a sua execução deve ser descentralizada e deve ser cada vez mais próxima do usuário. Portanto, sou um partidário da centralização a nível federal, política, técnica e normativamente; mas da descentralização executiva desse sistema para os municípios. Eu tenho acompanhado as declarações do nobre Senador e estou absolutamente de acordo com as propostas e com as suas declarações.

O SR. JAMIL HADDAD (Relator) — Sr. Presidente, não tenho mais nenhuma pergunta a formular ao Dr. Sérgio Arouca, e agradeço as informações que trouxe a esta Comissão. Quero apenas voltar ao depoimento do Dr. Paulo César Souza Fernandes, que a convite ao Senador Amaral Peixoto aqui esteve e invocou o fato de que os fumaceiros por assim dizer, eles têm passado na Baixada Fluminense apenas nas ruas calçadas, nas ruas principais, não têm ido às grandes concentrações demográficas do interior, por assim dizer. E aí, uma sugestão foi colocada, que me pareceu inicialmente uma sugestão válida, mas teria de contar para isso, na minha opinião, também de uma agregação de especialistas em toxicidade, porque sabemos os riscos, as apalias, que causam estas medicações em grande dose, esses agentes. Na inviabilidade de se poder aspergir como se fazia no passado, na época de Mário Pinotti, do combate à malária através de aviões, que fossem jogadas as substâncias necessárias não apenas através de carros fumaceiros, mas também como se faz com os agrotóxicos que são jogados de aviões; isso intensificaria e possibilitaria uma erradicação mais pronta, talvez, do *Aedes aegypti* naquela área densamente populosa da Baixada.

O SR. SÉRGIO AROUCA — Essa questão, essa opção estratégica de chegar, num certo momento, a utilizar o fumigação aérea, foi discutida e foi considerada, in-

clusive em debates com esses consultores internacionais que estiveram no Brasil. Na realidade, naquelas áreas onde não estão chegando os fumaceiros, o pessoal da SUCAM está chegando com bombas portáteis que são levadas nas costas, e portanto não existe impedimento técnico de chegar-se às casas. As informações que temos recebidos da SUCAM é que essa cobertura está sendo feita, mesmo naqueles lugares onde não se tem fácil acesso através do fumaceiro, com as bombas portáteis.

A questão da fumigação aérea envolve, primeiro uma questão geográfica, porque não pode ser aplicada em todos as situações; em segundo, é extremamente cara. A estimativa — se eu estiver errado o Pedro Luiz Tanil poderá me corrigir — parece-me, que o custo/hora é de 5 mil dólares, uma coisa assim; então ele envolve um custo que se usado como estratégia é extremamente alto. Além disso, essa fumigação aérea resolveria o problema do combate à forma adulta, mas não resolveria a questão das larvas e dos ovos, que de novo exigiriam uma visita domiciliar. Portanto, pareceu aos consultores internacionais que aqui estiveram e aos brasileiros da área consultada, que no momento não existia indicação de se optar por essa estratégia: existiria indicação, sim, de aumentar a possibilidade de exposição dessas máquinas, de funcionários da SUCAM e de mais carros fumaceiros. Essa seria a indicação, vamos dizer, imediata. Mas, de qualquer maneira, é sempre uma estratégia que pode estar disponível em algum momento.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Concedo a palavra ao Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO — Sabe o Dr. Sérgio Arouca, estamos no chamado "esforço concentrado", o que justifica que eu não estivesse aqui no início da sua exposição, mas espero ler o seu depoimento, que para nós é de alta valia. A sua autoridade, o seu espírito público, explicam o interesse da sua presença nesta Casa e, certamente, do seu depoimento recolheremos as medidas para complementar a ação que já se realiza através dos órgãos governamentais. Quero também cumprimentar o Dr. Paulo, que vive o problema na Baixada Fluminense.

Agora mesmo já está se realizando nova sessão extraordinária, à qual devemos comparecer e que nos impede de continuar ouvindo tão ilustres expositores.

Essa explicação é uma homenagem ao esforço de V. Ex^a, Sr. Presidente, aos companheiros que integram esta Comissão e uma homenagem aos dois ilustres entrevistados desta manhã.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Obrigado a V. Ex^a

Concedo a palavra ao Senador Amaral Peixoto.

O SR. AMARAL PEIXOTO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, como sou o mais velho aqui, tenho mais notícias dos fatos anteriores do começo do século; não cheguei a vivê-los, mas ouvi a repercussão do que foi a febre amarela no Rio de Janeiro; em menino, ouvia as conversas que há poucos anos havia sido extinta. Tive um irmão que com dois anos de idade fora atingido pela febre e conseguira salvar-se. Mas o meu pavor é a febre amarela, porque, hoje em dia, o Rio de Janeiro tem uma população muito maior do que naquela época; hoje, essa "brutalidade" que é o Rio de Janeiro com toda a sua periferia e nas condições em que vive a população, sem nenhuma resistência, sem a menor condição de saúde pública, causa-me realmente muita apreensão.

Gostaria de perguntar ao ilustre Diretor, que já fez referências à capacidade de vacinação, se tem havido interesse por parte da população na vacinação contra a febre amarela.

O SR. SÉRGIO AROUCA — Senador, em alguns momentos, inclusive, mais do que interesse, chegou a população quase a colocar a vacinação até como uma exigência. Na realidade, tivemos problemas na saúde dos portos, onde estava sendo feita, de rotina, a vacinação, pela própria discussão e pelo interesse que isso ganhou a nível da imprensa, e algumas vezes por terem surgido, a nível da imprensa, opiniões contraditórias sobre a necessidade ou não da vacinação contra a febre amarela no Rio de Janeiro. Na realidade, isso criou um movimento espontâneo junto à saúde dos portos de pessoas que iam buscar a vacinação. E em Nova Iguaçu, inclusive, as associações de moradores apresentaram ao Ministro um

verdadeiro abaixo-assinado exigindo a vacinação contra a febre amarela. Estivemos em vários momentos discutindo com as associações de moradores a indicação ou não da vacina, e nos parece que, na realidade, a posição que o Ministério tem assumido até agora é uma posição correta, de vacinar as pessoas da região amazônica, ou as pessoas que estão indo para a área da região amazônica. E manter um estoque estratégico no caso de surgir uma necessidade. Porque, na realidade, existe o risco de surgir a febre amarela enquanto existir a presença do mosquito, enquanto existir a febre amarela silvestre.

Mas, se formos pensar em termos do Rio de Janeiro, podíamos levantar a hipótese de que, hoje, é menos provável o surgimento da febre amarela, agora, do que quando começou a epidemia da dengue, porque quando começou a epidemia nós tínhamos alta manifestação do mosquito e não existia essa consciência pública sobre o problema. Então o risco era alto. Quer dizer, hoje existe toda uma divulgação sobre o fato, qualquer caso de pacientes, hoje, ao nível do Rio de Janeiro, que é suspeito de febre amarela é imediatamente identificado pela própria população e a Fundação Oswaldo Cruz tem examinado profundamente esses casos e até o momento não existe nenhum caso e a diminuição pelo combate ao *Aedes aegypti* da investigação também está fazendo com que o risco seja menor.

Isso não quer dizer que não existe o risco, mas hoje, ao nível do Rio de Janeiro, ele é menor do que antes, na probabilidade da epidemia. E nos parece que a posição do Ministério, essa linha — vamos dizer — o que tem que ser hoje assumido é o combate ao *Aedes* como combate nacional e estar com um estoque estratégico pronto para, se houver necessidade imediata em qualquer lugar, se iniciar a vacinação. Mas, no momento, acreditamos que não existe a necessidade da vacinação.

O SR. AMARAL PEIXOTO — E a validade dessa vacina? Para ela ser aplicada quanto tempo? A vacina fabricada hoje, ela pode ser aplicada durante quanto tempo?

O SR. SÉRGIO AROUCA — Nas condições que temos de estocagem ela pode ser garantida, nesse estoque, até dois anos. Mas estamos num processo permanente de produção, e também para esse aumento da produção já estamos com um convênio com a organização panamericana que já vai fornecer, vias mais fáceis de relações internacionais, todas as peças de reposição necessárias para a nossa produção.

Acredito que em termos de produção nós não temos problema nenhum.

O SR. AMARAL PEIXOTO — E o prazo de imunização?

O SR. SÉRGIO AROUCA — São dez anos.

O SR. AMARAL PEIXOTO — Esta é a minha grande preocupação e o Senhor fixou um programa em que eu senti muito essa divisão da medicina curativa e da medicina preventiva.

Eu vi, no Estado do Rio, entre os ilustres sanitistas, o Barcelos, o Candau, o Hernani Braga, se preocuparem muito com a medicina preventiva, lutando com os médicos clínicos que queriam curar os doentes. Eles não queriam admitir um ambulatório dentro dos centros de saúde, mas, afinal, chegaram a um bom termo e criaram um sistema misto, porque não se pode abandonar o homem, só prevendo as grandes epidemias.

Felicito-o pela sua grande exposição. Já tivemos um saneamento nesta reunião, ninguém é mais contra o aumento de despesa do Governo do que eu, disse isso ao Presidente da República quando ele me chamou para tratar do Plano Econômico, mas neste caso justifica-se plenamente que todos os óbices sejam afastados para que as autoridades de saúde pública possam agir com toda a eficiência. Já é uma primeira conclusão a que nós chegamos aqui e acho que estamos todos de acordo.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO AROUCA — Agradeço muito as palavras do Senador e, inclusive, eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para convidar esta Comissão a visitar a Fundação Oswaldo Cruz. Acho que numa primeira oportunidade em que houvesse essa possibilidade para que a Comissão pudesse ter contato com os nossos pesquisadores, com os nossos especialistas e ver o que esta-

mos conseguindo de positivo e, ao mesmo tempo, quais as dificuldades que ainda enfrenta a Fundação para o seu desenvolvimento. Acho que seria para nós de maior utilidade essa visita para que conhecessem...

O SR. AMARAL PEIXOTO — No mês de julho, pelo menos três de nós estaremos no Rio, o Senador Marcondes Gadelha terá que ir para o seu Estado, o Nordeste, mas nós três podemos, nas férias no Rio de Janeiro, com muita satisfação, visitar o subúrbio que não vejo há muitos anos.

O SR. SÉRGIO AROUCA — Apears havia me esquecido de um detalhe e acho que teríamos uma informação de grande valia, porque temos acompanhado notícias, através da imprensa, de avanços no sentido de se conseguir uma vacina para a malária. Tenho a impressão de que essa seria a grande solução do problema mundial, porque o risco, como estamos vendo hoje em O Globo, é a incidência da malária no Rio de Janeiro se alastrando. Felizmente com o *plasmodium vivax*, porque na zona amazônica já temos informação de um *plasmodium falsiparum* de difícil combate, que tem aparecido mais comumente. Temos esperanças de conseguir uma vacina contra a malária. Pergunto, ao ilustre Presidente da Fundação Oswaldo Cruz, se poderia passar informações à Casa a respeito de que estágio se encontram os estudos para podermos um dia, ter a vacina contra a malária.

O SR. SÉRGIO AROUCA — Há poucas semanas atrás a Fundação organizou, no Rio de Janeiro, um simpósio internacional sobre a malária e trouxemos aqui, inclusive, os grupos que estão, hoje, vamos dizer, na ponta do desenvolvimento dessa vacina e que, na realidade, são coordenados por grupos de pesquisadores brasileiros que, infelizmente, foram afastados do Brasil nesses últimos anos e que estão num estágio bastante avançado, embora em fase ainda experimental e a estimativa que eles fizeram é de que se deve esperar por um mínimo de três anos. Os estudos são promissores, com resultados — principalmente o Instituto Pasteur e o grupo da Ruther e da Victor, em Nova Iorque, são promissores, mas a própria estimativa deles é uma expectativa de, no mínimo, três anos, se não me engano. O Petain está aqui para fazer a correção, porque realmente, o desenvolvimento dessa possibilidade da vacina envolveria uma mudança na campanha fantástica da malária.

Aproveitaria, também, neste momento, para fazer mais uma comunicação à Comissão. Entre esses pesquisadores brasileiros que foram afastados, a Fundação Oswaldo Cruz também teve um grupo grande de pesquisadores que saíram da Fundação, no que foi o chamado "massacre de Manguinhos" professores do nível do Armando Mente, Professor Altino Saché, de Ubatuba, que está aqui na Universidade de Brasília. Durante este último ano da nossa administração, nós estivemos empenhados em que eles voltassem à casa e, numa recente excepcionalidade, assinada pelo Senhor Presidente da República, que autorizou a Fundação a contratar vinte pesquisadores de nível titular, nós estamos fazendo, no mês de julho, a reintegração desses pesquisadores. Estão voltando à Fundação Oswaldo Cruz e alguns deles já incorporando-se a trabalhos de pesquisa e desenvolvimento, pelo menos oito desses dez pesquisadores que foram afastados.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Eu também teria, como Presidente, algumas perguntas a formular ao Professor.

O Senhor nos informou que o Ministério da Saúde já sabia com bastante antecedência da presença do *aedes* e já tinha como uma possibilidade bastante factível uma reurbanização da febre amarela e um eventual surto de dengue. Tudo isso era do conhecimento do Ministério da Saúde já há algum tempo. No entanto, no orçamento do Ministério da Saúde para 1986, mesmo sabendo o Ministério da iminência deste surto de febre amarela e dengue, a verba consignada na rubrica para controle da febre amarela foi de apenas duzentos e dezoito milhões de cruzados ou seja, uma soma irrisória, insignificante, porque, instalado o surto, o Ministério já teve que recorrer à Previdência Social e pedir uma transferência de recursos dez vezes superior que estavam alocados no Orçamento.

Nós, aqui no Congresso, também detectamos esse problema, quando da discussão do orçamento do Ministério da Saúde, na Comissão Mista encarregada do orçamento, e alertamos para essa possibilidade de um surto de dengue e febre amarela e protestamos por considerarmos insignificante a dotação orçamentária para essa rubrica de controle da febre amarela. Infelizmente, o Congresso não tem condição de alterar rubricas de valores do orçamento; estamos vedados constitucionalmente de promovermos qualquer alteração. Então, apelamos para o bom-senso do setor de orçamentação do Ministério da Saúde no sentido de que fizesse as alterações. Lamentavelmente, não fomos atendidos nessa sugestão.

Perguntaria a V. Ex^a como explica esse problema, como se procede a orçamentação no seio do Ministério da Saúde e por que, sabendo o Ministério da iminência deste surto foi mantida, essa proposta, apesar de o orçamento global do Ministério da Saúde ter aumentado mais de dez vezes em relação ao ano anterior?

O SR. SÉRGIO AROUCA — Senador, gostaria de cumprimentá-lo pela iniciativa desta Comissão e também considerar que, talvez, não seja eu a melhor pessoa para poder dar resposta aos mecanismos da organização, da estruturação do orçamento do Ministério, mas, pelo menos, algumas informações, alguns fatos acompanhei.

Na realidade, durante o Governo anterior, naquele período da SUCAM, isso foi inclusive noticiado pela imprensa. Quando a SUCAM estava sendo dirigida pelo Bedusque e, anteriormente, pelo Fiuza, na administração do Fiuza, do Ministro Waldir Arcoverde, foi encaminhada uma solicitação de recursos extraordinários para o combate ao *aedes*, que foi vetada, foi recusada pelas autoridades econômicas daquela época. Quando da administração do Ministro Carlos Sant'Anna, foi encaminhado novo pedido de recursos extra-orçamentários para combate ao *aedes* que foram concedidos, não no volume total da solicitação, houve um corte. Mas desses recursos concedidos é que resultaram a importação dessas máquinas e no início da campanha de combate ao *aedes*, porque, na realidade, o orçamento do Ministério, ele é, vamos dizer assim, de múltiplas fontes, são recursos que vêm do FINSOCIAL, são recursos extra-orçamentários, recursos do Tesouro, enfim, são vários Fundos que depois vão compondo o que é o recurso do Ministério. E os recursos que estão vindo para o combate às grandes endemias — se estiver equivocado, o Dr. Pedro está aqui para fazer a correção — parte desses recursos, são destinados via FINSOCIAL e não via orçamento próprio do Tesouro e também são alocados em programas extra-orçamentários. Por exemplo, o Programa Nacional de Assistência e Vacinas é um programa extra-orçamentário autorizado pela Presidência da República e não entra no orçamento tradicional do Ministério.

Então, a suposição que tenho, como esse problema já foi colocado como prioridade pelo Ministro Carlos Sant'Anna e pelo atual Ministro Roberto Santos é que a expectativa dos recursos adicionais no combate às grandes endemias elas vêm fundo FINSOCIAL, de tal maneira que o recurso do Tesouro, ele cobre as outras áreas de ação do Ministério que não recebem os fundos, que não recebem financiamento do FINSOCIAL. Os recursos do Tesouro têm uma certa destinação de cobrir as outras atividades do Ministério, porque, na realidade, existe uma preocupação séria que foi passada pelas pessoas que trabalham a nível da SUCAM e tiveram experiência naquela área, que é como enfrentar simultaneamente esses novos desafios de expansão da dengue em combate ao *aedes*, mas simultaneamente não comprometer as outras campanhas, mas o Ministério, como ainda trabalha com verbas restritas, tem que estabelecer uma certa lógica; não pode diminuir o que já se conseguiu com chagas, não podemos voltar atrás ao pouco que já se estava conseguindo em relação à lepra, o mesmo em relação ao problema do controle dos bancos de sangue. Então, como fazer essa mágica sem esse orçamento de 15 trilhões, quando na realidade, o que está sendo destinado à medicina curativa é em volta de 65 trilhões; como fazer a mágica de enfrentar simultaneamente problemas tão complexos com esse orçamento? E na realidade o orçamento do Ministério vem fixado, a partir de certo teto, e é negociado com as autoridades econômicas.

Acompanhei a luta do Deputado Carlos Sant'Anna que foi de fazer esse salto. Digo como depoimento que foi uma luta, uma verdadeira guerra. Acho que há necessidade de se demonstrar que investimento em saúde é produtivo, resulta em benefício econômico; o que nós podemos deixar de gastar, imaginando que a dengue, sendo benigna, incapacita por pelo menos cinco dias, e se imaginarmos uma incidência em Nova Iguaçu de 400 mil pessoas, imaginarmos cinco dias de perda de produção sobre pelo menos 50% de adultos e o que isso vai representar em termos de divulgação internacional, possibilidades de febre amarela e dengue no Rio de Janeiro, de impedir a vinda de turistas, o peso econômico dessas enfermidades é enorme. Mas conseguir que as autoridades econômicas entendam que alocar recursos à saúde é um investimento produtivo é difícil e essa dicotomia preventiva curativa é muito interessante. Se tomarmos o caso de Nova Iguaçu, por exemplo, o Presidente do INAMPS, o Professor Eúlio Cordeiro, que é uma pessoa com visão de saúde pública, ele é, basicamente um sanitário, quando sentiu o problema de Nova Iguaçu, imediatamente fez um repasse de recursos que estavam destinados a Nova Iguaçu de 2 milhões de cruzados para a SUCAM; mas, ao mesmo tempo, o INAMPS está colocando agora, na semana passada, em Nova Iguaçu, 50 milhões de cruzados para assistência médica; quer dizer, enquanto são colocados 2 milhões para prevenção e para combater essa epidemia, são colocados 50 milhões para construção de ambulatórios. Não é o INAMPS que está errado, não é quer dizer que a política da Previdência está errada, é que na medida que esses recursos são destinados a instituições e decisões separadas, a prioridade acaba acontecendo, é evidente, de maneira mais ou menos automática.

Eu diria que esses recursos orçamentários via FINSOCIAL — não sei qual o volume que está sendo destinado às grandes endemias — estão tendo um aumento substitutivo em relação ao que era mais ainda não está sendo suficiente. O Brasil é, efetivamente, um dos países que menos gasta com saúde entre os países do seu nível de desenvolvimento e teríamos que chegar a aumentar essa proporção destinada aos recursos de saúde de maneira substancial. Esse salto para 15 trilhões foi um grande salto; a Fundação Oswaldo Cruz pulou, por exemplo, pulou, pois no ano de 85 tínhamos um orçamento de 21 milhões de cruzados, que foi para 210 milhões em 1986, o que efetivamente demonstra que se está colocando uma prioridade nessa área.

O SR. MARCONDES GADELHA — De qualquer forma, não sei se por escassez de recursos, o fato é que, embora esse surto fosse previsível, na verdade, nos apanhou de surpresa, tanto assim que a SUCAM tinha na ocasião 600 guardas sanitários no Rio de Janeiro, para cuidar desse problema, esses cuidados são eminentemente tópicos quase sempre porque o mosquito é peridomiliário e exige vigilância focal, a presença do guarda sanitário é importante. Só em termos comparativos, numa das últimas epidemias de febre amarela de que se tem notícia, uma forma frustra que aconteceu no Rio de Janeiro em 1928, quando o Rio de Janeiro tinha apenas 1 milhão e meio de habitantes, foram usados, na ocasião, 12 mil guardas sanitários.

O SR. SÉRGIO AROUCA — Mas eram apenas 700 mil habitantes, pelos dados que tenho.

O SR. MARCONDES GADELHA — Então isso vem corroborar ainda mais essa minha preocupação. Suponho que por escassez de recursos prontos aqui e agora para a alocação e contratação desse pessoal e suponho que em função talvez de algum problema na orçamentação da SUCAM e particularmente do controle do *aedes* é que tivemos essa situação. Mas V. S.^a nos disse que o problema agora está tendendo para um controle razoável no Rio de Janeiro e que a preocupação no momento é — digamos — um alastramento nacional. Nós sabemos que o diagnóstico da dengue não é fácil, um diagnóstico mesmo clínico, sorológico. Pois bem, perguntaria para um diagnóstico clínico e uma avaliação epidemiológica da dengue no Nordeste, no Norte e se foram constituídos centros para a avaliação, e de que maneira está sendo encarado esse problema?

O SR. SÉRGIO AROUCA — Em condições de laboratório, em condições de fazer o diagnóstico, efetivamente

é o Evandro Chagas da Fundação SESP, em Belém do Pará, e a Fundação Oswaldo Cruz, em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Só esses três?

O SR. SÉRGIO AROUCA — Só esses três. Em função disso, na realidade, o que está acontecendo até agora é que as suspeitas estão sendo encaminhadas para esses três laboratórios e está sendo feito um programa, que já está aprovado e com recursos, a partir da Fundação Oswaldo Cruz junto com o Instituto Evandro Chagas que, realmente, têm uma grande experiência nessa área — febre amarela e dengue — que é se regionalizar em laboratórios e dar capacitação técnica às Secretarias Estaduais para fazer o diagnóstico.

Então, estamos neste momento na identificação de quais são os laboratórios que podem se transformar em laboratórios regionais e levar a pessoa para ser treinada na Fundação Oswaldo Cruz. Por exemplo, no Nordeste, o ponto que está sendo identificado como uma área que pode se transformar num laboratório regional, é Pernambuco. Em Pernambuco nós já vínhamos trabalhando com um grupo de virologia da Secretaria Estadual que estava fazendo o diagnóstico da pólio. Então, um grupo que já tem condições técnicas para trabalhar com o vírus e que pode imediatamente se transformar em outro laboratório regional.

Estamos tentando identificar, também, algum nível de competência técnica em Alagoas, para ver quem levar para podermos fazer esse treinamento e ver se a Secretaria de Saúde ou a Universidade, também, poderia assumir essa responsabilidade.

A idéia é criar uma rede de laboratórios nacionais e que, então, a Fundação ou Evandro Chagas ou Oswaldo Cruz, pudessem atender a sua área, funcionando como centro de referência para a elucidação de dúvidas e tentar, realmente, descentralizar essa competência técnica de fazer exames. O primeiro problema que estamos enfrentando é o de identificar pessoas que já tenham conhecimento para rapidamente assimilar a tecnologia e, simultaneamente, garantir a importação de reagentes, para que isso possa ser descentralizado.

Realmente, uma coisa, acho que o Senador tem razão. Os recursos da dengue estão aumentando e eles não são os que nós poderíamos imaginar o suficiente e necessário ao momento que estamos vivendo. Acho que foi essa compreensão de tocar a saúde como uma área um pouco burocrática, sem prioridade política e técnica. Por exemplo, se impede contratações. Então, se impede de uma forma global. Quer dizer, no momento em que se impede contratações, na realidade, também estamos impedindo a própria renovação dos técnicos da SUCAM e tem que se conseguir a renovação a partir de pedidos de excepcionalidade. Assim, não sei se num momento como este, em que está se vivendo uma crise sanitária, se a área não deveria ser tratada com o caráter prioritário e excepcional que está exigindo. E, isso, no meu entendimento significa realmente recursos adicionais substantivos, liberação de contratação, além das exceções já concedidas, uma maior flexibilidade em termos de importação de equipamentos necessários que, nesse caso, agora, foi conseguido, mas na primeira importação passou por toda uma tramitação da CACEX etc. Na realidade, estamos voltando àquela idéia de que o momento é de decisão política, de que o Brasil precisa passar por uma reforma sanitária, uma reforma que leve em conta uma destinação fixa no orçamento da Nação para ser aplicada na questão da saúde, e que essa destinação possa não ser só a soma desses múltiplos orçamentos, mas que possa representar um aumento substantivo para ganhar operacionalidade. Nós temos que começar a rever a legislação sanitária. Nos lugares onde se controlou o *aedes*, esse controle também foi acompanhado por uma legislação sanitária, de se imaginar que, ao mesmo tempo em que existe uma responsabilidade pública, tem que se cobrar também da sociedade uma contrapartida de responsabilidade. Ou seja, as borracharias, as sucatas de carros, devem obedecer a uma certa legislação sanitária e aquelas pessoas que não obedecem devem ser penalizadas. Parece-me que esse conjunto da reforma sanitária que o Brasil neste momento está necessitando, para ganhar, simultaneamente, não só a questão do dengue mas, para enfrentar o dengue, a febre amarela, a infecção hospitalar, as intoxicações, ou seja, para esse conjunto do

que nós estamos chamando de drama sanitário que o País está vivendo hoje, efetivamente, concordo plenamente com o nobre Senador, tem que haver uma representação objetiva em termos de orçamento e em termos de determinadas exceções que possam dar ao setor de saúde uma flexibilidade de ação maior.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — O Senhor nos disse que vamos ter que, de alguma forma, acertarmos a idéia de termos de conviver com a *aedes aegypti*, conviver com a febre amarela e os denques sob uma forma endêmica. Eu perguntaria: Qual é o nível de infestação aceitável para essa convivência? Qual é o índice de infestação e em que horizonte de tempo o Senhor prevê que vamos chegar a este nível suportável?

O SR. SÉRGIO AROUCA — A avaliação dos técnicos que estiveram envolvidos nesta área — eu devo confessar que não sou um especialista em dengue, estou participando muito mais como político, na política de saúde, nesta área, e, como administrador da Fundação, escutando muito, na realidade, os especialistas que estão trabalhando nesta área, a estimativa que eles fazem, tomada a decisão de se fazer um combate nacional, é a de que não se pode falar em erradicação do *aedes aegypti*, enquanto essa erradicação não for assumida como problema internacional. Enquanto forem mantidos os Estados Unidos como foco, enquanto for mantida a posição da Venezuela de não combater, nós podemos assumir, como meta, enquanto não houver decisão internacional, podemos assumir o controle, mas não a erradicação do *aedes*. Não existe condições técnicas de erradicar, enquanto isso não for uma decisão política internacional. Existindo os recursos estima-se em pelo menos de 3 a 5 anos. Peço ao colega, Dr. Paulo, que me corrija, se eu estiver cometendo uma heresia. Mas, na última excursão que eu acompanhei, colocava-se como uma possibilidade de 3 a 5 anos para se baixar o índice de infestação, abaixo de 5%.

Eu peço sua ajuda, Pedro Tavil.

O SR. PEDRO LUIZ TAVIL — O problema é que, com relação à febre amarela, realmente, nunca houve uma epidemia com índices inferiores a 5%. Porém, o dengue não é ainda considerado epidêmico. Nós já temos tido epidemias em países asiáticos com índices de infestação mais baixos, isso tendo em dúvida as características do dengue onde o vírus fica presente por mais tempo, fica presente uma semana no sangue circulante. Então, existe a chance de infectar muito mais mosquitos, enquanto da febre amarela são apenas 72 horas, o que reduz a possibilidade. O problema de alcançar o nível de infestação é um problema importante. O mais difícil é manter este nível baixo, porque, se nós deixarmos a *aedes aegypti* e relaxarmos o controle, que é uma possibilidade de acontecer, quando desaparece o drama político, o drama da epidemia, há uma possibilidade de se retornar aos níveis anteriores. Esse é um grande problema. O outro é a resistência dos mosquitos ao inseticida. No programa contínuo, aos poucos, o *aedes* já tem resistência aos inseticidas a óleos fluorados e nós estamos usando óleos fosforados. Como o nobre Senador falou, há o problema de intoxicação, hoje, no pessoal da SUCAM que trabalha com essas máquinas. Eles têm de fazer quinzenalmente ou semanalmente exames no sangue, para verificar se estão com níveis não tóxicos. Existe, também, o problema de usar novos inseticidas que nem sempre são baratos, geralmente são mais caros os novos e são mais tóxicos. Então, o problema grave de não se ter uma política continental é como manter baixo o índice de infestação.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Professor, eu gostaria de, finalmente, elogiar V. S.^a pela sua preocupação com a criação de um setor de biotecnologia no Brasil consistente e competitivo, em condições de responder às necessidades do País, num futuro muito próximo. Temos, também, a preocupação, aqui, no Congresso Nacional. Temos insistido em que só existem, efetivamente, 5 campos que são realmente novos em termos de conhecimentos científicos e tecnológicos. São: a informática, a biotecnologia, a tecnologia de novos materiais, de materiais que não existem na natureza, que são concebidos teleologicamente, a partir de uma finalidade, a tecnologia espacial e a oceanografia que, por incrível que

pareça, ainda é um grande mistério e ninguém tem o domínio nesse campo. Acho que o Brasil precisaria fazer um esforço; já perdemos a batalha nos outros campos da tecnologia conhecida, convencional, a tecnologia estabelecida e apropriada pelos países mais ricos, mais desenvolvidos, não temos mais como competir. Então, deveríamos nos concentrar pelo menos em alguns desses campos, onde podemos, efetivamente, ter um bom resultado e, com isso até, quem sabe, virarmos o jogo nessa disputa pelo futuro. Não creio que possamos avançar muito ou competir no campo de ciência espacial. Mas estamos razoavelmente bem na área de informática, estamos começando bem, digamos assim, temos uma perspectiva, pelo menos temos um campo enorme na área de oceanografia, oito mil quilômetros de costa. E eu gostaria de ouvir do Senhor como estamos hoje em biotecnologia, sucintamente, e como V. S^a concebe um programa que dê ao Brasil uma apropriação do conhecimento para uso em curto prazo, em prazo adequado. A informática foi concebida com uma lei de reserva de mercado e com empresas nacionais operando, produzindo, propiciando a criação de centros de excelência no campo da tecnologia digital, processamento de informações, e estamos, pelo menos até o momento, aparentemente, estamos respondendo adequadamente às necessidades do País. Como V. S^a imagina um sistema na área de biotecnologia?

O SR. SÉRGIO AROUCA — Acredito que o caminho realmente seria por alguma coisa parecida com o que foi feito no campo da informática. Acho que temos de apoiar centros de excelência, o que seria ponto de partida fundamental, que seria ter pesquisadores para já servir como esse núcleo que temos, entre esse núcleo alguns que eu já tinha citado, quer dizer, o Departamento de Biologia Molecular da Fundação Oswaldo Cruz, o grupo do Instituto Butantã, a Biofísica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade de São Paulo, quer dizer, são núcleos onde já temos uma massa crítica de pesquisadores que pode incorporar esse avanço e dirigir esse avanço. Temos já uma área de produção de produtos biológicos que também já domina essa tecnologia do ponto de partida inicial, como, por exemplo, a de Manguinhos e também, de novo, o Instituto Butantã. O que está faltando nesse momento eu diria que é um esforço concentrado, um esforço concentrado que possa fornecer a esses núcleos recursos para uma expansão acelerada. Quer dizer, não podemos imaginar que vamos fazer esse salto com esses departamentos, sem eles receberem recursos substantivos, nenhum projeto a médio prazo, inclusive para trazer os melhores pesquisadores que encontramos. Quer dizer, essa política que foi feita também na área de informática, que foi conduzida pelo ministro Renato Archer, de trazer pesquisadores brasileiros que estejam trabalhando nos centros de excelência, temos que transformar isso em algo mais concreto. Efetivamente, trazer um pesquisador desses, significa oferecer aos pesquisadores condições de trabalho. Então, temos que ter esse núcleo básico de contato. Só para que V. Ex^s tenham um exemplo: o Departamento de Biologia Molecular da Fundação Oswaldo Cruz que, sem sombra de dúvidas, é um dos departamentos mais avançados em biologia molecular da América Latina, bem como a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade de São Paulo são núcleos onde nós já temos, ou a nossa crítica de pesquisadores que pode incorporar esse avanço e dirigir esse avanço; nós temos, uma área de produção de produtos biológicos que também já domina essa tecnologia, um ponto de partida inicial — como por exemplo, de um Manguinhos e também do Instituto Butantã. O que está faltando nesse momento, eu diria que é um esforço concentrado. Um esforço concentrado que possa fornecer esses núcleos, recursos para uma expansão acelerada. Quer dizer, nós não podemos imaginar que nós vamos fazer esses cálculos, com esses departamentos sem eles receberem recursos substantivos, num projeto a médio prazo, inclusive para trazer os melhores pesquisadores que nós encontrarmos. Quer dizer, essa política que foi feita também na área de informática, que foi conduzida pelo ministro Renato Archer, de trazer pesquisadores brasileiros que estejam trabalhando.

Temos que transformar isso em algo mais concreto. Efetivamente, trazer um pesquisador desses, significa oferecer aos pesquisadores condições de trabalho. Então nós temos que ter esse núcleo básico montado — só para os Senhores terem um exemplo: O Departamento de Biologia Molecular da Fundação Oswaldo Cruz, que sem sombra de dúvidas é um dos departamentos mais avançados em biologia molecular da América Latina, é de ponta, realmente é de ponta. No prédio em que ele está instalado, todos os banheiros já foram ocupados, os banheiros foram se transformando em laboratórios, e só estão sobrando dois que estão em fase de extinção. Quer dizer, já que se procurou o pesquisador, por que nós não construímos um banheiro fora do prédio, e liquida-se os banheiros dentro dos prédios. Os corredores já se transformaram em laboratórios. Em departamento em que, com recursos de orçamento, pagamos vinte e poucas pessoas, ele trabalha com mais de 60 em projetos. Mas, para ele fazer esse salto, nós temos que mandar a pessoa para fazer doutorado nos maiores centros de mundo, na perspectiva de que essas pessoas estejam de volta em três anos. Ao mesmo tempo, trazer pesquisadores estrangeiros que durante esse período em que nós mandamos gente para fora estejam trabalhando em projetos associados com os nossos pesquisadores, dar condições físicas para que possa haver esse desenvolvimento e criar o elo que talvez seja o ponto mais crítico que estamos enfrentando, que é o elo entre o departamento básico, a genética, a biologia molecular e a produção. Quer dizer, conseguir uma massa crítica, que essa nós não temos, de pessoas ligadas a engenharia de sistemas, engenharia de produção e fazer essa passagem: o conhecimento do laboratório, da bancada para a fábrica. E, efetivamente, começar a estabelecer esse mecanismo de associação entre o setor público e o setor privado nacional, na área. Estamos começando, primeiras experiências, como por exemplo: o grupo da BIOBRAS de Montes Claros. Há um convênio de associação entre a Fundação Oswaldo Cruz e a BIOBRAS. E estabelecer convênios me parece, também, um outro caminho extremamente interessante, convênios bilaterais entre países latino-americanos que se complementam. Por exemplo: Brasil e Argentina.

Agora, de tudo isso Senador, o que realmente me parece fundamental é sensibilizar todas as autoridades a transformar isso em um projeto, com metas claras a serem alcançadas, com os locais definidos e com recursos a serem alocados. Só como exemplo, Cuba está inaugurando, semana que vem, um Centro de Biotecnologia que talvez seja um dos maiores da América Latina, depois de estar 5 anos preparando esse centro, quando mandou os seus pesquisadores aos melhores centros do mundo. O centro começa a operar na semana que vem o investimento de 40 milhões de dólares. Isso é tomado como decisão política: criar o centro, investir para que ele seja viável e dar condições de desenvolvimento materiais. Então, eu entendo que devemos chegar a formular um projeto de biotecnologia na área, que representasse essa associação entre o setor de pesquisa, o setor público e o setor privado nacional, conseguir um projeto de formação de recursos humanos, conseguir montar esses acordos internacionais de complementação. E estamos dando um primeiro passo nessa linha ao nível da fundação.

Conseguimos agora, recentemente, 60 mil dólares do programa das Nações Unidas para serem utilizados em trazer, durante os próximos 6 meses, especialistas internacionais para virem passar na Fundação e, associado com o Instituto Butantã, especialistas que nos ajudem a formular um grande projeto. Imaginando que até ao final do ano nós teríamos esse grande projeto formulado, o que ele significa em termos de necessidades de orçamento e com a idéia de apresentar esse grande projeto às autoridades, eu gostaria, nesta oportunidade, de entregar esse projeto ao Senado, porque, efetivamente, vai exigir do Governo nacional — essa definição que o Senador colocou de uma forma extremamente clara, como foi feita com a informática. E nós estamos ganhando, acho que deveria passar pela biotecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Muito bem, eu quero agradecer.

O SR. AMARAL PEIXOTO — Queria fazer uma sugestão ao Sr. Presidente. Nós vamos nos dispersar agora, no mês de julho, mas o problema, o foco principal junto a cidade do Rio de Janeiro, e, por coincidência, os três Senadores do Rio de Janeiro fazem parte da Comissão, eu queria propor que os três se reunissem no Rio de Janeiro e tomassem depoimentos, fizessem visitas e, inclusive, tratassem dessa parte orçamentária trouxesse possibilidade de informações para que, no mês de agosto, quando nos reunirmos novamente, tenhamos mais assuntos a serem cogitados aqui pela Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Considero, nobre Senador, esta proposta muito feliz, é uma proposta excelente. Nós temos, institucionalmente, liberdade para trabalhar fora do Congresso e, por sorte nossa os três Senadores do Rio de Janeiro formam maioria absoluta, o que dá quórum para a reunião. A nossa Comissão é de apenas 5 membros, então, os 3 do Rio de Janeiro já formam o quórum suficiente para reunião, para estudos e para, inclusive colher depoimentos. De modo que eu defiro, imediatamente, a proposta de V. Ex^a e o felicito pela idéia.

O SR. AMARAL PEIXOTO — Nós não temos recursos no momento, absolutamente, na organização orçamentária. Inclusive nas sugestões do Poder Executivo para, na proposta orçamentária, serem contemplados alguns serviços que tenham necessidade. Conversei com o Senador Jamil Haddad e ele está de acordo, e estou certo que o Senador Nelson Canreiro também está.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Não havendo mais...

O SR. AMARAL PEIXOTO — Gostaria de fazer uma pergunta, V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Pois não.

O SR. AMARAL PEIXOTO — Voltando ao problema do mosquito que V. Ex^a acabou de relatar, que ele está sendo controlado, uma vez que a doença, dengue, está diminuindo de incidência, como V. S^a explicaria, tendo em vista que o combate à doença é o extermínio do mosquito, como V. S^a explicaria o surgimento de surtos de outras doenças transmissíveis por mosquito?

O SR. SÉRGIO AROUCA — Hoje, inclusive, no *Jornal do Brasil* há uma matéria da Fundação Oswaldo Cruz sobre um levantamento que foi feito, quase que um mapeamento dos mosquitos no Rio de Janeiro. E, na realidade, o Rio de Janeiro, por esse levantamento apresenta mais de 52 espécies de mosquitos, os mais variados. Em Nova Iguaçu, V. Ex^a conhece muito melhor do que eu, as condições de saneamento básico são efetivamente lamentáveis. Os esgotos são abertos, há falta de água em favelamentos, há o empobrecimento da população. Então, o fato de estar diminuindo a infestação pela *aedes*, e realmente o número de casos está baixando, ocorre por relativo esgotamento de suscetíveis. Os suscetíveis já tiveram a doença e esta está entrando em uma certa fase de equilíbrio.

O SR. AMARAL PEIXOTO — Menos aqueles que estão imunizados.

O SR. SÉRGIO AROUCA — Efetivamente, a população de mosquitos, em Nova Iguaçu, é enorme e, portanto, existem outras enfermidades e tipos de diarreias em que o mosquito entra como agente causador.

O SR. AMARAL PEIXOTO — Há casos em que ele entra como malária, mesmo a *leishmaniose*, que está existindo em Nova Iguaçu.

O SR. SÉRGIO AROUCA — Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Não havendo mais nada a tratar, quero agradecer a participação do Dr. Paulo Cesar Souza Fernandes, a participação do Dr. Sérgio Arouca, a presença dos Srs. Senadores, nossos Assessores da Imprensa e declaro encerrada esta sessão.